

**FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS  
(PIB)**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL –  
PDI 2024 - 2028**

**Atualizado em 2025.1**

**Itajaí – SC**

**2025**

## **IDENTIFICAÇÃO DA IES**

### **A) Mantenedora**

**Mantenedora:** PIB - PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS LTDA

**CNPJ:** 53.256.809/0001-45

**Endereço:** Rua 15 de novembro, 895 - SALA 225 B – Centro - Blumenau/SC - CEP: 89010001

**Natureza:** Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil

### **B) Mantida**

**Mantida:** FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB)

**Código e-MEC nº** 30038

**Site:** <https://faculdadepibeducation.com.br/>

**Endereço:** Rodovia Osvaldo Reis, 2751 – Balneário Santa Clara – Itajáí/Santa Catarina – CEP 88306-601.

## APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é instrumento de fundamental importância, diante da necessidade de planejamento, acompanhamento da execução e constante aperfeiçoamento das instituições de ensino superior e na medida em que determina a missão delineadora dos horizontes almejados e as estratégias eleitas para atingir as metas e objetivos da IES.

Com efeito, com este documento busca-se, de forma clara, objetiva e coerente, identificar a PIB no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver, demonstrando a factibilidade e a viabilidade de seu cumprimento integral.

Para tanto, delinea-se os principais compromissos e desafios não apenas internos, como também externos, considerando as oportunidades e possíveis ameaças que compõem a caminhada educacional. Ao final, descreve as metas e estratégias eleitas para atingir os objetivos propostos pela Instituição.

Na construção deste PDI, foram considerados como elementos de consulta os vários documentos e dados emitidos pelo Ministério da Educação, bem como o Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, envolvendo, de forma participativa e democrática, os diversos atores que fazem parte dos processos de educação, bem como das distintas áreas da IES, e validado por seu corpo dirigente, refletindo o modelo de gestão participativa vigente.

Desse modo, os compromissos ora assumidos neste PDI, apresentam-se como responsabilidade de todos aqueles que acreditam no inequívoco potencial da PIB e em seus nobres propósitos educacionais, representando a possibilidade de uma efetiva concretização, por intermédio de um esforço coletivo, em prol dos grandes sonhos projetados por esta Instituição de educação superior.

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO .....	10
2.	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	13
2.1.	Princípios e Objetivos da Autoavaliação da IES .....	13
2.2.	Metodologias, dimensões e instrumentos do processo de autoavaliação.....	15
2.3.	Constituição e Funcionamento da CPA.....	17
2.4.	Composição e atribuições dos membros da CPA .....	18
2.5.	Formas de participação da comunidade .....	19
2.6.	Análise e divulgação de resultados .....	21
2.7.	Resultados e Ações da CPA .....	22
2.7.1.	Avaliação do curso (interna) .....	24
2.7.2.	Avaliação dos cursos (externa) e institucional .....	26
2.7.3.	A reavaliação interna da IES .....	27
3.	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	28
3.1.	Da Mantenedora e da Mantida .....	28
3.2.	Inserção regional e abrangência geográfica.....	30
3.3.	Perfil do Egresso .....	32
3.4.	Missão, Objetivos e Metas e Valores da IES.....	33
3.4.1.	Dimensão I - A Missão e o PDI .....	35
3.4.2.	Dimensão II - Políticas para o Ensino, a Pesquisa/Iniciação Científica, a Pós-Graduação e a Extensão .....	37
3.4.3.	Dimensão III - Responsabilidade Social .....	52
3.4.4.	Dimensão IV - Comunicação com a Sociedade .....	54

3.4.5	Dimensão V - As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seu Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas Condições de Trabalho.....	57
3.4.6.	Dimensão VI - A Organização e Gestão da Instituição .....	60
3.4.7.	Dimensão VII - Infraestrutura Física, Especialmente a de Ensino e Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação.....	63
3.4.8.	Dimensão VIII - Planejamento e Avaliação, especialmente em Relação aos Processos, Resultados e Eficácia da Autoavaliação Institucional .....	67
3.4.9.	Dimensão IX - As Políticas de Atendimento aos Estudantes e aos Egressos .....	69
3.4.10.	Dimensão X – Sustentabilidade Financeira.....	71
3.5.	Políticas Institucionais.....	72
3.5.1.	PdI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural.....	72
3.5.2.	Políticas institucionais para desenvolvimento socioeconômico e de responsabilidade social	73
3.5.3.	Políticas Institucionais voltadas à valorização da diversidade, meio ambiente, memória cultural, ações afirmativas de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial .....	74
3.6.	Política de graduação e pós-graduação .....	78
3.7.	Das áreas de Atuação.....	80
3.7.1.	Abertura de cursos de pós-graduação (Lato Sensu) .....	80
4.	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI) E POLÍTICAS ACADÊMICAS .....	81
4.1.	Princípios e Diretrizes norteadoras das Políticas e Práticas Acadêmicas.....	81
4.2.	Princípio Institucional Pedagógico: a relevância da mediação docente.....	85
4.3.	Concepção de Aprendizagem Ativa e Práticas Pedagógicas Inovadoras.....	87
4.4.	Seleção de conteúdos e princípios metodológicos .....	91
4.5.	Estratégias pedagógicas nas unidades curriculares.....	92
4.6.	Interdisciplinaridade e Transversalidade como Princípios Educativos.....	93
4.7.	Concepção Geral de Avaliação .....	95
4.8.	Concepção de currículo integral e flexível .....	97

4.9.	Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	97
4.10.	Políticas de Ensino .....	98
4.10.1.	Políticas de Ensino para a Graduação.....	98
4.10.2.	Modelo de Formação Integrada.....	103
4.10.3.	Sistema de avaliação do processo Ensino-Aprendizagem .....	104
4.10.4.	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.....	108
4.11.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural .....	110
4.12.	Políticas de Extensão.....	112
4.13.	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente .....	115
4.14.	Política de Pesquisa/Iniciação Científica .....	116
4.15.	Política de Atividades complementares .....	117
4.16.	Política de Estágio.....	120
4.16.1.	Práticas e ações para o Estágio .....	122
4.17.	Políticas de Pós-Graduação .....	123
4.18.	Política de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	127
4.19.	Política de Educação Inclusiva.....	129
4.19.1.	Ações e Práticas de Acolhimento e Inclusão .....	135
4.20.	Política de Atendimento e Apoio ao Discente.....	139
4.20.1.	Condições de Acesso .....	139
4.20.2.	Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP .....	140
4.20.3.	Estímulos à Permanência .....	143
4.20.4.	Programa de Nivelamento.....	144
4.20.5.	Programa de Monitoria .....	145
4.20.6.	Organização e Convivência Estudantil.....	146
4.20.7.	Apoio à Participação em Eventos e Intercâmbios .....	147
4.21.	Acompanhamento do egresso.....	148

4.22.	Parcerias com a comunidade, instituições e empresas .....	150
4.23.	Políticas de Comunicação Interna e Externa.....	150
4.24.	Inovações Tecnológicas voltadas para os discentes.....	152
4.25.	Políticas de estímulo à produção acadêmica e participação em eventos.....	153
4.26.	Política e Estratégias de Internacionalização.....	154
5.1.	Políticas de Pessoal.....	156
5.1.1.	Plano de Carreira Docente .....	156
5.1.2.	Critérios de Seleção e Contratação Docente .....	159
5.1.3.	Regime de Trabalho.....	160
5.1.4.	Política de Capacitação Docente e Formação Continuada .....	162
5.1.5.	Política de Qualificação e Acompanhamento Docente .....	163
5.1.6.	Procedimentos para Substituição Eventual de Docentes .....	166
5.1.7.	Política de Capacitação e formação continuada do Corpo Técnico-administrativo..	170
5.1.8.	Benefícios do Programa: .....	172
5.1.9.	Plano de expansão do corpo técnico-administrativo .....	172
5.2.	Organização Administrativa.....	173
5.2.1.	Estrutura organizacional, estâncias de decisão e órgãos colegiados .....	173
5.2.2.	Processos de Gestão Institucional .....	174
5.2.3.	Organização e atribuições dos órgãos colegiados .....	177
5.3.	Aspectos Financeiros e Orçamentários .....	180
5.3.1.	Políticas de Sustentabilidade Financeira.....	181
5.3.2.	Mecanismo de definição do Orçamento da PIB.....	182
5.3.3.	Políticas de Alocação de Recursos .....	183
5.3.3.1.	Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	184
5.3.3.2.	Capacitação de Pessoal .....	184
5.3.3.3.	Manutenção de Instalações e Equipamentos .....	184
5.3.3.4.	Metas e Ações Financeiras.....	185

5.3.3.5.	Estratégias de Gestão Econômico-financeiras .....	185
5.3.3.6.	Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução .....	186
6.	INFRAESTRUTURA FÍSICA .....	189
6.1.	Instalações Administrativas .....	189
6.2.	Políticas para Infraestrutura.....	189
6.3.	Espaços físicos que compõe a instituição.....	190
6.4.	Adequação da Infraestrutura para a alunos com necessidades especiais.....	191
6.5.	Acessibilidade.....	193
6.6.	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral .....	194
6.7.	Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso.....	196
6.8.	Espaços para atendimento aos discentes .....	197
6.9.	Espaços de convivência e de alimentação .....	198
6.10.	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA .....	198
6.11.	Instalações sanitárias.....	199
6.12.	Salas Coletiva dos Professores .....	200
6.13.	Salas de Aula .....	201
6.13.1.	Sala de Metodologia Ativa .....	202
6.14.	Auditório .....	203
6.15.	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.....	204
6.16.	Biblioteca.....	204
6.16.1.	Bibliografia básica e complementar.....	206
6.16.2.	Infraestrutura e Instalações .....	207
6.16.3.	Plano de Gestão e Atualização do Acervo Físico .....	207
6.16.4.	Biblioteca Virtual.....	210
6.16.5.	Informatização da Pesquisa .....	211
6.17.	Laboratórios didáticos de formação básica.....	211



<b>6.18.</b>	<b>Laboratórios didáticos de formação específica .....</b>	<b>211</b>
<b>6.19.</b>	<b>Manutenção e guarda do acervo acadêmico .....</b>	<b>212</b>
<b>6.20.</b>	<b>Recursos de tecnologias de informação e comunicação .....</b>	<b>213</b>
<b>6.21.</b>	<b>Laboratórios e Recursos Tecnológicos .....</b>	<b>215</b>
<b>6.21.1.</b>	<b>Laboratórios de Informática .....</b>	<b>215</b>
<b>6.21.2.</b>	<b>Atualização de Equipamentos .....</b>	<b>216</b>
<b>6.21.3.</b>	<b>Aquisição de Hardware e Software (expansão) .....</b>	<b>216</b>
<b>6.21.4.</b>	<b>Manutenção Preventiva e Corretiva.....</b>	<b>216</b>
<b>6.22.</b>	<b>Infraestrutura de Segurança .....</b>	<b>217</b>
<b>6.23.</b>	<b>Estrutura e Fluxo do Controle Acadêmico .....</b>	<b>217</b>
<b>6.24.</b>	<b>Acervo Acadêmico em Meio Digital.....</b>	<b>219</b>
<b>6.25.</b>	<b>Previsão e Cronograma de Expansão e Adequação .....</b>	<b>219</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) busca definir o processo de gestão acadêmico-administrativa da PIB para os anos de 2024 – 2028, em conformidade com o que estabelece o Ministério de Educação (MEC), por meio da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Em sua elaboração adota-se o planejamento estratégico, por considerar esse instrumento como primordial no desenvolvimento de uma instituição social moderna e, para tanto, considera-se que:

- o trabalho com sistemas complexos exige contínuas e necessárias adaptações pontuais;
- a estrutura e a dinâmica podem ser de livre escolha, enquanto o ambiente externo que define a finalidade do sistema nem sempre o é, dado que a IES está inserida no microsistema da educação nacional e sua missão (ou finalidade) depende dos objetivos nacionais, recursos disponíveis, políticas industriais, tecnológicas, culturais, e educacionais do país;
- o principal cliente do sistema é a sociedade, e seus anseios de eficiência/eficácia devem ser monitorados permanentemente de forma a identificar desvios entre o almejado e o alcançado.

Com o intuito de atender a essas demandas e condições externas, a IES procura construir um Plano de Desenvolvimento Institucional compatível com sua realidade e a complexidade do sistema no qual está inserida, buscando aperfeiçoar os recursos disponibilizados e, com isso, atender aos anseios da sociedade por uma administração eficiente e eficaz dos recursos próprios.

Ao mesmo tempo, a construção deste documento deverá se fazer com autonomia, no entanto, sem deixar de contemplar os seus eixos temáticos essenciais, estando em conformidade com as Diretrizes para a elaboração do PDI fornecidas pelo MEC.

Tais Diretrizes consubstanciam-se no art. 21 do Decreto Federal nº 9.235, de 15/12/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais, elencando os elementos que devem fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional, a saber:

- I. Missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- II. Projeto pedagógico da instituição, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;
- III. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas;

- IV. Organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, e incorporação de recursos tecnológicos;
- V. Oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;
- VI. Perfil do corpo docente, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;
- VII. Organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;
- VIII. Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;
- IX. Detalhamento da infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:
  - a) com relação à biblioteca:
    - acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;
    - formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e
    - espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e
  - b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;
- X. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Cumprindo com tais Diretrizes, o presente PDI sistematiza as todas as Dimensões de Avaliação, na forma dos 05 eixos avaliativos do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), que se estruturam nos 5 capítulos que sustentam este PDI:

- 1) Planejamento e Avaliação Institucional (metodologia de autoavaliação, participação da comunidade);
- 2) Desenvolvimento Institucional (perfil institucional, missão, objetivos e metas);
- 3) Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Políticas Acadêmicas (princípios e práticas de ensino, pesquisa e extensão);
- 4) Políticas de Gestão (políticas de pessoal, capacitação e formação continuada, estrutura organizacional e sustentabilidade financeira);
- 5) Infraestrutura Física (instalações, acessibilidade, plano de expansão).

Destaca-se que este PDI, coletivamente reelaborado para o quinquênio 2024-2028, foi constituído a partir de diagnóstico inicial feito pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), levantando as necessidades sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais de âmbito regional e nacional, no que se refere ao ensino superior, em parceria com os NDEs de Cursos, para que, mais especificamente, pudesse articular a educação superior com a área, levando a IES a estabelecer desafios estratégicos, organizacionais e operacionais na oferta dos novos cursos.

## **2. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **2.1. Princípios e Objetivos da Autoavaliação da IES**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da PIB tem como princípio básico valorizar a importância de conduzir todo processo de aferição do desempenho institucional, de maneira independente, tratando com responsabilidade os resultados obtidos, no sentido de propor as soluções cabíveis aos problemas observados e participar efetivamente no desenvolvimento global da instituição.

Constituirão princípios da avaliação institucional no contexto da PIB:

- I. Globalidade: o objetivo é avaliar a instituição como um todo destacando a análise dos elementos com relação à instituição como um todo único e coeso;
- II. Impessoalidade: a avaliação institucional, tomada como processo global, tem por propósito a análise impessoal dos aspectos avaliados pensando no desenvolvimento e na melhoria dos processos, sem intenção de julgamento individual de docentes, técnicos-administrativos, estudantes e ocupantes de cargos e funções no interior da IES, pensando na avaliação das estruturas, das práticas, das relações, dos processos, dos produtos e dos recursos, em função dos seus objetivos desejados;
- III. Não punição e não premiação: embora em determinadas circunstâncias a avaliação possa assumir uma conotação de punição ou premiação, este não é o seu objetivo. Ela busca identificar pontos fortes e pontos fracos da IES, com vistas respectivamente ao seu aprofundamento ou superação, sempre almejando o incremento da qualidade;
- IV. Respeito à identidade institucional: embora a avaliação institucional desenvolvida em cada IES requeira alguma padronização de instrumentos e indicadores de comparação interinstitucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas. Por isso, a avaliação institucional precisa estar em relação dialética constante com o planejamento institucional;
- V. Credibilidade: a avaliação institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados e evidências utilizados. E isto somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo a participação voluntária. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício;

- vi. Continuidade e regularidade: a avaliação institucional é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Este processo requer continuidade e regularidade, para que possibilite a comparação de dimensões e indicadores em diferentes momentos e de maneira constante no âmbito da IES;
- vii. Participação descentralizada: a avaliação institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica em seus diferentes momentos. Esta participação coletiva só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando inclusive a tomada de decisões em diferentes níveis da hierarquia institucional, no encaminhamento de medidas decorrentes dos resultados parciais no processo avaliativo;
- viii. Disposição para a mudança: a necessária relação dialética entre avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a inovação e a qualificação da vida acadêmica. Isto porque a avaliação não tem um sentido em si. Ela só faz sentido quando entendida como um instrumento permanente para alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Os seus resultados só alcançarão o potencial ótimo de inovação se, entre a comunidade acadêmica, houver o reconhecimento majoritário da precariedade e provisoriedade das práticas e entendimentos em vigor no interior da IES.

A CPA da PIB está comprometida em desenvolver, integrar, adequar e consolidar os procedimentos atuais de avaliação institucional da IES, a fim de torná-los instrumentos e subsídios que contribuam para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais, da gestão e da responsabilidade social da instituição.

O objetivo primordial da Comissão Própria de Avaliação da PIB é promover a melhoria da qualidade da educação superior por meio do processo de Avaliação Institucional como instrumento norteador das ações e transformações necessárias ao pleno desenvolvimento da Instituição. Esse objetivo geral se desmembra nos seguintes objetivos específicos que amparam sua atuação:

- I. Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões, no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida acadêmica;
- II. Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos seus caminhos;
- III. Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da PIB;

- IV. Desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;
- V. Promover a transparência por meio de publicação do desempenho da PIB em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
- VI. Possibilitar a redefinição constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar a PIB com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade regional;
- VII. Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;
- VIII. Desencadear um processo pedagógico de aprendizado no âmbito do desenvolvimento acadêmico e institucional, pelo confronto entre a autoavaliação e a avaliação externa da IES e o relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

## **2.2. Metodologias, dimensões e instrumentos do processo de autoavaliação**

A Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, preconiza que toda instituição de educação superior, pública ou privada, deve constituir uma CPA, responsável pela autoavaliação da Instituição considerando diferentes dimensões institucionais.

A autoavaliação coloca-se como um processo dialético de relações entre planejamento e avaliação, cuja dinâmica está orientada para a melhoria da qualidade da IES, em permanente retroalimentação. Ela incorpora mudanças à medida que cada etapa seja empreendida, sendo possível obter feedback acerca de sua realização. Além disso, a natural sucessão de membros permite que novas perspectivas sejam acrescentadas ao processo, aperfeiçoando-o a cada nova avaliação. A metodologia utilizada para a autoavaliação institucional da PIB contará com quatro etapas:

- 1) PLANEJAMENTO: etapa em que são promovidas reuniões de planejamento estratégico para elaboração dos questionários e do cronograma anual de reuniões da CPA e dela com os demais segmentos da comunidade acadêmica;
- 2) SENSIBILIZAÇÃO: momento de realização de reuniões e/ou debates junto à comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) com o objetivo de sensibilizar e conscientizar sobre a importância da participação no processo de autoavaliação institucional;
- 3) DESENVOLVIMENTO: etapa de coleta de dados e análise e sistematização dos resultados;

- 4) **CONSOLIDAÇÃO:** momento de análise dos dados consolidados, com elaboração, e divulgação de relatório para postagem no sistema e-MEC e comunicação à comunidade da IES (site e biblioteca). Além disso, esta é a etapa de desmembramento advindo do processo autoavaliativo, com multiplicação e discussão dos resultados junto aos envolvidos para construção de planos de ação que possibilitam a implementação de melhorias a partir da coleta realizada na etapa de desenvolvimento.

Os resultados apresentados deverão ser incorporados ao Planejamento Institucional. Caberá à CPA a articulação com outras instâncias de decisão tais como o Colegiado de Curso, por exemplo, de forma a levar os resultados para serem debatidos em outros foros contribuindo com o aprimoramento da instituição.

A metodologia a ser adotada para a avaliação institucional da PIB, nos moldes do seu projeto e da legislação vigente, buscará assegurar o envolvimento de toda a comunidade acadêmica na identificação do seu perfil institucional e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e serviços, respeitando a diversidade e as especificidades de cada um deles.

O processo avaliativo da PIB considerará a realidade institucional e a sua abrangência, de forma a contemplar as dimensões preconizadas pelo SINAES, adotando, para isso, os cinco grandes eixos temáticos previstos pelos marcos regulatórios que o estabelecem:

**Quadro 1 – Os cinco grandes eixos temáticos**

<b>EIXO</b>	<b>DIMENSÕES CONTEMPLADAS PELO EIXO</b>
Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação
Desenvolvimento Institucional	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Responsabilidade Social da Instituição
Políticas Acadêmicas	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Comunicação com a sociedade Políticas de Atendimento aos Discentes
Políticas de Gestão	Políticas de Pessoal Organização e Gestão da Instituição Sustentabilidade Financeira
Infraestrutura Física	Infraestrutura Física



A partir dessas dimensões, são especificados indicadores a serem avaliados, bem como os instrumentos e procedimentos para a sua coleta, análise e elaboração de relatórios, através da operacionalização da avaliação institucional.

### **2.3. Constituição e Funcionamento da CPA**

A Comissão Própria de Avaliação Institucional da PIB está composta e organizada de acordo com a Lei 10.861/04 estabelecida pelo SINAES, que permeia a qualificação do trabalho das Instituições de Ensino Superior em todo o país, na implementação dos processos de autoavaliação. De um início meramente burocrático visto pela maioria das IES como marco regulatório, percebe-se que as Comissões Próprias de Avaliação ocuparam espaço e relevância na ordem do dia das IES, conforme presenciado nos seminários promovidos pelo INEP, ao longo destes anos.

Com uma estrutura abrangente, avaliando e mensurando as ações institucionais e subsidiando insumos para análises dessas ações, a CPA assume um papel relevante e fundamental na gestão da Instituição. Seu aprimoramento ao longo desses anos comprova ser essencial no desenvolvimento das múltiplas áreas, principalmente a pedagógica.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da PIB e pela sistematização e prestação de informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES). Sempre em conformidade com as Diretrizes da CONAES e do SINAES, a CPA da PIB orientará suas atividades conforme regulamentação própria, guiadas pelo seu regimento e pelo seu projeto de avaliação institucional.

Conforme parâmetros do SINAES, implantado pela Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, a PIB assume como finalidades essenciais da avaliação institucional:

- a) explicitar a responsabilidade social da educação superior, especialmente quanto à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;
- b) superar meras verificações e mensurações, destacando o significado das atividades institucionais, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos, valorizando a solidariedade e a cooperação e não a competitividade e o sucesso individual.

Para a PIB, a autoavaliação institucional está investida de caráter pedagógico na busca de melhoria e de autorregulação, de compreensão da cultura e da vida da instituição em sua pluralidade acadêmica e administrativa, sustentada na participação de todos os agentes; de desenvolvimento de um processo social e coletivo de reflexão, de produção e socialização de conhecimentos sobre a instituição e os cursos, de compreensão e interpretação do conjunto institucional e de incentivo para a ação transformadora. O sistema de autoavaliação permanente na Instituição, com vistas à melhoria de todas as ações da IES, contribuirá efetivamente com a sua gestão em todos os níveis de estrutura,

possibilitando refletir sobre objetivos, modos de atuação e de decisão e mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas, com foco na excelência da qualidade, missão e valores institucionais.

A CPA terá como atribuições:

- a) Continuamente rever, elaborar e aprovar o seu próprio regulamento;
- b) Conduzir os processos de avaliação interna;
- c) Sistematizar e prestar informações relativas à Avaliação da PIB solicitadas pelo INEP, no âmbito do SINAES;
- d) Constituir grupos temáticos ou focais voltados para a avaliação das dimensões avaliativas;
- e) Elaborar e analisar relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes;
- f) Desenvolver estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- g) Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional.

Os relatórios de trabalho da CPA têm a garantia de serem internalizados nas deliberações do Conselho Superior e são prerrogativas de avaliação e monitoramento do PDI. Tais relatórios também têm assegurada a sua publicação no portal eletrônico da IES, para acesso público por parte de quaisquer interessados.

A Comissão desenvolve reuniões com frequência no mínimo bimestrais, buscando estabelecer situações ligadas ao processo avaliativo.

## **2.4. Composição e atribuições dos membros da CPA**

A CPA é constituída a partir da percepção de que os instrumentos de avaliação devem fornecer subsídios para a realização do planejamento e a obtenção dos resultados institucionais almejados, conferindo qualidade ao processo educacional e contribuindo para a constante revisão e atualização do PDI.

Na composição da CPA, os membros representantes do corpo docente são indicados pelo colegiado dos cursos e os do corpo técnico-administrativo pelas entidades representativas. A indicação dos representantes do corpo discente se dá pelo órgão de classe. Os representantes da sociedade civil são indicados pela Diretoria.

Para que a proposta de autoavaliação se concretize existe uma comissão permanente constituída pelos seguintes membros: um coordenador, um representante docente, um

representante discente, um representante do corpo técnico-administrativo, um representante da mantenedora, e um representante da comunidade externa.

A CPA poderá contar, também, com a assessoria e acompanhamento de docentes com formação e titulação pertinentes, que atuarão como suporte técnico-administrativo e analista pedagógico dos instrumentos de avaliação.

Com essa formação, as avaliações são pautadas pela neutralidade e abrangências necessárias para as ações que desempenham na instituição.

## **2.5. Formas de participação da comunidade**

A consolidação de uma cultura de autoavaliação é buscada por meio do envolvimento e participação da comunidade acadêmica, com programa e atividades de sensibilização realizadas através de palestras, reuniões, seminários para divulgação das atividades e do cronograma de avaliação.

Como parte das estratégias para a autoavaliação, pode-se citar as seguintes ações: divulgação dos critérios de avaliação utilizados pelo SINAES, além de discutir e criar complementações para os indicadores próprios de avaliação; utilização dos canais de comunicação com a comunidade, tais como Central de Relacionamento e redes sociais, como instrumentos de autoavaliação; garantia de instrumentos de avaliação adequados e atualizados, revisando os questionários sempre que se fizer necessário; manutenção e atualização dos instrumentos de coleta de dados e metodologias de análise e interpretação dos dados, privilegiando tanto instrumentos e análises quantitativas como qualitativas; divulgação e publicidade dos resultados obtidos com o processo de autoavaliação, promovendo sua discussão junto à comunidade acadêmica e sociedade civil; elaboração e disponibilização dos relatórios finais dos processos de avaliação, com indicadores de gestão e apreciação crítica; promoção do diálogo e da reflexão sobre a efetividade do PDI, PPI e PAI, a partir dos resultados decorrentes dos processos de avaliação.

A CPA tem nos questionários que serão aplicados ao corpo docente, discente e técnico-administrativo, seu principal instrumento de coleta de dados, visando à análise de seus resultados e à consolidação da autoavaliação institucional.

As campanhas de sensibilização para responder aos instrumentos de autoavaliação ocorrerão tanto presencialmente quanto por meio de mídias digitais. Sem prejuízo desse instrumento, também são incorporados os dados dos canais de mensagem, da Central de Relacionamento, e de outras fontes formais de comunicação da comunidade acadêmica para análise e elaboração do relatório da CPA.

São feitas anualmente duas consultas à comunidade acadêmica, sendo uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre, respectivamente. Como o processo de avaliação é parte constituinte da história da IES, a consulta do primeiro semestre tem a finalidade de apontar situações que podem ser melhoradas a curto prazo. Já a segunda consulta possui o papel de avaliar as ações

tomadas a curto prazo e verificar como foram as suas implantações e resultados preliminares. Ambas as consultas contemplam as dez dimensões sugeridas pelo SINAES dando resultados mais amplos e significativos para as ações a serem tomadas a longo prazo. Ao final do processo, os aspectos avaliados são transformados em indicadores a partir dos resultados obtidos, apontando as necessidades institucionais.

Toda a comunidade acadêmica responde ao questionário, dentro do período de avaliação. As questões são direcionadas e o respondente determina seu grau de satisfação no que se refere à pergunta.

No Quadro a seguir são delineadas as atividades esperadas de cada segmento.

#### Quadro 02- Atividades e Responsabilidades de cada segmento na CPA

SEGMENTO	ATIVIDADES RESPONSÁVEIS
Coordenador	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Estruturar o processo de autoavaliação de acordo com o SINAES;</li> <li><input type="checkbox"/> Convocar e coordenar reuniões ordinárias e extraordinárias da CPA;</li> <li><input type="checkbox"/> Coordenar os grupos de trabalho relacionados com a autoavaliação;</li> <li><input type="checkbox"/> Realizar e coordenar reuniões com os representantes da comunidade acadêmica para apresentação dos resultados da autoavaliação;</li> <li><input type="checkbox"/> Elaborar relatórios sobre os resultados da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica.</li> <li><input type="checkbox"/> Registrar o desenvolvimento do trabalho realizado pela CPA;</li> </ul>
Docente	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela instituição;</li> <li><input type="checkbox"/> Acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estabelecendo diálogos para sua revisão e reelaboração;</li> <li><input type="checkbox"/> Definir a metodologia para análise e interpretação dos dados coletados;</li> <li><input type="checkbox"/> Definir a formatação dos relatórios.</li> <li><input type="checkbox"/> Elaborar projetos de intervenção na comunidade acadêmica relacionados à autoavaliação.</li> </ul>

Discente	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Subsidiar a comissão com informações e perspectivas do corpo discente;</li> <li><input type="checkbox"/> Avaliação do processo ensino-aprendizagem;</li> <li><input type="checkbox"/> Contribuir com a conscientização acerca da participação dos discentes nos processos de autoavaliação</li> <li><input type="checkbox"/> Elaborar as atas de cada reunião;</li> <li><input type="checkbox"/> Formular propostas para melhoria da qualidade dos serviços educacionais da instituição.</li> </ul>
Técnico-administrativo	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Avaliação da gestão institucional;</li> <li><input type="checkbox"/> Sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica a participar ativamente no processo de autoavaliação;</li> <li><input type="checkbox"/> Divulgar os resultados da autoavaliação para a comunidade interna da instituição</li> <li><input type="checkbox"/> Verificar as condições de infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos da CPA;</li> <li><input type="checkbox"/> Elaborar o planejamento do processo de autoavaliação.</li> </ul>
Sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Avaliação das ações e programas de Responsabilidade Social</li> <li><input type="checkbox"/> Divulgar os resultados da autoavaliação para a comunidade externa da instituição.</li> <li><input type="checkbox"/> Definir a metodologia para análise e interpretação dos dados coletados; Avaliação das ações comunitárias.</li> </ul>

## 2.6. Análise e divulgação de resultados

De posse dos resultados, a CPA da PIB gerará os relatórios resumidos com a situação de cada área, discutindo com seus gestores os respectivos resultados. A partir desses dados as ações e planejamentos serão permeados por argumentos que solidificam a tomada de decisões. Com isso, há uma consolidação dos relatórios de Avaliação Institucional que documentam esse processo, bem como sugerem melhorias para as questões práticas e políticas da Instituição.

Os resultados alcançados são amplamente divulgados entre toda a comunidade acadêmica fomentando uma rica discussão sobre eles. Para tanto, são veiculadas informações acerca da avaliação nos murais das salas de aula e no Web aluno, na sala dos professores(as), nos corredores internos visíveis aos funcionários e discentes.

Cumpra-se assim uma importante questão pontuada pela instituição: o uso da Avaliação Institucional como mecanismo de transparência institucional, ferramenta de apoio na tomada de decisões e evidência de inovações realizadas. Através das avaliações, a CPA fornece subsídios essenciais para o planejamento e tomadas de decisões pelo grupo gestor, que se aplicam ao que é proposto no PDI. Os resultados apresentados refletem os esforços e consciência de toda a comunidade acadêmica e retratam o perfil de uma instituição preocupada em cumprir com a sua Missão e Objetivos.

Cabe à CPA acompanhar e avaliar a realização das metas, propostas e planejamentos que constam no PDI, contribuindo para conferir regularidade no processo de avaliação e gestão do PDI.

Para tanto, coloca-se como fundamental a realização de avaliações anuais do PDI e a elaboração de relatórios parciais de avaliação, pela CPA, a fim de subsidiar o processo de elaboração de possíveis aditamentos ou edições futuras do PDI. Nesse processo de acompanhamento e avaliação do PDI, a participação da comunidade é fundamental, permitindo que seja conferido o maior grau possível de fidelidade na avaliação.

O processo determinado pela CPA visa a contínua construção de uma cultura avaliativa, ajustando constantemente os questionários aplicados à comunidade acadêmica, de forma correlacionada ao que é definido pelo PDI.

A CPA da PIB entende que a realidade representada e vivida pelos acadêmicos, docentes e corpo técnico-administrativo diariamente modificada e, portanto, o que se avalia deve estar adequado a essa realidade dinâmica e transformadora. Com essa preocupação, todos os processos de avaliação são revistos antes de suas aplicações, fundamentados nos objetivos que se almeja alcançar, realizando uma avaliação neutra, efetivamente capaz de apontar as fragilidades e potencialidades da IES. Nesse processo, os indicadores que emergem da avaliação institucional, subsidiam a avaliação do PDI, destacando potencialidades e fragilidades para que esse documento seja constantemente revisado e efetivamente acompanhado.

## **2.7. Resultados e Ações da CPA**

A avaliação institucional acontece através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para tanto, a Comissão Própria de Avaliação da PIB obedece às seguintes diretrizes:

- I. Constituição, nos termos da legislação vigente, por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade

universitária e da sociedade civil organizada, e vedada à composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; e,

II. Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior conforme regulamento específico da Comissão Própria de Avaliação.

Com base nessas diretrizes, a CPA da PIB constitui-se tendo por finalidade propor melhorias na qualidade da educação superior, orientar a expansão da sua oferta, aumentar permanentemente a sua eficácia e efetividade acadêmica e social. Visará também à promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais por meio da valorização da missão institucional, dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade e da afirmação da autonomia e identidade institucional.

De posse de resultados, a CPA voltará suas ações para:

- Continuamente rever, elaborar e aprovar o seu próprio regulamento;
- Conduzir os processos de avaliação interna;
- Sistematizar e prestar informações relativas à Avaliação da PIB solicitadas pelo INEP, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Constituir grupos temáticos ou focais voltados para a avaliação de cada uma das 10 dimensões estabelecidas;
- Elaborar e analisar relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes;
- Desenvolver estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional.

A principal forma de registro e manipulação dos resultados das avaliações se dá através dos relatórios de autoavaliação. Seu princípio básico é apresentar os resultados do processo auto avaliativo, analisando-o e registrando as potencialidades e fragilidades identificadas, bem como possíveis melhorias, o que permite o desenho de planos de ação pensados para o processo de desenvolvimento institucional.

Após a conclusão do relatório, os resultados da autoavaliação são encaminhados pela coordenação da CPA aos gestores das áreas acadêmica e administrativa que analisam e subsidiam, juntamente com a diretoria da Instituição, a necessidade de revisão de documentos ou processos da Faculdade. A elaboração deste relatório, assim como ocorre com a construção do PDI, acontecerá de forma colegiada entre as áreas acadêmica e administrativa, uma vez que os objetivos são transversais e perpassam toda a instituição.

Na PIB todos os resultados de avaliação serão analisados pela instituição, discutidos com a comunidade nas reuniões de devolutivas e gerarão consequências acadêmico-administrativas. A avaliação institucional aborda um conjunto de indicadores de gestão que refletirão a percepção que discentes, docentes e técnicos-administrativos possuem da instituição. Depois de obtidos os dados das dimensões avaliadas, a CPA efetuará uma primeira análise e emitirá relatório analítico sobre a etapa cumprida. Os dados também são avaliados pelos Diretores e Coordenadores e é desenvolvido um fórum de discussão com as partes envolvidas, no aprofundamento da análise, identificação de causas e efeitos e soluções de melhoria (quando for o caso).

As devolutivas acontecem em quatro momentos diferentes:

- Com os docentes: em reunião geral de professores, sempre realizada na oportunidade da abertura do semestre seguinte ao da realização da avaliação;
- Com os discentes: em sessões realizadas no auditório da instituição e na divulgação nos instrumentos de comunicação interna;
- Com os integrantes do corpo técnico-administrativo em reunião geral, sempre realizada na abertura do semestre seguinte ao da realização da avaliação;
- Com a comunidade acadêmica em geral através do site da PIB.

O Relato Institucional sempre apresentará e analisará os resultados das avaliações externas e internas, discriminando o processo de autoavaliação e as ações acadêmico-administrativas executadas pela PIB, destacando os pontos fortes e as necessidades de melhoria detectadas.

### **2.7.1. Avaliação do curso (interna)**

Em conformidade com a legislação vigente para a educação no Brasil e os elementos constitutivos (missão, visão e valores) do PDI, o processo de avaliação interna na PIB, terá por objetivo envolver toda a comunidade acadêmica, utilizando instrumentos avaliativos abrangentes, com operacionalização eficiente para aplicação, com análise objetiva dos resultados, gerando subsídios coerentes para a gestão institucional. Assim, entende-se que o processo de construção coletiva de uma cultura de avaliação é o melhor caminho para a PIB, iluminando suas virtudes e conferindo identidade e qualidade à Instituição, bem como orientando seus rumos. Dentro dessa linha, promove-se a distribuição dos dados e informações obtidos, a fim de subsidiar os colegiados e os gestores da Instituição, os quais têm as atribuições de interpretá-los, a fim de aperfeiçoar a gestão e as políticas de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, além de implementar e desenvolver processos pensando no atendimento de aspectos levantados pela avaliação.



Em relação à avaliação interna, além da CPA, a quem compete a avaliação institucional nas dez dimensões orientadas pelo SINAES, a instituição conta com a ação de vários agentes institucionais:

- Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, a quem compete observar a manutenção do processo de qualidade e adequação do curso;
- Colegiados de Cursos, a quem compete planejar, acompanhar a execução e avaliar todos os procedimentos regulares do curso;
- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, ao qual compete deliberar sobre diretrizes gerais de ensino, pesquisa e extensão, zelando pela eficiência das mesmas nos termos da legislação do ensino superior vigente.

Os resultados das avaliações são compartilhados entre as áreas acadêmicas (principalmente no âmbito das coordenações de curso e direção), bem como as áreas administrativas (principalmente nas áreas de atendimento aos estudantes, docentes e para melhoria da infraestrutura). Esse compartilhamento gerará subsídios para revisar os indicadores estratégicos e táticos, bem como auxiliar na construção de planos de ação para cada área. No processo de gestão institucional e de curso, ações decorrentes do processo de autoavaliação devem ser tomadas, tanto em função da avaliação interna como da avaliação externa.

Para a realização da autoavaliação, são disponibilizados formulários eletrônicos envolvendo os quesitos de avaliação que contemplam aspectos institucionais para os discentes (desempenho docente, atuação do coordenador e dos gestores, serviços de secretaria, infraestrutura de laboratórios, biblioteca etc.), avaliação de desempenho dos estudantes durante o curso das atividades de ensino e de aprendizagem (componentes curriculares, estágio supervisionado, atividades complementares, participação em eventos, participação em projetos de iniciação científica, participação em projetos e atividades de extensão) e avaliação docente sobre a instituição e sobre o corpo discente (atuação do coordenador de curso, serviços da Secretaria Acadêmica, biblioteca, infraestrutura etc.).

Ao final de cada período é elaborado o Relatório de Autoavaliação Institucional, que expressa os resultados globais e de caráter mais abrangente do processo avaliativo desenvolvido, apontando potencialidades e fragilidades que irão subsidiar a revisão crítica da implementação do planejamento institucional, e eventualmente, a elaboração de novas propostas de políticas acadêmicas e operacionais.

A coordenação de curso produzirá periodicamente, a partir das informações e dados disponíveis, relatório de avaliação do desempenho do ensino aprendizagem, levando em conta outras dimensões e indicadores (ENADE) que interfiram positiva ou negativamente no mesmo, bem como o seu planejamento explicitado no Projeto Pedagógico.

A avaliação do projeto dos cursos acontecerá em várias instâncias no âmbito institucional, de maneira a fomentar o acompanhamento constante do norteador político-pedagógico de cada curso. Esse processo é realizado pelo Núcleo Docente Estruturante, que observará continuamente a manutenção do processo de qualidade e adequação do curso; pelo Colegiado de Curso, que precisa

planejar, acompanhar e avaliar todos os procedimentos regulares do curso; pela CPA, que realizará regularmente a avaliação institucional.

Serão observados os seguintes aspectos:

- na execução do projeto: formação e experiência profissional do corpo docente e a adequação do docente a cada atividade prevista: (aula teórica; orientação de estágio, orientação de monitoria, orientação de iniciação científica e projetos de extensão). Infraestrutura física, laboratórios, recursos de informática e acervo e serviços da biblioteca;
- na atualização do curso: adequação dos planos de ensino aprendizagem;
- na gestão do curso: movimentação de estudantes (matrícula, transferência recebida, transferência expedida, trancamento, abandono).

### **2.7.2. Avaliação dos cursos (externa) e institucional**

A avaliação externa é um exame detalhado e aprofundado da autoavaliação, realizada por uma Comissão de Especialistas em avaliação de desempenho de Instituições de Ensino Superior. Por isso, ela resulta na elaboração de parecer escrito da Comissão de Avaliadores Externos, no qual são examinados, discutidos e destacados os méritos, os equívocos e as omissões percebidas através de sua autoavaliação. Da mesma forma, o parecer pode apontar sugestões para o planejamento do desenvolvimento da qualidade institucional. Os pareceres das Comissões de Avaliações são examinados pela CPA, pelo NDE do curso avaliado e pelos demais gestores da instituição e poderão resultar em ações acadêmicas e administrativas para a melhoria dos processos da instituição.

A avaliação externa oferece diferentes prismas de análise institucional: (I) Conceito Institucional (CI), avaliação institucional por meio de comissões de verificação in loco designadas pelo INEP/MEC; (II) Índice Geral de Cursos (IGC); (III) Conceito de Curso (CC), avaliação do curso por comissões de verificação in loco designadas pelo INEP/MEC; (IV) Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante – ENADE que avalia o desempenho dos estudantes considerando as habilidades e competências exigidas; (V) Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do ENADE combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica.

Em termos de avaliação externa, a PIB também se valerá do relatório das comissões de avaliação in loco, dos resultados do Enade e do CPC como insumos relevantes para seus atos de reflexão e avaliação do curso a partir de recursos comparativos nos âmbitos local, regional e nacional.

Por outro lado, enquanto integrada no contexto do Ensino Superior Brasileiro a IES também necessitará avaliar o seu desempenho comparativamente ao alcançado por outras IES. Não se trata de disputar posições num “Ranking” de IES, mas, sim, de utilizar os desempenhos alcançados

por outras, como um parâmetro externo e relativamente isento de referência para balizar os processos de avaliação e planejamento institucional. É por esta razão que o processo de avaliação institucional procurará combinar procedimentos de autoavaliação e de avaliação externa em seu desenvolvimento. A autoavaliação pela própria instituição deverá preceder a avaliação externa. Por outro lado, a responsabilidade e as decisões, cabem à própria instituição. Por isso, na sequência da avaliação externa é necessária uma reavaliação interna pela própria IES. Isto significa que o processo de avaliação institucional pode ser dividido em cinco etapas principais:

- a) Autoavaliação;
- b) Avaliação externa;
- c) Reavaliação interna;
- d) Revisão do Planejamento institucional.
- e) Ações acadêmicas administrativas decorrentes dos resultados da avaliação.

### **2.7.3. A reavaliação interna da IES**

Assim como na autoavaliação realizada pela IES, o parecer com o exame da comissão de avaliação externa não deve ser considerado absoluto e inquestionável. No processo de avaliação institucional, a responsabilidade e a palavra final sempre pertencem à própria instituição. A avaliação externa visa proporcionar um olhar mais isento e independente dos vínculos e interesses presentes no interior da IES, a fim de contribuir para uma avaliação de maior qualidade e um planejamento mais realista e consequente. Por isso, os relatórios gerados pelas avaliações internas e o parecer com o exame da comissão externa devem ser amplamente discutidos por toda a comunidade acadêmica, a fim de que exista processo constante de avaliação e reavaliação dentro da IES.

A reavaliação interna pela IES também contempla a avaliação do próprio processo de avaliação institucional a fim de que este possa ser revisto e melhorado para o reinício do processo. Não existem receitas prontas nem projetos perfeitos de avaliação. Por este motivo, cabe à IES qualificar o processo de avaliação ao longo do seu exercício. É por isso que deve haver continuidade e regularidade para a qualificação do processo de avaliação e uma estreita ligação entre avaliação e planejamento institucional.

### **3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

#### **3.1. Da Mantenedora e da Mantida**

A PIB - PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 53.256.809/0001-45, com objetivo de atuação na área educacional para atender as demandas locais regionais. A PIB - PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS LTDA é a entidade mantenedora da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB), tendo como representante da mantenedora o Dr. Mohamad Hussein Abou Wadi.

A Mantenedora é responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pela Mantida, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento, respeitando os limites da Lei, a liberdade acadêmica dos corpos docentes e discentes e a autoridade própria dos seus órgãos deliberativos e consultivos. Compete à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da PIB, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

Sendo uma Instituição Superior de Ensino, inserida no Estado de Santa Catarina, a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) busca oferecer a excelência no ensino de Graduação e consolidar a Pesquisa e a Extensão. Procura, continuamente, se atualizar para uma eficaz atuação em área vital para a região onde atua, assentando suas ações em bases que se fortalecem, na medida em que a Instituição se consolida. Apresenta, como um de seus meios importantes para o sucesso, os recursos humanos qualificados e comprometidos com o objetivo da Instituição.

A mantenedora objetivou criar uma Instituição de Ensino Superior (IES) que foque no desenvolvimento do indivíduo como um todo, preparando-o para os novos desafios do mundo com uma visão inovadora sobre todos os aspectos, tornando-o apto a contribuir na produção, sistematização e disseminação de conhecimento, cultura, e para o desenvolvimento social.

Em função dessa concepção, concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético, a capacidade de julgar e agir corretamente e para formar cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) é uma instituição de ensino superior privada, com sede na cidade de Itajaí, que encontra-se em processo de Credenciamento presencial e autorização do Curso Bacharelado em Administração.

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB), estabelecida em Itajaí, surge como um marco transformador no panorama educacional da Região Norte do estado Catarinense. Posicionando-se como um núcleo de desenvolvimento econômico e cultural, a instituição exercerá influência substancial sobre um agrupamento de municípios na sua esfera. A missão da Faculdade se

alinha com a responsabilidade de fomentar a educação superior, catalisando o desenvolvimento humano e profissional em consonância com as demandas da sociedade contemporânea.

A matriz curricular da Faculdade reflete o seu zelo na oferta de uma educação presencial de qualidade. Administrativamente, a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) está sob a égide da mantenedora, que ostenta uma gestão administrativa exemplar, marcada por uma solidez fiscal e financeira.

Em síntese, a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) representa um vetor de transformação social e educacional, comprometida com a geração e disseminação de conhecimento, e com a missão de preparar cidadãos para um desempenho consciente e competente, tanto em âmbito profissional quanto cívico, em sintonia com as exigências da sociedade moderna.

A Instituição propõe-se, de forma estrutural, pedagógica, tecnológica, de gestão e de responsabilidade, a atuar com seu agente principal, o estudante, e com toda a sua comunidade social (acadêmica e externa), diante de princípios norteadores e formadores como, inovação, responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável local e global, no “desenvolvimento do empreender”, o que garantirá sua entrada responsável no mercado de trabalho.

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) no que compete a inserção regional, está comprometida com o desenvolvimento local do município através da formação e qualificação de profissionais, norteados pela excelência no ensino, que lhes possibilite intervir na realidade e de empreenderem programas e projetos alternativos que agreguem valor à sociedade e respondam as demandas atuais.

Na PIB todos os processos de gestão da IES, de sua autoavaliação, às suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, seu modelo administrativo e acadêmico; todas estas instâncias que definem os fundamentos e princípios da Faculdade foram formuladas desde a criação da IES como projetos e práticas voltadas para uma educação inovadora e de qualidade.

O que torna a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) ainda mais notável é seu DNA disruptivo. A PIB nasceu do inconformismo de grandes empresários com os modelos de graduações tradicionais, que não são direcionados a formar líderes empreendedores para a vida real empresarial. A alta demanda por mentes empreendedoras em negócios de alta performance, especialmente no grupo que ele representa, foi um fator crucial para esta criação, considerando a carência destes profissionais no mercado de trabalho atual. A PIB surge da inconformidade de grandes empresários com o sistema tradicional.

Fruto de uma visão empreendedora e de mais de duas décadas de experiência no setor educacional, a PIB nasceu com a missão de transformar a realidade do mercado de trabalho em Santa Catarina. Identificando a carência de profissionais qualificados na região, a instituição se propôs a oferecer uma formação de excelência, alinhada às demandas das empresas locais.

Com o objetivo de fomentar o empreendedorismo e capacitar profissionais capazes de atender às necessidades de um mercado cada vez mais competitivo, a PIB desenvolveu um curso inovador e prático, que prepara os alunos para os desafios do mundo corporativo. A PIB surgiu da percepção de que o mercado de trabalho exigia profissionais mais qualificados e preparados para os desafios do futuro. Diante da necessidade de formar líderes capazes de impulsionar o crescimento

das empresas, a instituição decidiu investir em uma educação de alta qualidade, com foco no desenvolvimento de habilidades empreendedoras e soft skills. Com uma visão inovadora e um profundo conhecimento do mercado, a PIB oferece aos seus alunos a oportunidade de se desenvolverem em um ambiente estimulante e desafiador, preparando-os para construir carreiras de sucesso e contribuir para o desenvolvimento da região. Partindo de uma forte atuação no mercado local, a PIB estabeleceu parcerias com empresas e instituições, visando garantir que seus alunos tenham acesso a oportunidades de estágio e emprego. Ao investir na formação de seus alunos, a instituição também investe no futuro da região, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e próspera.

### **3.2. Inserção regional e abrangência geográfica**

A PIB situa-se em Itajaí, e possui uma população de 264.054 habitantes, de acordo com estimativas de 2022 do IBGE. Santa Catarina é reconhecida nacionalmente pelo seu forte espírito empreendedor. A cultura empreendedora está profundamente enraizada na população, e a região do Vale do Itajaí reflete esse perfil. A predominância de microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas nas cidades da microrregião evidencia a necessidade de um curso de Administração que seja focado no desenvolvimento de habilidades empreendedoras, oferecendo aos estudantes ferramentas práticas para a criação e gestão de negócios.

Segundo os dados apresentados no relatório, a maioria dos estabelecimentos registrados na região se enquadra como MEIs ou microempresas, o que reforça a necessidade de formar gestores capacitados para lidar com as demandas e os desafios desses pequenos negócios, promovendo a sustentabilidade e o crescimento das empresas locais.

Além disso, a região possui vocações econômicas diversificadas. Cidades como Navegantes e Itapema estão se tornando polos de desenvolvimento logístico e turístico, com oportunidades crescentes para empreendedores e líderes no setor de construção civil e serviços. O desenvolvimento desses setores exige profissionais capazes de gerenciar projetos complexos e criar novos negócios que atendam à demanda local e regional.

A criação de um curso de graduação em Administração é uma resposta direta à crescente demanda das empresas locais por profissionais capacitados que possam não apenas gerir suas operações, mas também inovar e transformar o ambiente de negócios em toda a microrregião da Foz do Rio Itajaí.

- Itajaí, com seu porto e grande infraestrutura logística, requer gestores capazes de lidar com operações complexas e expandir sua capacidade de comércio internacional. O Porto de Itajaí, um dos mais importantes do país, coloca a cidade em uma posição estratégica tanto para o comércio quanto para o desenvolvimento de negócios. Além disso, a indústria pesqueira, altamente desenvolvida e o comércio, necessitam de líderes com visão de longo prazo para melhorar processos e expandir mercados.

- Balneário Camboriú destaca-se no setor turístico e imobiliário, com grande atratividade para investidores nacionais e internacionais. O curso de Administração pode formar profissionais que atuem na gestão do turismo de alto padrão e no setor de serviços de luxo e na construção civil, respondendo à demanda de uma cidade que recebe milhões de visitantes anualmente.
- Itapema, conhecida por sua economia voltada ao turismo e construção civil, também necessita de empreendedores e gestores capacitados para liderar o desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários e turísticos. Com o crescimento constante do turismo na cidade, especialmente durante a alta temporada, há uma clara demanda por profissionais que saibam gerir projetos turísticos e empreendimentos imobiliários de forma eficiente e inovadora.
- Camboriú, embora menor e mais residencial, tem experimentado um rápido crescimento no setor imobiliário e nos serviços de apoio ao turismo de Balneário Camboriú. Com a expansão do comércio local e da construção civil, a cidade demanda gestores que possam liderar novos empreendimentos residenciais e comerciais, além de fomentar o empreendedorismo local, criando oportunidades de negócios e serviços para atender a uma população crescente.
- Navegantes, com seu papel estratégico no setor logístico e na construção naval, é um dos principais hubs de transporte da região. O Aeroporto Internacional de Navegantes e o Porto de Navegantes, reforçam a importância de profissionais capacitados para gerenciar operações logísticas e empresariais complexas. Além disso, o forte setor de pesca industrial demanda líderes que saibam integrar inovação e sustentabilidade na cadeia produtiva.

Cada uma dessas cidades possui características econômicas únicas, mas todas compartilham a necessidade urgente de formar líderes e empreendedores que possam alavancar o desenvolvimento regional, gerando empregos, inovação e sustentabilidade.

Destarte, a criação de um curso de graduação em Administração é uma resposta direta à crescente demanda das empresas locais por profissionais capacitados que possam não apenas gerir suas operações, mas também inovar e transformar o ambiente de negócios da região.

Embora a região do Vale do Itajaí tenha algumas instituições de ensino superior oferecendo cursos de Administração, há uma lacuna significativa nessa formação, afinal, as instituições educacionais existentes, embora importantes, não oferecem um número suficiente desses profissionais para o enfrentamento dos desafios econômicos e sociais específicos da



microrregião, deixando uma parte importante da demanda regional sem atendimento, o que poderá ser suprido com este novo curso de Administração.

Outro ponto fundamental a ser destacado é o potencial que o novo curso teria de promover o desenvolvimento sustentável e a inovação na região. O Vale do Itajaí, com sua economia baseada em setores como turismo e construção, precisa cada vez mais de líderes que possam integrar práticas de responsabilidade ambiental em suas estratégias de negócios.

A formação de administradores com visão sustentável e mentalidade inovadora será essencial para o desenvolvimento econômico de longo prazo da região, considerando que a qualidade de vida e a preservação ambiental são questões importantes para a população local e para os setores que impulsionam a economia

Diante dos dados e análises apresentados, a criação de um curso de graduação em Administração que atenda as cidades de Itajaí, Balneário Camboriú, Navegantes, Camboriú e Itapema que pertencem à microrregião da Foz do Rio Itajaí, se mostra não apenas necessária, mas estratégica para o desenvolvimento regional. A crescente demanda por profissionais qualificados em gestão, liderança e empreendedorismo, impulsionada por setores como logística, turismo, construção civil e serviços, evidencia uma lacuna significativa no cenário educacional local.

O curso proposto não apenas preencherá essa lacuna, mas também será um catalisador para o fortalecimento econômico da região, oferecendo ferramentas para a formação de gestores capazes de inovar, empreender e liderar com responsabilidade social e ambiental. A integração de uma visão sustentável no desenvolvimento de negócios permitirá que os futuros profissionais enfrentem os desafios globais, ao mesmo tempo em que potencializam o crescimento local.

Com isso, o curso de Administração contribuirá para a criação de um ecossistema empresarial ainda mais robusto, competitivo e alinhado com as tendências contemporâneas de inovação e sustentabilidade. Ao formar líderes preparados para transformar o ambiente de negócios, a iniciativa fortalecerá o papel da microrregião no cenário estadual e nacional, consolidando-a como um polo de excelência em gestão e empreendedorismo.

### **3.3. Perfil do Egresso**

A PIB, por meio do curso de graduação por ela ofertado, busca ensinar condições para que o seu egresso esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas de sua área profissional, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de sua atuação.



O projeto pedagógico do curso apresentará as competências e habilidades necessárias ao futuro profissional, devendo estar de acordo com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação e o trabalho de conclusão de curso (se for o caso).

Em uma sociedade complexa, espera-se que o estudante da PIB desenvolva, ao longo de sua formação acadêmica, competências que o torne apto para o mercado de trabalho. Apoiada nos valores institucionais, a PIB orientará para a formação de profissional com sólida capacitação geral, humanista, crítica, reflexiva, ética, inovadora e empreendedora com capacidade para atuar de forma propositiva e resolutiva.

Além disso, os estudantes da PIB deverão estar conscientes e aptos a buscar continuamente a formação especializada, atualização constante para o adequado e diferenciado exercício da sua profissão. Assim, os programas de extensão, pesquisa/iniciação científica e pós-graduação serão potencializados em áreas de confluências para a integração do trabalho acadêmico com a vida profissional.

### 3.4. Missão, Objetivos e Metas e Valores da IES

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) tem por **missão** precípua:

*“Gerar conhecimento científico de excelência, por meio de um processo formativo inovador, que valorize a humanização, a equidade e a ética, para o desenvolvimento pessoal e profissional comprometido com a transformação social.”*

Alimentando a missão delineada, a IES vislumbra como **visão**:

*“Ser reconhecida como uma IES que oferta educação moderna, com metodologias inovadoras, que desenvolvem proatividade, colaboração, flexibilidade, tolerância no processo formativo, para um relevante desenvolvimento pessoal e profissional”.*

Para cumprir com sua missão e perseguir a visão proposta, a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) sustenta-se nos seguintes **valores** institucionais:

- qualidade no ensino de graduação e pós-graduação;
- desenvolvimento de competências para um ensino contextualizado com a prática profissional;
- processos formativos que valorizam a responsabilidade - ética e seriedade em todas as nossas atividades;
- valorização das pessoas - relação de parceria com os professores, alunos, colaboradores e sociedade; e

- excelência - busca constante da efetividade - eficácia e eficiência.

Buscando efetivar a missão institucional exposta, a IES estabelece como seus principais objetivos e metas:

- **Promover educação integral**, através do ensino, da pesquisa/iniciação científica e da extensão, proporcionando o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, favorecendo a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica;
- **Construir conhecimento de formação geral e humanística**, com atenção às tecnologias emergentes e à evolução da área, necessárias para que o profissional possa superar os desafios do exercício profissional, consciente da necessidade de atualização constante e de aprimoramento de sua formação;
- **Propiciar aos graduandos a formação nas áreas de gestão e empreendedorismo**, capacitando-o a compreender o processo em uma perspectiva ampliada e interdisciplinar, com competência técnica, política, ética e humanística;
- **Qualificar a formação humana e profissional promovida pela educação de qualidade**, pelo domínio e aplicação de tecnologias educacionais e desenvolvimento de práticas inovadoras;
- **Proporcionar, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as necessidades regionais**, a formação superior de profissionais para atuarem nos diversos campos;
- **Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica**, visando ao desenvolvimento da área, a criação e difusão da cultura, desenvolvendo, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;
- **Promover a extensão**, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e estudos desenvolvidos na PIB;
- **Cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais**, na realização de pesquisas, na elaboração de projetos e na prestação de serviços, assegurando-lhes, segundo as suas possibilidades, assistência técnica;
- **Proporcionar ao corpo docente oportunidades de participação em programas de desenvolvimento comunitário e regional**, favorecendo meios para realização de atividades culturais, artísticas e desportivas, dentro de suas disponibilidades financeiras;
- **Promover contínua e sistemática avaliação de seu desempenho institucional e de sua relevância social na comunidade em que está inserida**, assegurando as condições necessárias para a concretização de seu Projeto Pedagógico e do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- **Contribuir para o aprimoramento da formação em administração no país**, proporcionando maior experiência durante o processo de formação;
- **Incentivar a realização de pesquisas e fortalecer a articulação da teoria com a prática**, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios curriculares e

extracurriculares em grandes empresas, a participação em atividades de extensão e programas de responsabilidade social;

- **Instituir mecanismos de avaliações periódicas com vistas à melhoria da qualidade formação acadêmica**, bem como de processos de autoavaliação institucional e do curso.

De acordo com a Missão da IES esses princípios sustentam todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que serão desenvolvidas, conforme se pode observar em diferentes projetos institucionalmente programados:

a) **Projetos Institucionais de Extensão:** que se apresentam com propostas inter e transdisciplinares, envolvendo o curso em temáticas articuladas;

b) **Programa de Iniciação Científica:** vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão, busca fortalecer a “pesquisa na construção do conhecimento”, entendendo a pesquisa como ferramenta de aprendizado;

c) **Linhas de Pesquisa:** Na PIB, as linhas de pesquisas definidas são tomadas como eixo condutor de todos os projetos de iniciação científica bem como de extensão, considerada tal linha como capaz de levar à articulação entre teoria e prática, instituição de ensino e a realidade social;

d) **Programa de Monitoria:** Tal programa permitirá aos Monitores auxiliarem a tarefa dos docentes, favorecendo a consolidação de sua formação acadêmica e a aproximação inicial com a carreira da docência, por meio de um programa de auxílio extraclasse na aprendizagem.

e) **Metodologias Ativas aplicadas ao ensino-aprendizagem:** A aprendizagem será favorecida e estimulada por meio do suporte dado pela IES, por meio de materiais de apoio aos docentes, promovendo cursos de capacitação em metodologias ativas, oficinas e práticas que expressam a própria filosofia da metodologia ativa no ensino na Faculdade PIB.

Estes programas serão elaborados na PIB, envolvendo membros do NDE e Colegiado de Curso e, estão formalizados em Regulamentos próprios, com as especificidades e detalhamentos necessários a respeito de sua realização e implementação. A partir dos objetivos propostos, bem como dos relatórios de avaliação externa do MEC e do processo de autoavaliação institucional subsidiado pela CPA, a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) apresenta seus objetivos e metas, com previsão de ações e respectivos prazos propostos para a vigência do PDI 2024-2028, conforme exposto a seguir.

### **3.4.1. Dimensão I - A Missão e o PDI**

A PIB norteará sua Missão, Visão e Valores, bem como seu Plano de Desenvolvimento Institucional por meio dos objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho descritos abaixo.

Objetivo 1	Consolidar os pilares estratégicos institucionais (missão, visão e valores) e os documentos de referência MEC/INEP, CNE/CES e CONAES						
Meta	Capacitar os colaboradores para o exercício de suas atividades atendendo às políticas institucionais da PIB e aos documentos de referência do MEC/INEP e demais instituições reguladoras.						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Divulgar a identidade corporativa da PIB – missão, visão e valores	Identidade corporativa explicitada em espaços da PIB e consolidada nas ações institucionais (coerência).	Diretoria Geral	x	x	x	x	x
Divulgar as Políticas Institucionais descritas no PPI evidenciando sua aplicação, entre outros, nos projetos de Ensino, Pesquisa (iniciação científica) e Extensão, no atendimento ao discente, na contratação, qualificação e avaliação docente, na gestão da PIB, no relacionamento com a comunidade	Resultados satisfatórios da avaliação institucional (CPA) e do curso, por comissões externas MEC/INEP.	Diretoria Acadêmica	x	x	x	x	x
Analisar/estudar e divulgar os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES e CONAES para a gestão da PIB.	Documentos de referência MEC/INEP e das agências reguladoras amplamente divulgados à comunidade acadêmica.	Diretoria Geral	x	x	x	x	x
Objetivo 2	Implementar o PDI						
Meta	Utilizar o PDI como documento de referência para as ações institucionais.						

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Definição de orçamento comprometido com as metas e cronograma do PDI.	Planejamento orçamentário vinculado ao PDI.	Diretoria Geral	x	x	x	x	x
Avaliar sistematicamente o cumprimento das Metas e Ações previstas no PDI.	Metas programadas executadas conforme cronograma – CPA.	CPA	x	x	x	x	x
Elaborar relatórios semestrais de monitoramento.	Relato Institucional fundamentado com descrição e avaliação das ações previstas.		x	x	x	x	x

#### Instrumentos de Avaliação para Dimensão I:

- I. Planejamento Orçamentário > execução orçamentária;
- II. Relatório da CPA (semestral e Relato Institucional).

#### 3.4.2. Dimensão II - Políticas para o Ensino, a Pesquisa/Iniciação Científica, a Pós-Graduação e a Extensão

A PIB norteará o ensino, a iniciação científica, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo os procedimentos para o estímulo à organização e à produção acadêmica, as bolsas de iniciação científica, de monitoria e demais modalidades por meio dos objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho descritos a seguir. Além disso, assegura a divulgação das ações como forma de estímulo à produção discente.

##### a) Políticas para o Ensino e ações acadêmico administrativas para curso de graduação:

<b>Objetivo 1</b>	Capacitar gestores de cursos, corpo docente e corpo técnico administrativo para atuação MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Políticas Institucionais da PIB.						
<b>Meta</b>	Coordenação do curso, NDE, corpo docente e técnicos administrativos atuando em conformidade com os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Políticas Institucionais da PIB.						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
1 - Divulgar e debater as concepções filosóficas e as Políticas Institucionais da PIB explicitadas no PPI orientando sua aplicação em todas as atividades da instituição.	Concepções Filosóficas e Políticas institucionais previstas no PPI implementadas no curso.	Diretoria Geral e Diretoria Acadêmica	x	x	x	x	x
2 - Manter o Núcleo Docente Estruturante - NDE atuando em conformidade com o que estabelece a Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 e os instrumentos de avaliação INEP/MEC.	NDE atuante na gestão do curso e com Plano de Ação definido e operacionalizado.		x	x	x	x	x
3 - Manter programa de formação continuada para a capacitação contínua da coordenação de curso, NDE, docentes e técnico-administrativos visando a atuação fundamentada nas resoluções do CNE e do CONAES, nas orientações do SINAES e nas Políticas Institucionais da PIB.	Programa de Educação Continuada evidenciado com a oferta de cursos de capacitação.	Diretoria Geral e Diretoria Acadêmica	x	x	x	x	x
<b>Objetivo 2</b>	Estruturar e Manter a cultura da Avaliação Sistemática do(s) PPC(s)						

Meta	PPC(s) avaliados conforme os padrões de qualidade definidos pelo MEC/INEP e as DCNs						
		Cronograma Operacional					
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
1 - Avaliar sistematicamente o(s) PPC(s) por meio do(s) Colegiado(s) de Curso, do NDE e da CPA, no que se refere aos objetivos de curso, o perfil do egresso definido nas DCNs, conteúdo, procedimentos metodológicos, infraestrutura disponível, acervo, estratégias de avaliação e resultados de aprendizagem e indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de Avaliação de Curso MEC/INEP.	Projetos pedagógico(s) de curso(s) revisado(s) anualmente com referendo do NDE e socializado(s) com a comunidade acadêmica.  Bons resultados nas avaliações externas a cargo do MEC/INEP, resultado de ENADE no mínimo igual a 4.  Resultados de avaliação analisados e socializados com a comunidade acadêmica.	NDE, Colegiado de Curso e Diretoria Acadêmica	Permanente				
2 - Avaliação dos resultados de Aprendizagem a partir das avaliações externas		CPA	Imediatamente após a divulgação dos relatórios de comissões de avaliação				
- Avaliação a partir dos pareceres de Comissão de especialistas do MEC/INEP		CPA	Imediatamente após a divulgação dos relatórios de comissões de avaliação				
4 - Avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)		NDE	Após a divulgação dos relatórios das provas realizadas pelos estudantes inscritos como ingressantes e concluintes.				
5 - Definição de ações decorrentes dos resultados obtidos nas avaliações		CPA, NDE e Diretoria Acadêmica	No período máximo de 6 meses após resultados de avaliação externa				
Objetivo 3	Instituir, na prática educativa, analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real evitando a fragmentação do conhecimento.						

<b>Metas</b>	Estrutura curricular e atividades acadêmicas planejadas e executadas de forma interdisciplinar, superando a fragmentação do conhecimento.						
	Cronograma Operacional						
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
<p>Manter Projeto(s) Pedagógico(s) que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresente concepção centrada no estudante como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo de ensino e aprendizagem;</li> <li>2. Demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas;</li> <li>3. Esteja atualizado e que atenda às exigências profissionais e as demandas dos órgãos responsáveis pela educação superior;</li> <li>4. Contenha organização didática-pedagógica com estrutura curricular flexível e que possibilite a interdisciplinaridade, a investigação, a análise, a resolução de problemas e a articulação da teoria com a prática e que estejam fundamentadas em metodologia que articule o</li> </ol>	<p>Curso(s) ofertado(s) coerente(s) com as Políticas de Ensino definidas no PPI da PIB.</p>	<p>Diretoria Acadêmica e Coordenação do Curso</p>	x	x	x	x	x



<p>ensino, a iniciação científica e a extensão;</p> <p>5. Apresente o objetivo de desenvolver competências dos estudantes necessárias para a elaboração de projetos de intervenção que sejam voltados às necessidades do cotidiano e os diferentes contextos de atuação;</p> <p>6. Proporcione o desenvolvimento de práticas pedagógicas e metodologias disruptivas que desenvolvam o raciocínio crítico e analítico, com vistas a capacitar o profissional para atuação no mercado de trabalho contemporâneo;</p> <p>7. Valorize os princípios éticos e morais contribuindo para a assistência humanizada e para o bem-estar da sociedade;</p> <p>8. Desenvolva atividades que privilegiam os saberes teórico-práticos e a inserção na comunidade de Itajaí e região.</p>							
<b>Objetivo 4</b>	Estruturar e Manter sistema de avaliação da aprendizagem coerente com os objetivos de aprendizagem definidos em cada componente curricular.						
<b>Meta</b>	Sistema de avaliação da aprendizagem abrangente e que permita identificar fragilidades tanto no processo de ensino quanto na aprendizagem possibilitando ações de correção.						
	<b>Cronograma Operacional</b>						

Ações		Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Estruturar sistema de avaliação integrada de desempenho dos estudantes que abranja o conjunto de conteúdos trabalhados até o momento da avaliação.		Sistema de Avaliação de Aprendizagem estruturado e com mecanismos de avaliação dos resultados	Diretoria Acadêmica e Coordenação do Curso	x	x	x	x	x
<b>Objetivo 5</b>	Incentivar a educação continuada							
<b>Meta</b>	Participação de alunos e egressos (quando couber) em programas de Educação Continuada de forma consolidada e expressiva							
		Cronograma Operacional						
Ações		Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Realizar Seminários, Encontros, Congressos, Semana Científica, Palestras e Debates como instrumento de conscientização para a Educação Continuada fomentando o desejo e a necessidade de continuidade dos estudos.		Realização de pelo menos um evento científico por ano.	Diretoria Acadêmica e Coordenadoria de Pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão	x	x	x	x	x
Incentivar a participação em Projetos de Pesquisa e de Extensão por meio do Programa de Iniciação Científica e em atividades desenvolvidas em parceria com as instituições públicas e privadas.		Incremento de 10 % ao ano no número de alunos envolvidos em projetos de iniciação científica e de extensão.	Coordenadoria de Pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão		x	x	x	x

Ofertar cursos de Pós-graduação "lato sensu"	Captação de pelo menos 10 % dos egressos de cada ano para Programa de Pós-graduação "Lato Sensu" oferecidos pela PIB.	Coordenação de Curso				x	x
<b>Objetivo 6</b>	Definir as Atividades Complementares como relevantes no processo de formação do estudante						
<b>Metas</b>	Dar ao componente curricular Atividades Complementares a mesma relevância para a formação que as Unidades Curriculares, o estágio do curso e o TCC configurando-a como espaço para a formação diferenciada e flexibilidade curricular						
	<b>Cronograma Operacional</b>						
<b>Ações</b>	<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>Responsável</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
Incentivar a realização de projetos de iniciação científica e extensão (com atribuição de bolsas).	Atividades complementares programadas pelo colegiado e descritas no relatório anual da CPA como de avaliação positiva.	Coordenação do Curso	x	x	x	x	x
Explicitar no(s) PPC(s) o contributo das atividades complementares na formação dos estudantes.			x	x	x	x	x
Incentivar a participação de estudantes em Encontros, Conferências e Congressos.			x	x	x	x	x
Incentivar a participação de estudantes em atividades de prática profissional extracurricular.			x	x	x	x	x

Incentivar a participação de estudantes na Monitoria	<p>Incentivar a participação de estudantes em Encontros, Conferências e Congressos.</p> <p>Incentivar a participação de estudantes em atividades de prática profissional extracurriculares.</p> <p>Incentivar a participação de estudantes na Monitoria.</p>				x	x	x
<b>Objetivo 7</b>	Diminuir a evasão de estudantes pelo baixo desempenho acadêmico						
<b>Metas</b>	Manter ações de acompanhamento do discente que propiciem redução sistemática da taxa de evasão por questões acadêmicas						
	<b>Cronograma Operacional</b>						
<b>Ações</b>	<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>Responsável</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
Acompanhar o desempenho dos estudantes em cada avaliação disponibilizando material didático-acadêmico extra no Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como ter momentos sob demanda com os docentes para suprir lacunas de conhecimento.	Redução da taxa de evasão por questões acadêmicas.	Coordenação do Curso		x	x	x	x

Manter programa de monitoria para apoio aos discentes.		Diretoria Acadêmica		x	x	x	x
Prover apoio psicopedagógico.		NAP	x	x	x	x	x
<b>Objetivo 8</b>	Compatibilizar a oferta de cursos com o aproveitamento de recursos existentes, a infraestrutura instalada, a viabilidade/estabilidade financeira e as novas demandas do mercado.						
<b>Metas</b>	<p>1 - Adequação do portfólio de Curso de graduação, atualmente em oferta, para possível oferta de novos cursos considerando a infraestrutura instalada.</p> <p>2 - Prospectar, sempre que possível, novos cursos de graduação para atender às demandas de capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES se encontra inserida.</p>						
			<b>Cronograma Operacional</b>				
<b>Ações</b>	<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>Responsável</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
Fazer análise de demanda para cursos na região.	Pesquisa de demanda realizada	Diretoria Acadêmica	x	x	x	x	x
Realizar estudos prospectivos e análise de cenários para garantir a oferta e execução dos novos cursos, e em consequência: a) Elaborar os Projetos Pedagógicos; b) Capacitar docentes para atuar nos novos cursos; c) Implantar infraestrutura em consonância com os referenciais de qualidade e as necessidades dos cursos.	Cursos Identificados e Projetos Pedagógicos desenvolvidos		x	x	x	x	x

## Instrumentos de Avaliação da Política de Ensino de Graduação:

- I. Relatórios das Comissões Externas de Avaliação
- II. Parecer do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso
- III. Relatório da CPA e Resultados do ENADE
- IV. Análise estatística e analítica da movimentação de estudantes

## b) Políticas para o Ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação:

Objetivo		Contribuir para a qualificação de recursos humanos através da oferta de cursos dentro do Programa de Educação Continuada.					
Metas		1. Oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu, por área de conhecimento relativa aos cursos de graduação da PIB conforme pesquisa de mercado e demanda 2. Gestão integrada dos procedimentos acadêmicos da pós-graduação					
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Verificar as necessidades de qualificação dos profissionais das empresas da região para consolidação de parcerias e oferta de curso de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> .	1. Projetos de curso estruturados (Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018), implementados, com vagas preenchidas e com avaliação positiva do mercado de trabalho.	Diretoria Acadêmica		x	x	x	x
Elaborar os Projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação " <i>Lato Sensu</i> " atendendo ao que estabelece a legislação vigente.				x	x	x	x
Fazer a divulgação dos cursos em oferta.				x	x	x	x
	2. Atendimento ao seguinte dispositivo legal: Resolução nº 2, de 12 de fevereiro						

	de 2014 (Instituição de cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino). 3. Cursos reconhecidos como de excelência pelos participantes.						
Integrar o sistema de registro acadêmico, para melhorar o processo de gestão e acompanhamento da pós-graduação (secretaria digital).	Sistema de Pós-graduação com absoluto controle de registro acadêmico.			x	x	x	

#### **Instrumentos de Avaliação para a Política de Pós-graduação:**

- I. Cursos criados e aceitos pela comunidade
- II. Relatório de avaliação da CPA
- III. Parecer da CAPES

#### **c) Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural:**

<b>Objetivo 1</b>	Promover a participação efetiva de docentes e discentes da PIB no desenvolvimento de projetos de pesquisa/iniciação científica voltados, (sempre que possível) para o estudo e resolução de problemas da região
<b>Meta</b>	Integrar de forma efetiva a participação de estudantes e docentes em projetos de pesquisa do processo de formação dos estudantes.
<b>Cronograma Operacional</b>	

Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Criar Programa de Iniciação Científica (com atribuição de bolsas) e evidenciá-lo no(s) PPC(s).	Exigir de cada docente da PIB com titulação de Mestre pelo menos 1 (um) e de cada docente Doutor pelo menos 2 (dois) projetos de pesquisa/iniciação científica orientados por ano com resultado aceito para divulgação em encontro científico.	Coordenador(a) de Pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão					
Desenvolver projetos de pesquisa/iniciação científica voltados (sempre que possível) para o estudo e resolução de problemas e demandas da região de influência da Instituição.							
Realizar Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da PIB, de abrangência regional, para apresentação e intercâmbio de trabalhos de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão.	Linhas de pesquisa definidas e cadastradas com projetos em desenvolvimento.			x	x	x	x
Estimular a participação de alunos e docentes em Encontros, Conferências e Congressos para apresentação de trabalhos desenvolvidos nos cursos de graduação e pós-graduação da PIB.							
Manter, no site da PIB, um espaço para divulgar a produção do conhecimento e disponibilizar estas	Projetos de iniciação científica e projetos de						



informações periodicamente nas redes sociais.	pesquisa voltados para a solução de problemas de interesse regional e reconhecidos pela comunidade.						
Promover a inserção da PIB nos Programa de PIBIC do CNPq.							
Estimular a busca de auxílio financeiro por agências de fomento para viabilizar a realização de projetos de pesquisa.	Mestres e Doutores com produção científica correspondente à nota 5 do instrumento de avaliação do MEC.						
Definir a participação diferenciada de docentes em atividades de orientação de projetos de Iniciação Científica como relevante para fins de progressão na carreira.							
<b>Objetivo 2</b>	Promover a participação da PIB no desenvolvimento de projetos artísticos e culturais						
<b>Meta</b>	Configurar a PIB como instituição responsável pela divulgação a preservação da Mem da região de Itajaí						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Estabelecer parcerias com instituições artísticas e culturais da região de inserção para o fomento de projetos culturais.	Reconhecimento pela comunidade da PIB como instituição fundamental para o desenvolvimento	Coordenador(a) de Pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão		x	x	x	x

Colocar à disposição de instituições artísticas e culturais os meios disponíveis na PIB para a realização de ações de desenvolvimento cultural e artístico.	cultural e artístico da região.						
Definir como relevante a participação de docentes e discentes em atividades culturais e artísticas associadas ao(s) curso(s) de graduação.							

Instrumentos de Avaliação para a Política de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural:

- I. Linhas de Pesquisa definidas e Projetos de Pesquisa/Iniciação Científica implementados
- II. Mestres e Doutores com produção científica registrada
- III. Ações culturais implementadas

**d) Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Extensão:**

<b>Objetivos</b>	Promover a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva de Projetos/Atividades de Extensão preferencialmente de cunho interdisciplinar e social. Atender, sempre que possível e dentro da capacidade implantada, as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais.							
<b>Metas</b>	1. Consolidar e ampliar as atividades de extensão e ação comunitária. 2. Adotar política de desenvolvimento da extensão com projetos autossustentáveis. 3. Contribuir, por meio de ações extensionistas, na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável. 4. Implementar a Curricularização da Extensão - Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.							
				<b>Cronograma Operacional</b>				
<b>Ações</b>	<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>de</b>	<b>Responsável</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>

Fomentar parcerias com os poderes públicos, organizações e instituições comunitárias, associativas e privadas que viabilizem sinergias para atividades conjuntas em benefício dos vários segmentos da sociedade.	Ampliação das ações de Extensão junto à comunidade de Itajaí e região polarizada	Coordenadora de Pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão	x	x	x	x	x
Realizar atividades periódicas com e na sociedade civil, discutindo temáticas de interesse comunitário.			x	x	x	x	x
Potencializar a inserção de novas atividades de extensão por meio de sensibilização da sua relevância junto aos docentes, técnicos-administrativos e discentes.			x	x	x	x	x
Incentivar e apoiar as organizações estudantis da PIB na promoção, organização e realização de atividades de extensão.			x	x	x	x	x
Desenvolver Projetos/atividades de extensão sustentados em parceria com instituições públicas e privadas.			x	x	x	x	x
Fomentar ações visando o desenvolvimento sustentável no âmbito de três pilares: econômico, ambiental e social.			x	x	x	x	x

Incentivar a prática de programas de cunho voluntariado junto às organizações estudantis, docentes e técnicos-administrativos.			x	x	x	x	x
Articular junto ao NDE a incorporação da extensão como componente no currículo de curso da PIB (curricularização da extensão)	Curricularização da Extensão Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.	NDE e Coordenação de Extensão			x	x	x

#### **Instrumentos de Avaliação para a Política de Extensão:**

- I. Relatório favorável de parceiros conveniados;
- II. Parecer da CPA.
- III. Curricularização da Extensão implementada nos cursos de graduação

#### **3.4.3. Dimensão III - Responsabilidade Social**

A responsabilidade social da PIB, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, nortear-se-á por meio dos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho:

Objetivos	Manter ações de responsabilidade social nos seguintes campos: a) Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural; b) Relação étnico - racial, cultura afro-brasileira e indígena; c) Diversidade, Acessibilidade e Educação em Direitos Humanos; d) Desenvolvimento sustentável: Econômico, Ambiental e Social.
Metas	Objetos de pesquisa/iniciação científica focados nas demandas econômicas e tecnológicas; Conscientização da comunidade interna e externa em defesa do Meio Ambiente; Valorização da produção artística e patrimônio cultural;

<p>Atendimento ao disposto na Lei N° 11.645 de 10.03.2008 e na Resolução CNE/CP N° inclusão da Temática da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas componentes curriculares dos cursos;</p> <p>Atendimento ao disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto N° 4.281 integração da educação ambiental às componentes curriculares do curso de modo transversal;</p> <p>Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;</p> <p>Atendimento ao disposto na Resolução CNE N° 1, de 30 de maio de 2012 - Educação em Direitos Humanos.</p>			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Desenvolver atividades de extensão direcionadas para o atendimento de demandas de instituições de cunho social.	Reconhecimento da PIB, pela comunidade de Itajaí e região, como Instituição Socialmente Responsável.	Coordenação de Pesquisa e Extensão	x	x	x	x	x
Realização de atividades de Extensão, através de parceria, voltadas para a defesa do Meio Ambiente, problemas de interesse econômico e social.			x	x	x	x	x
Realização de atividades de Iniciação Científica voltadas para o estudo de problemas de interesse econômico, social e defesa do Meio Ambiente.			x	x	x	x	x
Realizar atividades de Extensão, através de parceria, voltadas para a defesa do Meio Ambiente.		NDE	x	x	x	x	x
Estruturar os PPC com inclusão na organização curricular de estratégias relativas à Educação			x	x	x	x	x

Ambiental, Educação para os Direitos Humanos e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e respeito à diversidade;							
--	--	--	--	--	--	--	--

#### Instrumentos de Avaliação da Dimensão III:

I. Relatório de CPA;

II. Parecer de Comissões Externas de Avaliação;

III. Manifestação da comunidade através dos meios de comunicação.

#### 3.4.4. Dimensão IV - Comunicação com a Sociedade

A comunicação da PIB com a sociedade será regida por meio dos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivo 1	Desenvolver a marca PIB						
Meta	Marca PIB reconhecida em 1º lugar como instituição de ensino superior em na área						
				Cronograma Operacional			
<b>Ações</b>	<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>Responsável</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
1. Manter a estrutura de marketing institucional. 2. Promover atividades de relações públicas que projetem a PIB utilizando os canais oficiais de relacionamento. 3. Realizar permanente monitoramento da imagem institucional junto aos principais organismos governamentais, comunidade acadêmica interna e externa e setores produtivos de sua área de atuação.	Reconhecimento da Comunidade de Santa Catarina e região da importância da instituição para o desenvolvimento socioeconômico cultural e artístico.	Diretoria Geral	x	x	x	x	x
Objetivo 2	Instrumentalizar a comunicação da PIB com a comunidade interna.						

Meta	Ações institucionais socializadas propiciando à comunidade interna o conhecimento e a participação nas atividades desenvolvidas na PIB. Conjunto de normas externas que regulamentam as instituições de ensino superior socializadas para toda a comunidade. Socializar o conhecimento do conjunto de normas internas que regulamentam as ações.							
				Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028	
1- Disponibilizar no site institucional e em espaços públicos da PIB: a) Projetos de Iniciação científica; b) Projetos de extensão; c) Encontros, conferências, congressos e palestras; d) Programas de Monitoria e Nivelamento; e) Bolsas acadêmicas de monitoria, de pesquisa/iniciação científica e convênios firmados; f) Resultados das avaliações internas e externas; g) Produção científica dos docentes e discentes; h) Participação de docentes e discentes em eventos científicos; i) Relatórios da CPA; j) Resultados das Avaliações Externas: Comissões de especialista, ENADE.	Corpo social da PIB plenamente ciente das ações acadêmicas e administrativas em curso.	Diretoria Geral	x	x	x	x	x	
		Supervisão Acadêmica	x	x	x	x	x	
3- Disponibilizar no site institucional e em espaços	2- Disponibilizar no site institucional os	Legislações pertinentes ao Ensino	x	x	x	x	x	

<p>públicos da PIB os seguintes documentos:</p> <p>a) Identidade corporativa;</p> <p>b) Políticas Institucionais da PIB;</p> <p>d) Guia Acadêmico;</p> <p>e) Manual do Candidato ao Processo Seletivo;</p> <p>f) Síntese dos PPCs (Objetivo do curso, Perfil do Egresso, organização curricular, corpo docente, infraestrutura) dos cursos oferecidos;</p> <p>g) Formação e a experiência profissional do corpo docente;</p> <p>h) Produção científica dos docentes e discentes;</p> <p>i) Resoluções dos órgãos colegiados;</p> <p>j) Resoluções da mantenedora.</p>	<p>seguintes documentos:</p> <p>a) Resoluções do Conselho Nacional de Educação;</p> <p>b) Portarias do MEC e do INEP incluindo:</p> <p>Instrumento de Avaliação de cursos e Instrumento de Avaliação Institucional;</p> <p>Diretrizes do ENADE;</p> <p>c) Diretrizes Curriculares Nacionais do(s) Curso(s)</p>	<p>Superior totalmente divulgadas e de pleno conhecimento da comunidade e acadêmica</p>					
Objetivo 3	Ampliação da comunicação da PIB com a comunidade externa.						
Meta	Melhoria do processo de comunicação e das relações da PIB com a comunidade da região						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Implantar a Ouvidoria.	Processo de comunicação externo agilizado e reconhecido pela comunidade como eficiente	Diretoria Geral	x				
Desenvolver programas de modernização e sistematização da comunicação institucional, visando alcançar eficiência na divulgação da informação e na tramitação dos processos.			x	x	x	x	x
Manter site institucional atualizado e disponível para a comunidade externa em todos os itens pertinentes definidos para a comunidade interna.			x	x	x	x	x



#### Instrumentos de Avaliação da Dimensão IV:

- I. Relatório de CPA;
- II. Parecer de Comissões Externas de Avaliação;
- III. Manifestação da comunidade através dos meios de comunicação.

#### 3.4.5 Dimensão V - As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seu Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas Condições de Trabalho

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho serão norteadas pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

##### a) Corpo Docente

Objetivo 1	Atender às Políticas de Contratação de Corpo Docente, de Avaliação de Desempenho e aos indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de referência do MEC.							
Meta	Manter em pelo menos 60 % o percentual de docentes com titulação stricto sensu e pelo menos 20% em tempo integral (TI)							
				Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028	
Divulgar os mecanismos/editais para a seleção, contratação e aprimoramento docente.	NDE e corpo docente de cada curso alinhado, com o referencial de qualidade definido pelo MEC para formação docente e Regime de Trabalho.	Diretoria Acadêmica e Coordenação de Curso	x	x	x	x	x	
Incentivar a maior dedicação docente às ações da PIB ampliando os regimes de trabalho.			x	x	x	x	x	
Avaliar o corpo docente quanto à titulação, experiência profissional, integração aos objetivos do curso e perspectiva de qualificação.			x	x	x	x	x	

Incentivar a participação de Docentes em Programas de Mestrado e Doutorado aprovados pelas CAPES.			x	x	x	x	x	
Objetivo 2	Aprimorar as competências pedagógicas e avaliar o desempenho dos docentes nas atividades de ensino e aprendizagem							
Meta	Corpo docente capacitado a atuar no processo de ensino e aprendizagem conforme Políticas de Ensino definidas no PPI/PDI							
			Cronograma Operacional					
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável I	2024	2025	2026	2027	2028	
Orientar pedagogicamente o corpo docente na elaboração de objetos de estudo centrados na aprendizagem.	Avaliação positiva e negativa dos docentes nas avaliações da CPA e melhoria nos resultados da Aprendizagem.	Diretoria Acadêmica e Coordenação de Curso	x	x	x	x	x	
Apoiar/orientar os docentes na construção dos planos de ensino e aprendizagem e estratégias metodológicas de ensino e de avaliação centrados na aprendizagem.			x	x	x	x	x	
Aplicar instrumento de avaliação docente envolvendo como critérios a construção dos planos de ensino e aprendizagem e o desempenho em sala de aula			x	x	x	x	x	
Objetivo 3	Estimular a produção docente, definindo indicadores de progressão compatíveis com os objetivos institucionais da PIB							
Meta	Plano de Carreira Docente que atenda às necessidades e às peculiaridades da PIB - Missão, Visão e Valores Institucionais.							
			Cronograma Operacional					
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável I	2024	2025	2026	2027	2028	
Definir no Plano de Carreira critérios de progressão docente que permitam	Plano de carreira com regras claras para a progressão	Direção Geral e	x	x	x	x	x	

remunerar conforme o mérito acadêmico, desempenho compatível com a titulação e atendimento aos objetivos institucionais da PIB.	privilegiando a contribuição do docente na formação de egresso com as habilidades e competências definidas no projeto pedagógico de curso.	Supervisão Acadêmica					
Implementar projetos de iniciação científica, mediante incentivo à participação de discentes e docentes, além de viabilizar a divulgação das pesquisas efetuadas em eventos científicos.	Projetos de Iniciação científica aprovados enfatizando os temas de interesse institucional e com resultados aceitos para divulgação/publicação	Coordenação de Pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão	x	x	x	x	x

**b) Corpo Técnico-Administrativo:**

<b>Objetivo 1</b>	Atender às Políticas institucionais de Contratação e de Avaliação do Corpo Técnico – administrativo						
<b>Meta 1</b>	Programa Institucional de Contratação e de Capacitação de Recursos Humanos adequado às necessidades da PIB.						
<b>Meta 2</b>	Implementar Plano de Carreira específico para o corpo técnico-administrativo.						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Prospectar as necessidades de treinamento do pessoal técnico-administrativo tanto em gestão acadêmica quanto	Resultado Positivo na Avaliação de Desempenho do	Diretoria Geral e Diretoria Administrati	x	x	x	x	x

nas atividades específicas dos cursos.	Corpo Técnico – Administrativo.	va e Financeira					
Criar programas de capacitação do corpo técnico-administrativo.			x	x	x	x	x
Divulgar os mecanismos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do técnico administrativo.			x	x	x	x	x
Implementar Plano de Carreira específico para o corpo técnico-administrativo.			x				

#### Instrumentos de Avaliação da Dimensão V:

I. Aumento da Produção Científica de docentes e discentes

II. Relatório da CPA

#### 3.4.6. Dimensão VI - A Organização e Gestão da Instituição

A organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios serão norteadas pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

<b>Objetivo 1</b>	<p>Atender às Políticas de Gestão definidas no PPI:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter órgão conselho superior com representação de todo o corpo social: mantenedora, corpo docente, corpo técnico administrativo e corpo discente;</li> <li>2. Manter colegiado de curso com representação docente e discente;</li> <li>3. Garantir nas competências de cada órgão colegiado independência e autonomia acadêmica na relação com a mantenedora;</li> </ol>
-------------------	--

	4. Manter atuação legislativa coerente com a identidade corporativa, Políticas Institucionais e Documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES.							
Meta 1	Manter gestão colegiada com representação do corpo social da Instituição.							
Meta 2	Órgãos colegiados qualificados para a atuação em acordo com os documentos institucionais de referência e as normas e resoluções do CNE/CES, MEC/INEP, CONAES.							
			Cronograma Operacional					
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável I	2024	2025	2026	2027	2028	
Apoiar a livre organização e a escolha dos representantes dos diversos segmentos da Instituição.	Atuação qualificada dos órgãos colegiados fundamentada no amplo conhecimento da legislação educacional pertinente e na representatividade e da comunidade acadêmica	Diretoria Geral	x	x	x	x	x	
Socializar no âmbito dos órgãos colegiados as normas e resoluções baixadas pelo CNE/CES, CONAES, MEC/INEP.			x	x	x	x	x	
Definir no Regimento Interno e divulgar as atribuições dos órgãos colegiados.	Atuação qualificada dos órgãos colegiados fundamentada no amplo conhecimento da legislação educacional pertinente	Diretoria Geral	x	x	x	x	x	
Divulgar no âmbito dos órgãos colegiados as Políticas Institucionais de referência da PIB dispostas no PPI.			x	x	x	x	x	
Objetivo 2	Promover constante melhoria da qualidade do processo administrativo, nas diversas áreas d análise dos fluxos administrativos, da melhoria do sistema de informação, da qualificação da capacitação profissional e da modernização da estrutura organizacional							

Meta	Gestão otimizada com a utilização do PDI/PPI - Plano de Metas e Ações como referência para a ação e a avaliação institucional.							
			Cronograma Operacional					
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028	
Implantar uma política de Planejamento Institucional, voltada para a execução e acompanhamento do Planejamento estratégico e Tático-operacional como ferramenta de gestão.	Conhecimento amplo por parte dos colaboradores da estrutura organizacional com a definição das funções e instrumentos de gestão implementadas.	Diretoria Geral	x					
Institucionalizar o Planejamento Estratégico Institucional e adequá-lo ao PDI.			x					
Manter controle dos processos administrativos e a gestão eletrônica de documentos.			x	x	x	x	x	
Manter atualizado o PDI e o Regimento Interno da PIB.			x	x	x	x	x	
Implantar organograma e fluxograma da PIB, com os respectivos mecanismos de ligação e interação entre instâncias institucionais para melhor distribuição de responsabilidade gerencial.			x					
Regulamentar a prestação de serviços visando			x	x	x	x	x	

potencializar as condições de captação de recursos.							
---	--	--	--	--	--	--	--

#### Instrumentos de Avaliação da Dimensão VI:

I. Relatório da CPA;

II. Relatório da Ouvidoria.

### 3.4.7. Dimensão VII - Infraestrutura Física, Especialmente a de Ensino e Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação

A melhoria da infraestrutura da PIB será norteada pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

#### a) Curso de Administração

<b>Objetivo 1</b>	Manter infraestrutura física adequada e capaz de atender às necessidades definidas no PPC.						
<b>Meta</b>	Manter laboratórios, salas de aulas e demais estruturas exigidas pelos PPC, obedecendo ao cronograma estabelecido na estrutura curricular do curso						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Apoio às ações de manutenção de infraestrutura física: insumos, conservação, limpeza, conserto de equipamentos e serviços.	Espaços acadêmicos adequados; Laboratórios, Insumos plenamente disponibilizados	Mantenedora e Diretoria Acadêmica	x	x	x	x	x
<b>Objetivo 2</b>	Manter infraestrutura adequada ao atendimento de pessoas com necessidades especiais.						

<b>Meta 1</b>	Acesso de pessoas com necessidades especiais a todas as instalações e serviços da IES plenamente facilitado;						
<b>Meta 2</b>	Condições amplas de estudo para deficientes auditivos e visuais.						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Manutenção da infraestrutura para que pessoas com necessidades especiais tenham acesso às atividades de seu curso e demais serviços envolvendo: rampas, corrimão, elevador, bebedouros adequados, banheiros, estacionamento.	Pessoas com Necessidades Especiais com acesso facilitado a todos os serviços.		x	x	x	x	x
Instalação de recursos para atendimento a deficientes auditivos e visuais.			x	x	x	x	x
<b>Objetivo 3</b>	Proporcionar acervo e condições de estudo adequados na biblioteca						
<b>Meta 1</b>	Acervo bibliográfico atualizado						
<b>Meta 2</b>	Excelentes condições de estudo e de pesquisa no ambiente da biblioteca.						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Plano de atualização de acervo e implementação de biblioteca virtual	Estudantes atendidos nas suas necessidades de estudos na biblioteca	NDE e Biblioteca	x	x	x	x	x
			x	x	x	x	x
Estruturação de espaço para estudo individual e em grupo	Acervo atualizado; Espaços acadêmicos adequados;	Mantenedora	x	x	x	x	x



		Cobertura da Rede Wireless para os espaços da PIB.						
Objetivo 4	Manter condições de estudo, segurança e trabalho em todos os espaços da PIB							
Meta 1	Protocolos e equipamentos de segurança definidos e instalados							
Meta 2	Pessoal capacitado a agir em situações de emergência							
			Cronograma Operacional					
Ações		Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Estabelecimento de estratégias de segurança no trabalho em todos os setores e em especial nos laboratórios.		Protocolos de segurança disponibilizados em locais adequados; Pessoal treinado para emergências.	Diretoria Geral	x	x	x	x	x
Capacitação de funcionários para atuar em emergências e em momentos críticos de segurança.				x	x	x	x	x
Objetivo 5	Implantar na íntegra a Política de Acessibilidade							
Meta	Promover a acessibilidade no sentido amplo conforme estabelecido na Política de Acessibilidade							
			Cronograma Operacional					
Ações		Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Criar Núcleo de Acessibilidade e promover as ações de acessibilidades definidas na Política de Acessibilidade		Acessibilidade totalmente implementada	Mantenedora	x	x	x	x	x

## b) Cursos a serem implantados

<b>Objetivo</b>	Estruturar para os cursos de graduação e pós-graduação na modalidade presencial a serem criados						
<b>Meta 1</b>	Corpo docente e a gestão do curso contratados e capacitados						
<b>Meta 2</b>	Proposta Pedagógica, Infraestrutura física, Laboratórios, biblioteca, recursos de informação e comunicação, aprovados por Comissão de Especialistas.						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Elaboração de PPC de acordo com as DCNs de cada curso e os Padrões de Qualidade do MEC.	Cursos aprovados pelas comissões de Especialistas e vagas preenchidas	Diretoria Acadêmica	x				
Proceder o protocolo e o recolhimento das devidas taxas de cada PPC no sistema e-MEC.			x				
Contratação de coordenadores com formação e titulação adequadas ao curso e em regime de trabalho que atenda às necessidades do curso.			x				
Contratação de corpo docente com formação e titulação adequadas as necessidades dos projetos pedagógicos.			x				
Disponibilização de salas de aula climatizadas, bem iluminadas, mobiliada e adequadamente equipada			x				
Disponibilização de laboratórios específicos para o atendimento às atividades de cada curso.			x				
Aquisição de bibliografia específica para cada curso.			x				

Efetivação de convênios e parcerias para o desenvolvimento de Estágios.			x				
---	--	--	---	--	--	--	--

#### Instrumentos de Avaliação da Dimensão VII:

- I. Questionário de avaliação da CPA;
- II. Pareceres de Comissão Externa de Avaliação;
- III. Relatório da CPA.

#### 3.4.8. Dimensão VIII - Planejamento e Avaliação, especialmente em Relação aos Processos, Resultados e Eficácia da Autoavaliação Institucional

O planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos resultados visualizados por meio da autoavaliação institucional da PIB serão norteados pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

<b>Objetivo 1</b>	Manter processo de Gestão por Resultado focado nos indicadores de qualidade definidos pelo MEC e nas metas estratégicas da PIB.						
<b>Meta</b>	Cultura do Planejamento, Acompanhamento da Execução e Avaliação das Metas e Ações previstas no PDI implantadas na PIB em todos os setores acadêmicos e administrativos.						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028
Registrar, as ações desenvolvidas em consonância com o PDI, avaliando a execução e os indicadores alcançados.	a) Instrumentos de Avaliação Institucional e de cursos aprovados pelo Conselho Superior e aplicados; b) Decisões gerenciais fundamentadas em resultados das	CPA	x	x	x	x	x
Instrumentalizar as Políticas de Avaliação definidas no PPI.		Diretoria Geral	x	x	x	x	x
Utilizar os resultados da autoavaliação institucional, os pareceres de comissões			x	x	x	x	x

externas e os resultados de desempenho dos estudantes em avaliações externas como referência para a gestão institucional e de cursos.		avaliações internas e externas; c) Melhoria do desempenho institucional.					
Divulgar as ações acadêmicas e administrativas tomadas frente aos resultados das avaliações internas e externas.			x	x	x	x	x
Objetivo 2	Consolidar o processo de Avaliação Institucional em articulação com o SINAES.						
Meta	Avaliação institucionalizada						
			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável I	2024	2025	2026	2027	2028
Dotar a CPA de recursos necessários para a coordenação e realização das atividades de Avaliação Institucional.	Relato Institucional conforme padrão esperado pelo CONAES	Diretoria Geral	x	x	x	x	x
Aprimorar os sistemas de avaliação do PDI.			x	x	x	x	x
Garantir que o processo de avaliação institucional seja norteador do planejamento e das ações institucionais, administrativas e pedagógicas.			x	x	x	x	x
Consolidar o processo de avaliação contínua dos projetos pedagógicos.			x	x	x	x	x
Consolidar os sistemas de informações institucionais para subsidiar, continuamente, os processos de avaliação institucional.			x	x	x	x	x

### Instrumentos de Avaliação da Dimensão VIII:

- I. Questionário de avaliação da CPA;
- II. Relatório da Ouvidoria;
- III. Parecer das Comissões Externas de Avaliação.

### 3.4.9. Dimensão IX - As Políticas de Atendimento aos Estudantes e aos Egressos

As políticas de atendimento aos estudantes e aos egressos da PIB serão norteadas pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivos	Oferecer ao corpo discente condições necessárias ao melhor desenvolvimento possível dos estudos envolvendo, entre outros: a) Programa de Nivelamento; b) Apoio psicopedagógico; c) Oportunidade de participação na gestão institucional através de representação em órgãos colegiados; d) Participação como egressos nas atividades de avaliação do PPC; e) Recursos de informática disponíveis para pesquisas e estudos; f) Programa de Bolsas Acadêmicas.							
Meta 1	Apoiar estudantes menos favorecidos financeiramente a continuar os estudos.							
Meta 2	Apoiar estudantes com baixo rendimento para evitar abandono dos estudos.							
Meta 3	Apoio sistemático à participação em Encontros e Congressos com apresentação de trabalhos.							
Meta 4	Propiciar aos estudantes condições reais de estudo e desenvolvimento.							
Meta 5	Envolver egressos nas atividades de avaliação de curso e reforma curricular.							
Meta 6	Propiciar aos egressos a continuação dos estudos – Programa de Educação Continuada.							
Meta 7	Ofertar atendimento psicopedagógico.							
Meta 8	Favorecer a estruturação da Organização Estudantil.							
				Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2024	2025	2026	2027	2028	
Manter programa de bolsas acadêmicas e bolsas sociais.	Programa de Bolsas implementado	Diretoria Geral		x	x	x	x	

Manter atividades de nivelamento com aulas de reforço com a participação de professores e estudantes monitores.	Redução da evasão e da repetência/ dependência de estudantes observados como de baixo rendimento inicial.		x	x	x	x	x
Apoiar participação de estudantes em eventos com apresentação de trabalho.	Manual disponível no link da biblioteca e Serviço de orientação para consulta a base de dados existente.	Coordenação de Curso  Diretoria Acadêmica	x	x	x	x	x
Disponibilizar computadores ligados à internet para atividade de estudo e pesquisa.	Site com espaço reservado para egressos: Comunicação de eventos e Avaliação.		x	x	x	x	x
Disponibilizar orientação acadêmica para consulta à base de dados e desenvolvimento de trabalhos	Base de dados atualizada	Biblioteca	x	x	x	x	x
Implantar metodologia de avaliação na ótica do egresso.	Egressos com relacionamento institucional otimizado	Supervisão Acadêmica					x
Divulgar para os egressos os encontros, conferências e congressos organizados pela Instituição e os cursos de pós-graduação.							x



Vincular metas orçamentárias aos objetivos fins da instituição	Resultado operacional positivo. Índice de Endividamento inferior a 12%.		x	x	x	x	x
Elaborar planejamento de giro e de abastecimento dos insumos			x	x	x	x	x
Elaboração e planejamento de reinvestimento			x	x	x	x	x

### Instrumentos de Avaliação da Dimensão X:

- I. Relatório Financeiro com resultado anual positivo
- II. Certidões negativas de débito em todas as instâncias.

### 3.5. Políticas Institucionais

A PIB assume posição construtiva para uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, suas metas procuram responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa.

Nos tópicos que seguem são descritas as políticas institucionais propostas neste PDI, articuladas ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), voltadas à Missão Institucional descrita, e em conformidade com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES.

#### 3.5.1. Pdi, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural

A política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica na FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB são um valioso instrumento para introduzir os discentes no campo da pesquisa científica, por meio de práticas investigativas. A PIB buscará estimular práticas de pesquisa e iniciação científica em áreas estratégicas de sua região de abrangência, objetivando melhorar a qualidade da iniciação científica na cidade e entorno.

A pesquisa/ iniciação científica desenvolvem a capacitação e as competências do aluno, auxiliando na descoberta de vocações e melhoria dos conhecimentos adquiridos. Isso será possível através de linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados, voltadas para o aprimoramento do pensamento científico dos alunos que desejam se aprofundar em algum tema específico.



A inovação tecnológica será trabalhada na PIB como um processo de invenção, mudança ou evolução da atual tecnologia, melhorando e facilitando a vida ou o trabalho das pessoas. Para isso, componentes curriculares relacionados à inovação, à propriedade intelectual, pedidos de patentes, programas de pesquisa, cursos de extensão, serão incentivados na PIB através de nosso do Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

Para ampliar o desenvolvimento artístico e cultural na região, a PIB atuará através de suas atividades extensionistas e de ação social, com atividades culturais relevantes para a vida acadêmica do discente. Como estímulo a docentes e discentes para atuarem em projetos de iniciação científica comprometidos com as características regionais, a PIB ofertará auxílios que poderão ser provenientes de recursos próprios ou de agências de fomento e parcerias. Além disso, serão estimulados a tratar de temas e problemas da realidade nacional e internacional, possibilitando a realização de práticas acadêmicas voltadas à produção e interpretação de conhecimento em diversas áreas.

A política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural estão alinhadas com o PDI, o que possibilita práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, bem como viabiliza mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

### **3.5.2. Políticas institucionais para desenvolvimento socioeconômico e de responsabilidade social**

A PIB possui uma função social coletivamente assumida de praticar uma educação de boa qualidade, direcionada para a formação de cidadãos autônomos e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, local, regional, nacional e global; privilegiando um olhar voltado à formação profissional inclusiva, à melhoria da qualidade de vida, contribuindo, dessa maneira, para mudanças orientadas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No quesito Responsabilidade Social, a PIB buscará promover:

- I. Ações voltadas ao Desenvolvimento Econômico e Social;
- II. Ações voltadas à Defesa do Meio Ambiente e Sustentabilidade, especialmente no âmbito institucional;
- III. Ações comprometidas com a Inclusão Social e o respeito à diversidade;
- IV. Ações que fomentem o respeito aos Direitos Humanos;
- V. Ações em Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural; e,
- VI. Ações pautadas na garantia de Acessibilidade no sentido amplo.

Considerando a Missão, a Visão e os Valores Institucionais, definem-se as seguintes diretrizes:

- I. Estruturar atividades de responsabilidade social, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;
- II. Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética, do desenvolvimento sustentável e da inclusão social;
- III. Promover o respeito às diversidades;
- IV. Considerar a defesa do meio ambiente, da memória cultural e o patrimônio cultural como temas transversais a perpassar a construção do perfil do egresso da instituição e evidenciá-los na construção e operacionalização das atividades previstas para os cursos;
- V. Cumprir as ações que garantam acessibilidade no sentido amplo.

Para a efetiva aplicação dessas diretrizes serão utilizadas as seguintes práticas:

- I. Manutenção da disciplina de LIBRAS no currículo dos cursos conforme previsto na legislação vigente;
- II. Manutenção dos conteúdos obrigatórios, conforme legislação em vigor, de temas que visem a desenvolver e disseminar a Educação Ambiental, a igualdade étnico-racial, a defesa dos Direitos Humanos fundamentais e temas outros que valorizem as políticas afirmativas de inclusão social;
- III. Promoção de ações de preservação da memória cultural da região;
- IV. IV.Garantia de acessibilidade ampla às pessoas com necessidades especiais de educação.

### **3.5.3. Políticas Institucionais voltadas à valorização da diversidade, meio ambiente, memória cultural, ações afirmativas de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial**

No que concerne às Políticas Institucionais voltadas à valorização da diversidade, meio ambiente, memória cultural, ações afirmativas de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial da PIB, são consideradas as seguintes leis, decretos e resoluções, as quais complementam a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 e direcionam o trabalho a ser desenvolvido na IES:

- a) **Educação Ambiental – Lei nº 9795/99; Decreto nº /2002:**

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, a PIB considera a integração da educação ambiental às disciplinas e atividades dos cursos de modo transversal, contínuo e permanente.

A Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental em seu Artigo 1º define que: Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. E em seu Artigo 2º: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal (Art. 9º, II – Educação Superior) e não formal.

Desta forma, a PIB estabelece como Política Institucional a inserção de conteúdos da Educação Ambiental além da inserção da temática em atividades complementares promovidas pela IES. No planejamento institucional da PIB, cada Projeto Pedagógico de Curso deve considerar os níveis dos cursos, as especificidades das fases, etapas e modalidades e a diversidade sociocultural dos acadêmicos, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais. O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos acadêmicos, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

O planejamento curricular e a gestão institucional se comprometem em considerar os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos a partir de uma visão integrada e multidimensional da relação homem-natureza.

**b) Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena – Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11645/2008:**

Em atendimento à Lei Nº 11.645 de 10.03.2008 e Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004) a PIB se compromete com a inclusão dos temas pertinentes nas estrutura curricular e atividades de todos os seus cursos.

A PIB apresenta-se alinhada com o desenvolvimento de atividades que contribuam para a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que educam cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Instituições de Ensino Superior devem oferecer garantias de ingresso, permanência e sucesso dessa população no contexto

institucional, promovendo mecanismos de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além da qualificação para o desempenho da profissão.

Visando à promoção da igualdade étnico-racial no acesso a bens culturais e ao ensino superior, a PIB compromete-se com o desenvolvimento de ações que contribuam para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a adoção de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, recorrendo a ações diversas e complementares:

- no Regimento Interno estão previstas ações orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, posicionando-se formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação;
- na realização de atividades acadêmicas realizadas ao longo do ano letivo, com discussões sobre temas pertinentes, bem como abordadas as formas de encaminhamento e de solução para situações de racismo e de discriminações, buscando criar situações educativas em que potenciais vítimas recebam apoio para superar o sofrimento e potenciais agressores, recebam orientação para que compreendam a dimensão do que praticam, fomentando a educação para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos;
- realização de oficinas, produção de material de uso pedagógico e constituição de bancos de dados (em hipermídia) voltados para a preservação da memória de acervos antropológicos e das trajetórias de estudantes negros e indígenas na instituição; incentivo para ações voltadas à pesquisa e extensão comunitária sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira (conforme previsto nas políticas institucionais);
- inclusão pela CPA de conteúdos referentes à educação das relações étnico raciais nos instrumentos de avaliação institucional incluiu os para os docentes e discentes;
- inserção de conteúdos relativos à relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena nos conteúdos de disciplinas curriculares;
- implementação de disciplinas optativas, com conteúdo da educação das relações étnico-raciais;
- realização de atividades de extensão, atividades complementares, projetos de iniciação científica, projetos e atividades de extensão (cursos e serviços), e atividades extracurriculares, que envolvam tais temáticas de forma transversal.

**c) Ensino de Libras – Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005:**

O Decreto nº 5.626/2005 constitui-se no documento mais significativo até o momento, no que se refere às pessoas surdas no Brasil, visto que por meio dele a Língua Brasileira de Sinais, já reconhecida pela Lei nº 10.436/02 foi regulamentada. Entre as muitas contribuições do decreto, principalmente em relação à educação de surdos, destaca-se a inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e disciplina optativa nos cursos de bacharelado.

A Disciplina de Libras é de fundamental importância para a inclusão social, pois possibilita o acesso à educação para todos, independente do acadêmico possuir algum tipo de deficiência ou não. Portanto, a disciplina de Libras é posta como obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia e como optativa em todos os outros cursos da Educação Superior.

**d) Educação em Direitos Humanos – Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 e Parecer CNE/CP nº 8/2012:**

Em atendimento à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a PIB entende que a educação é uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, e para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social.

A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

É com esta perspectiva que as Políticas de Direitos Humanos também tratam da equidade e diversidade de gênero e do combate à violência contra a mulher (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), e a PIB vincula-se a tal perspectiva.

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos poderá ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, inserindo-se nos cursos de graduação da PIB:

- por meio de conteúdos dispostos nas disciplinas que permitirem a utilização dessa temática;
- no desenvolvimento de componentes curriculares permanentemente atualizados, levando-se em conta as diretrizes curriculares nacionais;
- em seminários, encontros, atividades complementares, atividades de extensão (curriculares e extracurriculares) integrando as comunidades acadêmica e social;
- no desenvolvimento de projetos de iniciação científica/pesquisa voltados para a solução de problemas que envolvam tal temática.

**e) Dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:**

A Lei nº 12.764/12 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, sendo que essa lei segue pressupostos delineados no PNE 2011-2020, que reforçam o direito social inalienável dos cidadãos com deficiência a uma educação de qualidade, na perspectiva emancipadora, nas diferentes dimensões e espaços da vida. Trata-se da democratização da educação por meio da garantia do acesso, permanência e sucesso na sua dimensão pedagógica e institucional, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e demais dispositivos legais e políticos.

A PIB considera que a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista possui especificidades próprias, e o processo educacional de pessoas com autismo deve pautar-se nos recentes avanços que indicam a aprendizagem articulada à neurodiversidade.

Desse modo, no encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva é possível perceber o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca de práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, oportunizando a reflexão crítica e as ações concretas que favoreçam as formas de inclusão.

### **3.6. Política de graduação e pós-graduação**

A PIB tem compromisso com a qualidade da formação profissional, inicialmente focada na graduação, não havendo previsão imediata de cursos de pós-graduação. Contudo, colocando-se como meta futura, a Pós-Graduação corresponderá aos cursos de Especialização, em que se buscará aprofundar conhecimentos adquiridos na Graduação, sobretudo, para aqueles estudantes experientes em trabalhos acadêmicos, contribuindo para a obtenção de respostas às questões e necessidades impostas pelo mundo do trabalho, ou servindo como condutor para futuros cursos de Mestrado e Doutorado, quando por definição, se realizarão atividades de pesquisa.

A PIB entende que a Pós-Graduação Lato- Sensu é um braço da Graduação e um relevante instrumento de sustentação do IES e, assim como a Graduação, a Pós-Graduação terá os seguintes objetivos:

- investir na qualidade, de modo que o ser, o saber, o fazer e o intervir se integrem na busca da competência profissional;
- estimular a criação e a difusão cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e crítico;
- promover a divulgação de conhecimentos científicos, culturais e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, compartilhando esse saber com a comunidade na qual está inserido, através da atividade de Extensão;
- estimular, nos seus estudantes, o conhecimento da realidade que os rodeia, difundindo conquistas e proporcionando benefícios, resultantes da criação cultural e das práticas investigativas, geradas pela IES;

- buscar a formação integral do indivíduo, capacitando-o intelectual, crítica e eticamente, a fim de exercer atividades profissionais e de especialista em nível superior em diferentes áreas do saber.
- promover o incentivo à atividade criadora, à pesquisa, à investigação científica, à produção intelectual, à geração e transferência de tecnologia, à divulgação do saber, ao trabalho cooperativo, com setores públicos e privados, e à integração com a sociedade;
- promover o intercâmbio e a cooperação executiva, técnica e científica, nacional e internacional, com instituições congêneres e com os setores produtivo e governamental, bem como, a articulação com os sistemas formais e informais da educação;
- desenvolver a cultura, as artes, a ciência, a tecnologia e as relações humanas;
- assistir a comunidade local, regional e nacional, como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços às instituições de direito público ou privado, em matérias vinculadas aos seus fins;
- propiciar condições para aperfeiçoamento e qualificação de seu pessoal.

A PIB considera que os cursos “latu sensu” podem também ser uma oportunidade de experimentação para grupos de pesquisa ainda não suficientemente amadurecidos para a implementação de futuros programas stricto sensu.

Os princípios básicos da política de pós-graduação são:

- Contribuir e participar do desenvolvimento local, regional e nacional na formação de recursos humanos qualificados;
- Proporcionar ensino pós-graduado de alto padrão e de acordo com as normas estipuladas pela CAPES/MEC;
- Definir áreas prioritárias de pesquisa e conhecimento;

Para a melhoria contínua da Graduação e construção da Pós-Graduação, serão também diretrizes gerais da IES:

- ampliação do número de docentes com Mestrado e Doutorado;
- valorização dos recursos humanos, concebidos como o maior patrimônio da IES;
- aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, incluindo a ampliação do uso da tecnologia;
- ampliação dos Projetos de Pesquisa e Iniciação Científica;
- ampliação dos Projetos de Extensão, realizando atividades crescentes de comprometimento social;

- aprimoramento contínuo do processo de Avaliação Institucional;
- ampliação do acervo da biblioteca física e digital, do número de exemplares, por título, e das redes de informação;
- ampliação e modernização dos laboratórios e seus equipamentos e adequação do quadro de funcionários à expansão da IES;
- promoção da autonomia e auto regulação no processo de aprendizagem.

### 3.7. Das áreas de Atuação

A PIB encontra-se voltada para a atuação no ensino superior, com um curso de Administração disruptivo focado no empreendedorismo.

Com tal curso, a IES oferecerá à comunidade a oportunidade de formação superior em um curso diferenciado, que permitirá atender à demanda local e regional, formando recursos humanos qualificados para o exercício profissional e do desenvolvimento das cidades e regiões que abrange.

#### 3.7.1. Abertura de cursos de pós-graduação (Lato Sensu)

**Quadro 05 – Cursos de Pós-Graduação**

NOME CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU	Vagas semestrais	ANO
Controladoria e Finanças.	50	2026
Gerenciamento de Projetos.	50	2026
Gestão em Serviços.	50	2026
Gestão da Qualidade.	50	2027
Empreendedorismo	50	2027
Engenharia em Segurança do Trabalho.	50	2027
Engenharia Ambiental e Sanitária.	50	2027
Contabilidade Internacional.	50	2028
Direito Ambiental.	50	2028
Mercado de Capitais.	50	2028
Gestão da Inovação Tecnológica.	50	2029
Gestão de Negócios.	50	2029



#### **4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI) E POLÍTICAS ACADÊMICAS**

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integra a essência deste Plano de Desenvolvimento Institucional, como um dos itens que fundamentam a filosofia institucional da PIB. Desta forma, o PPI coloca-se como um conjunto de princípios que orientam a visão de mundo acadêmica, articulada às bases regimentais e estatutárias que servem de fundamento para o Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, e se alinham às diretrizes e políticas acadêmicas apresentadas a seguir.

##### **4.1. Princípios e Diretrizes norteadoras das Políticas e Práticas Acadêmicas**

A educação no Brasil passa por mudanças significativas que revelam as relações no mundo do trabalho e nas políticas, impactando os processos formativos inicial e permanente. Nesse contexto, a formação fomenta e cria espaço para a integração entre ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, oportunizando as condições para gerar e transformar o conhecimento científico. A missão, a função e os processos de mudança de uma Instituição de Educação Superior (IES) não podem ser separados do modelo de desenvolvimento em que esta se insere. Este é o aspecto fundamental que a IES deve se posicionar, ou seja, no marco dos objetivos que propõe hoje a globalização, com todos os seus problemas e potenciais, ou a globalização contra hegemônica, como aponta Sousa Santos (2013).

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos devem instituir, na prática educativa, analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real. Em síntese, a intervenção reflexiva sobre a prática representa novo processo de trabalho que demanda um profissional que, além das capacidades cognitivas incorporadas pelos modelos de formação tradicional, seja capaz, também, de construir seu próprio conhecimento, praticar ações efetivamente transformadoras da realidade e conviver de maneira harmoniosa e construtiva com os outros saberes e com a diversidade.

Nesse contexto, a PIB tem como premissa básica a socialização de saberes científicos e técnicos para o desenvolvimento de potencialidades das pessoas, para que se constituam como cidadãos socialmente responsáveis. Para tanto, assume o compromisso de formar e qualificar os profissionais em áreas estratégicas.

Desse modo, a instituição se compromete em buscar a excelência no ensino, em todas as áreas, níveis e modalidades de oferta, considerando a atualidade científica e tecnológica, bem como a unidade e integração do conhecimento, formando e desenvolvendo pessoas com capacidades para a inserção e permanência qualificada no mercado de trabalho, com competência para o fazer, com iniciativa e condições de buscar alternativas e soluções inovadoras para os desafios e problemas da vida profissional.

Inspirada por este compromisso e por perspectivas estratégicas, a PIB projeta seu futuro como Instituição que busca o reconhecimento da sociedade por meio da oferta de formação integral e do desenvolvimento pleno da pessoa.

A proposta educativa é fundamentada pela compreensão de que a educação é processo contínuo, integral e integrador, que principia com o nascimento do sujeito e o acompanha no transcorrer de sua existência. Nessa perspectiva educar se confunde com humanizar, com a noção de formar o humano em sua unidade e totalidade, considerando as dimensões indispensáveis ao desenvolvimento pleno do ser humano: a antropológica, a teológica, a epistemológica, a pedagógica, a ético-moral, a política, a ecológica, a estética e a administrativa.

A formação integral, enquanto processo, busca desenvolver, de forma contínua, permanente, participativa, harmônica e coerente, todas as dimensões e competências do discente, enfatizando a consciência crítica frente à realidade e o efetivo compromisso com sentido solidário, a fim de lograr uma realização mais plena na própria vida e na sociedade. Os saberes científicos são a base para a formação profissional, assim como a compreensão de que estes saberes são inacabados e muitas vezes provisórios. Entretanto, não é só o conhecimento científico que garante a formação do profissional.

Enquanto espaço de educação e de formação de atitudes individuais e coletivas, em sua linha pedagógica, a PIB tem o papel de resgatar, estimular e de possibilitar o desenvolvimento da cidadania, promovendo o bem-estar das pessoas em sociedade. Para tanto, fundamenta-se nos seguintes em valores:

- **Formação Humanística** – voltada à formação crítico-reflexiva, a autonomia de pensamento e a racionalidade substantiva, ou seja, a capacidade de liderar, criar, adaptar e transformar o meio em que atua;
- **Solidariedade** – pautada na busca pela construção coletiva, pelo compromisso com o todo, para a preservação dos valores essenciais ao equilíbrio societário;
- **Ética** – pautada na defesa e difusão do respeito à vida e aos direitos humanos;
- **Formação para a Diversidade** – comprometimento com o respeito pelas diferentes linhas de pensamentos e de manifestações culturais dentro do meio acadêmico e da comunidade;
- **Formação para a Universalidade** – defendendo que todo conhecimento adquirido deve ser socializado com a humanidade;
- **Excelência** – pautada na busca pela formação e atuação de qualidade, seja nas relações sociais ou nos sistemas de produção em que o egresso esteja envolvido, no meio em que atua.

Além das atividades previstas nos projetos pedagógicos dos cursos e programas desenvolvidos pela PIB com suas respectivas metodologias de ensino e aprendizagem, suas diretrizes baseiam-se na inserção e inclusão do acadêmico em atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando na comunidade, levando conhecimento e serviços, por meio da realização de seminários e palestras desenvolvidas por professores(as) e acadêmicos, no exercício da atividade profissional, no

qual os acadêmicos são incentivados e orientados a expressar suas próprias ideias, a investigar e procurar os meios para o seu desenvolvimento individual e social.

Com base no que é estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96, a PIB visa à formação de um profissional habilitado, através de ações direcionadas ao enfrentamento das demandas cotidianas. Desse modo, sua formação é bem ampla, mas é importante salientar que a formação generalista não significa que o profissional se caracterizará por saber um pouco de tudo, mas sim, por possuir uma especialidade sem desconhecer as implicações resultantes de suas ações no contexto global da realidade em que atuará, considerando a condição da integralidade humana.

Para isso, é essencial que se leve em conta os seguintes compromissos e princípios:

- **Valorização da autonomia e do conhecimento:** o desenvolvimento integral do acadêmico deve conduzir à formação de um indivíduo autônomo que aprenda a ser e tenha capacidade para assumir responsabilidades de acordo com interesses próprios, contudo, respeitando e integrando os interesses coletivos.
- **Valorização da autoavaliação:** adotar a autoformação assistida, para garantir o desenvolvimento integral e estimular o autoconhecimento, exige modelos inovadores de avaliação, percebendo que o professor não é soberano, mas um parceiro que testemunha e estimula os progressos individuais do acadêmico;
- **Valorização da coexistência harmoniosa da comunidade educacional:** através da sadia convivência com a diversidade, os membros da comunidade acadêmica podem contribuir para a formação do acadêmico como uma pessoa íntegra e solidária. Nesse sentido, a intenção é buscar, permanentemente, formas de aproximar comunidade interna e externa, sempre com o objetivo favorecer a harmonia, mitigando os conflitos e valorizando a comunidade e o respeito às diferenças;
- **Valorização do conhecimento gerado através da contextualização:** estimular a aquisição de conhecimentos em níveis de relevância que permitam ao acadêmico compreender a si próprio, ao outro e ao seu ambiente, situar-se em relação ao que é aprendido e agir com competência e responsabilidade em situações que necessitam de intervenções;
- **Valorização da interdisciplinaridade:** os espaços pedagógicos (disciplinas, projetos, estudos de casos, pesquisas, extensão e outros recursos) devem sempre abrir oportunidades para a prática interdisciplinar, evitando uma visão fragmentada da realidade, com diálogo entre os saberes e a construção do conhecimento, a partir da integração das diversas áreas do conhecimento.
- **Valorização da inovação, da atitude empreendedora e da cooperação internacional:** a formação profissional e cidadã exige novas formas de interpretar o trabalho, as relações humanas e sociais, numa perspectiva de inovação e de empreendedorismo;

- **Valorização da competências e habilidades para a laborabilidade:** o atendimento a esse princípio está em estimular, no estudante, competências para articular, mobilizar e colocar em ação valores e habilidades para o trabalho, incentivando o aprender a fazer no contexto humano, tecnológico e em um ambiente permeado pela diversidade étnico-racial e cultural;
- **Valorização do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas:** o dinamismo que permeia a Instituição, desde sua fundação e que continua na expansão da PIB, abre importante espaço para esse princípio norteador, direcionado à busca permanente de processos inovadores de ensino e de aprendizagem;
- **Valorização da formação integral em face de desafios que se atualizam:** a formação acadêmica precisa incorporar os desafios da inclusão, da ética, da convivência e do respeito à diversidade, da Educação Ambiental, da Educação para os Direitos Humanos e da Educação das Relações Étnico-Raciais, preparando o futuro profissional para um mundo globalizado, cujas demandas e fronteiras são redimensionadas continuamente.

Desta forma, o acadêmico deverá desenvolver as seguintes capacidades:

- **Intelectuais:** reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo de trabalho, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos; esmiuçando as possibilidades de ações condizentes com as realidades específicas;
- **Organizacionais:** desenvolver o auto planejamento, auto-organização, estabelecimento de métodos próprios, gerenciamento do seu tempo e espaço de trabalho;
- **Comunicativas:** ser capaz de se comunicar com seu grupo, superiores hierárquicos ou subordinados; realizar trabalho em equipe; desenvolver habilidades de negociação e de comunicação interpessoal;
- **Sociais:** utilizar todos os conhecimentos obtidos por meio de fontes, meios e recursos diferenciados nas diversas situações encontradas no mundo do trabalho, isto é, capacidade de transferir conhecimentos da vida cotidiana para o ambiente de trabalho e vice-versa;
- **Comportamentais:** atuar com iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações do seu trabalho;
- **Políticas:** refletir e atuar criticamente sobre a esfera social, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva, seus direitos e obrigações.

Em síntese, deve-se possibilitar o desenvolvimento de habilidades:

- **Humanas:** discernimento para trabalhar com pessoas, compreender suas atitudes, motivações e exercer liderança eficaz;
- **Técnicas:** aptidão para utilizar conhecimentos, métodos, técnicas e equipamentos necessários para a realização de suas tarefas específicas, por meio de sua instrução, experiência e educação;
- **Conceituais:** compreender as complexidades de elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área social.

#### 4.2. Princípio Institucional Pedagógico: a relevância da mediação docente

Educadores têm como preocupação constante a melhoria da qualidade do ensino. Independentemente das divergências que se possa ter a respeito do próprio conceito de “qualidade do ensino”, concorda-se, assim se espera, que um “bom ensino” deve gerar resultados satisfatórios no desempenho dos alunos nos exames oficiais de avaliação: ENADE, exames de qualificação profissional, concursos públicos, etc. Ou seja, um “bom ensino” deve refletir nos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações a que se submetem.

Também é concordância geral que a aprendizagem é patrimônio do aprendiz. É o aluno que aprende. Por isso, aceita-se que há um “bom ensino” quando há “verdadeira aprendizagem” dos alunos. Essa “verdadeira aprendizagem” deve produzir resultados satisfatórios em exames de avaliação, sob pena de ser considerada apenas letra morta. Caso contrário, entra-se numa infundável discussão subjetiva sobre aprendizagem.

Sendo conquista do aluno, a aprendizagem depende muito de seu empenho e de sua dedicação. Não bastam bons docentes e bons recursos didáticos. Podemos mesmo afirmar que uma “boa proposta pedagógica” é aquela que é capaz de levar o aluno a fazer o esforço necessário para que sua aprendizagem ocorra. Claro que nessa “boa proposta pedagógica” estão incluídos bons docentes e bons recursos didáticos. Mas, é imprescindível que essa boa proposta leve mesmo a sério a necessidade do esforço permanente do aprendiz.

Como o principal objetivo da PIB é a aprendizagem, parte do trabalho docente deve concentrar-se na criação de mecanismos que melhorem efetivamente a aprendizagem de todos os alunos.

Desejando fomentar no aluno o esforço próprio, são necessários mecanismos que o levem a realizar seu próprio trabalho de aprendizagem. Não é suficiente dizer para o aluno que ele precisa estudar, é necessário fornecer orientações precisas e detalhadas do que deve estudar, como e quando estudar, em cada uma das disciplinas do seu curso.

A sala de aula é um ambiente de ensino-aprendizagem muito eficiente e tem sido considerado, tradicionalmente, ao longo da vida escolar, o local mais importante. Contudo, sua importância e eficiência dependem não apenas do que acontece no momento da aula, mas também do trabalho prévio do docente.

Pode-se dividir o tempo de ensino-aprendizagem em três momentos: antes da aula, durante a aula e após a aula. Com isso, o tempo de ensino-aprendizagem é ampliado para um dia inteiro, não se limitando exclusivamente ao período de duração das aulas.

O docente pode ser visto como o principal responsável por esses três momentos, cujo sucesso depende da sua competência, dado que no momento “antes da aula”, o docente coloca em prática a sua habilidade de preparar as aulas e, para cada aula, ele define os objetivos propostos e elabora um conjunto de orientações que permite aos alunos o estudo antecipado: os textos que deverão ser lidos, as atividades que deverão ser realizadas, a lista de exercícios, o filme sobre o tema da aula, os sites, as imagens, enfim, todos os materiais didáticos que tratam do assunto e que possam ajudar o aluno a aprender por si mesmo. Contudo, os materiais não devem se limitar apenas ao que será abordado em sala de aula; devem, também, permitir ao aluno o estudo aprofundado do tema a ser tratado, respeitando o conteúdo proposto no projeto pedagógico do curso. Ao fazer isso, o docente induz a criação de uma cultura de auto aprendizagem, fundamental para a formação do aluno.

Se bem preparado esse momento antes da aula, o momento durante a aula será mais rico e melhor aproveitado. O docente não gastará tempo com anotações ou projeções desnecessárias. Seu limitado tempo de aula será usado para a explicação dos pontos fundamentais do tema, para o diálogo, a discussão e o esclarecimento de dúvidas. As perguntas formuladas pelos alunos serão, certamente, de melhor nível, enriquecendo os comentários do docente e as discussões de todos.

Se durante a aula surgirem novas ideias, que exijam acrescentar novos textos e materiais didáticos, o docente poderá fazê-lo após a aula. E também depois da aula, o professor designará atividades pedagógicas por ele supervisionadas, propiciando aos alunos uma aprendizagem efetiva e autônoma. Com isso, o momento após a aula será ainda mais rico, visto que será o resultado do ocorrido nos dois momentos anteriores.

Esses três momentos, quando bem preparados pelo docente, tornam-se, assim, poderoso auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Se todos os envolvidos, dirigentes, docentes e alunos trabalharem em conjunto na construção desses momentos, a qualidade da educação será sempre crescente.

É notório que, na prática, isso não basta como único mecanismo para fomentar a cultura da aprendizagem, especialmente porque alguns alunos não cumprem o seu papel e acabam apenas assistindo às aulas. A cultura da aprendizagem centrada exclusivamente no momento da aula e numa postura passiva do estudante é muito forte, e alguns ainda a mantêm como desculpa para a própria indisposição para estudar sozinho.

Sem embargo de se reconhecer que a sala de aula é importante e pode ser eficiente como ambiência de aprendizagem, sabe-se que uma postura mais autônoma do estudante, que busque o saber para além dos limites da aludida sala, aumenta o nível de efetividade da aprendizagem.

Portanto, a preparação adequada de cada aula pelo docente é fator que, a despeito de primordial no processo educativo, tem-se revelado insuficiente. Uma das razões para isso talvez esteja em certos aspectos negativos do vínculo pessoal que a sala de aula cria entre alunos e professores. A relação afetiva entre alunos e docentes é muito importante em vários sentidos,

algumas vezes dificulta a cobrança pelo docente da parte que toca ao aluno na aprendizagem. O aluno que não estuda a aula que foi preparada pelo docente não se sente penalizado por isso. O docente acaba cobrando nas provas apenas aquilo que ocorre na aula. Persiste uma cultura de valorização exclusiva daquilo que se passa na sala de aula. O aluno percebe que apenas prestando a atenção na aula ele já conseguirá um excelente resultado nas provas. O professor fica feliz com a boa participação do aluno, com seu interesse e atenção na aula. O aluno percebe que isso é suficiente para a sua aprovação na disciplina. A atividade principal do aluno passa a ser apenas a de prestar atenção na aula. Ele pouco estuda antes da aula. Os momentos antes e após a aula não são valorizados e acabam não acontecendo. Portanto, não basta uma aula bem-preparada pelo docente, ainda que com um conjunto diversificado de atividades; coloca-se como fundamental a criação de uma cultura de avaliação que leve em consideração o esforço do aluno na realização das atividades antes e após a aula.

Pelo exposto, a PIB considera a necessidade de implementar atividades que propiciem o desenvolvimento de competências atitudinais e das habilidades interpessoais na formação do aluno, e estas devem ser transcorridas especialmente por meio de trabalhos em equipes, metodologias de aprendizagem ativa, debates e fóruns de discussão. Nesta perspectiva, considera-se que a prática pedagógica centrada em desenvolvimento de competências e habilidades estimula o corpo docente a criar novos meios facilitadores da aprendizagem, o que implica em permanente pesquisa e troca de informações entre os atores desse processo.

Para garantir que a aula seja, de fato, o espaço de vivência pedagógica desejável, a IES entende o(a) Professor(a) como:

- corresponsável pela construção da sala de aula, pela passagem do aluno do senso comum para o senso científico, pela transformação do aluno em estudante;
- como coordenador(a)/mediador(a) do processo ensino-aprendizagem, sempre observando, orientando, acompanhando, avaliando, replanejando, criticando (a sua turma, a sua própria aula e o processo ensino-aprendizagem).

Desse modo, é essencial que se estabeleçam relações entre o mundo, os estudantes e a disciplina, que se desenvolvam habilidades de pensamento adquiridas em aulas que não privilegiem a transmissão de conteúdos prontos e acabados, ou seja, aulas em que seja possível construir e sistematizar o conhecimento. Para que esse desenvolvimento aconteça, a metodologia deve ser questionadora, integradora, crítica, impulsionadora da ação, criativa, lúdica e permanente. A aula deve consistir em um momento de construção da cultura universal e histórica, de formação global, que ofereça possibilidade de relacionar ciência e ética, na medida em que liga conteúdo e vida.

#### **4.3. Concepção de Aprendizagem Ativa e Práticas Pedagógicas Inovadoras**

Em consonância com o sistema de avaliação (Lei nº 10861, de 4/4/2004 – SINAES) e com a dinâmica curricular, a PIB considera que o processo de ensino-aprendizagem, bem como das



avaliações dos alunos, deverão articular competências, habilidades e conteúdos curriculares, e assim, opta por priorizar as práticas pedagógicas que utilizam métodos ativos de ensino e de aprendizagem ativa.

A PIB entende que a educação é uma prática social viva e complexa, com diversos fatores influenciadores e definidores, sendo um deles a relação bifocal entre aprendizado social e aprendizado individual, cabendo às instituições de ensino conseguir contribuir, de maneira organizada e sistematizada com essa prática, a partir do desenvolvimento de didáticas inovadoras. Esta contribuição deve incluir a habilidade de reconhecer as necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de ensino, utilizar adequadamente a diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos.

O desenvolvimento da educação coloca como epicentro a necessidade de incentivar e buscar uma educação que seja libertadora, concedendo ao indivíduo a capacidade de obtenção da autonomia do conhecimento, para conseguir lidar com a complexidade da realidade social e do mercado de trabalho.

Dessa forma, o objetivo de uma instituição de ensino deve ser propiciar a correlação ideal entre prática-teoria-prática, que envolve o processo de aprendizagem e, desse modo, um indivíduo com uma formação diferenciada é aquele que, por meio de aprendizados organizados e sistematizados, tenha condições de desenvolver a busca pelo saber, analisar os saberes existentes e propor saberes para o enfrentamento do mercado de trabalho de forma interdisciplinar, inovadora e tecnológica.

No contexto de mudanças vertiginosas e complexas do mundo contemporâneo, pensar a inovação pedagógica no ensino superior significa, antes de tudo, situá-la como elemento essencial na busca contínua da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a qual deve ser entendida como uma opção política por um projeto educacional plenamente comprometido com a construção de novas formas de existência social.

Essa mudança no núcleo central da relação ensino-aprendizagem – do saber pronto para o conhecer em construção – passa necessariamente pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, algumas ações são prioritárias:

- produção de uma nova lógica de organização curricular que se expresse como um conjunto de atividades nucleares indispensáveis ao processo de produção, transmissão, incorporação e disseminação do saber;
- avaliação contínua dos processos curriculares entendidos como currículos em ação, como forma de garantir a consonância dos objetivos da instituição com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;
- qualificação didático-pedagógica do(a) docente aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e técnicas de ensino que levem em conta as especificidades dos diversos níveis de ensino e de sua clientela, dos diferentes cursos e turnos em funcionamento;



- resgate da unidade dos cursos pelo fortalecimento de suas instâncias coordenadoras e norteadoras, visando superar o tratamento fragmentado do conhecimento;
- integração com as forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do aluno na realidade concreta enquanto processo que alia teoria e prática;
- aperfeiçoamento pedagógico do sistema de acesso e das condições de permanência do aluno na instituição, de modo a possibilitar a efetiva democratização do ensino;
- autonomia do aluno visto como agente da própria aprendizagem, no sentido de aprender a aprender, tornando-se um investigador na busca de conhecimentos novos.

Visando desenvolver tais ações, a PIB valoriza as práticas pedagógicas diversificadas e inovadoras, respeitando a autonomia docente na definição da melhor abordagem pedagógica a ser utilizada em cada disciplina, entendida como aquela que melhor se adequa aos alunos e à natureza do conteúdo a ser trabalhado.

Os procedimentos mais adequados e apropriados às diversas situações de uma aprendizagem significativa devem ser devidamente selecionados e, sendo assim, as orientações pedagógicas para a obtenção da efetiva qualidade do processo de ensino-aprendizagem no âmbito das salas de aulas na PIB, voltam-se para:

- aulas expositivas e dialógicas, articulando-se sempre que possível com outras práticas tais como: resolução de problemas, aulas de laboratório, atividades acadêmicas complementares, atividades de pesquisa bibliográfica, visitas técnicas etc.;
- aulas práticas e estudos de caso, como ações imprescindíveis ao processo de experimentação;
- processo de avaliação entendido como meio de se conhecer a realidade do aluno para melhor diagnosticá-la e propor intervenções que venham a contribuir para a realização dos objetivos pedagógicos e acadêmicos;
- avaliação da aprendizagem dos estudantes realizada por meio da demonstração da compreensão dos processos observados, através de relatórios escritos, exposições individuais ou em grupo, painel de debates; além dos instrumentos tradicionais de aferição como testes e provas;
- desenvolvimento de projetos concorrendo para a aproximação do acadêmico com a realidade situacional;
- exercício da ação docente facilitadora e reguladora do processo ensino-aprendizagem caracterizada pelo diálogo e pela valorização da participação discente;

- realização de atividades complementares tais como, seminários, painel integrado, palestras, jornada acadêmica, entre outros;
- realização de eventos acadêmicos e oficinas, envolvendo estudantes, professores(as) e comunidade;
- resolução de problemas reais por meio de proposição de questões vivenciadas, objetivando que o estudante relacione teoria e prática;
- visitas técnicas para oportunizar a contextualização de conceitos e conhecimentos adquiridos;
- utilização dos recursos audiovisuais e multimídia em sala de aula;
- utilização do ambiente virtual de aprendizagem como um ambiente de apoio às aulas presenciais, voltado ao “antes e depois” da aula, com utilização de materiais didáticos diversos, vídeos e atividades de estudo e de avaliação.

A PIB adota como prática pedagógica a vivência do estudante conciliada aos conteúdos abordados em sala e, nesse sentido, cabe ao professor ser o mediador desse processo, articulando as trocas, e tendo sempre em vista o desenvolvimento do senso crítico acerca dos conteúdos.

Dentro dessa perspectiva, são quesitos essenciais para nortear o trabalho docente:

- assegurar ao docente a autonomia no seu trabalho, privilegiando o diálogo;
- favorecer a autonomia de aprendizagem, visando não apenas o aprender a fazer, mas, sobretudo, ao “aprender a aprender”;
- propiciar ao discente o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o seu bom desempenho e para a sua colocação no mercado de trabalho;
- propiciar condições para que sejam desenvolvidas atividades em equipes, simulações, estágios, seminários, entre outros;
- realizar uma sondagem das experiências dos discentes, de forma que o docente possa ter um perfil da turma.

Faz parte da política da IES, ainda, a constante atualização tecnológica, investindo em novos recursos laboratoriais, em infraestrutura e equipamentos, suportando o volume crescente de práticas didáticas e pesquisas, buscando agregar equipamentos e novas tecnologias à metodologia didática para facilitar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Para o cumprimento de seus propósitos, a PIB estabeleceu ainda alguns princípios norteadores da ação pedagógica, voltados à tecnologia e inovação, envolvendo a utilização e incorporação de tecnologias ao processo educativo, e ao estímulo, nos cursos de graduação e pós-graduação, das competências empreendedoras e inovadoras. Salienta-se que a incorporação de tecnologias no processo educativo não se reduzem à utilização de computadores no processo de ensino e aprendizagem, mas no exercício da interatividade, possibilitando a aprendizagem colaborativa e o uso criativo de recursos tecnológicos na mediação pedagógica.

Assim, a sala de aula aparece como um palco de debates e não apenas um lugar de narração, cabendo ao professor a iniciativa e a provocação para o diálogo, devendo ainda, auxiliar e encorajar o aluno para que esse diálogo ocorra, utilizando-se de uma dinâmica participativa e envolvente, desenvolvendo o conteúdo científico com começo, meio e fim. Assim, o início deve ser cativante, sedutor, permeado por conflitos ou desafios cognitivos, pois é o momento de resgatar os conteúdos já vistos ou referenciais de conhecimento e de experiências pessoais para analisá-los e reconfigurá-los à luz da ciência.

#### **4.4. Seleção de conteúdos e princípios metodológicos**

A seleção e definição dos conteúdos curriculares será realizada pelo coordenador do curso, com o apoio do NDE e a participação efetiva dos docentes do curso, e sempre terá como base:

- As Diretrizes Curriculares Nacionais;
- As orientações dos órgãos profissionais;
- As peculiaridades regionais;
- A concepção do curso;
- Uma concepção e uma sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem;
- A definição do perfil do egresso.

Neste processo, os professores envolvidos garantirão a aproximação e convergência dos componentes curriculares onde serão ministrados conteúdos afins, incentivando a interdisciplinaridade e a correlação entre a teoria e a prática.

Uma proposta curricular inovadora envolve a seleção de conteúdos significativos para a formação do estudante e o ordenamento dos mesmos em componentes curriculares/ módulos ou atividades acadêmicas distintas no âmbito das quais se realiza o processo de ensino e aprendizagem. A seleção dos conteúdos do ensino e as articulações entre os componentes curriculares constituem as tarefas centrais da elaboração de um projeto pedagógico e do delineamento de sua proposta curricular. Exigem uma reflexão apurada, tomando por base os conhecimentos, as competências e as habilidades a serem trabalhadas com o estudante, ao longo do curso, para que ele atinja o perfil profissional desejado.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos levará em conta:

- Os aspectos da realidade social, que visam despertar no estudante a consciência para as necessidades regionais, brasileiros e mundiais, considerando o

desenvolvimento inovador e sustentável a fim de capacitá-los a exercer uma profissão inserida na sociedade atual;

- O desenvolvimento cognitivo do estudante;
- As características próprias das diversas áreas do saber abordadas no currículo, pautadas na pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas;
- Os elementos necessários para que o estudante se sinta desafiado e estimulado a questionar, investigar, compreender, idealizar, transformar e construir a realidade em que está inserido.

Os componentes curriculares obrigatórios serão aqueles indicados na organização curricular como imprescindíveis para propiciar ao profissional em formação, os conhecimentos, as competências e as habilidades requeridas.

A competência é compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, com utilização dos recursos disponíveis, e exprimindo-se em iniciativas e ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional, em diferentes contextos do trabalho.

Os componentes curriculares opcionais serão os componentes passíveis de escolha pelo estudante, entre os componentes curriculares ofertados semestralmente mediante o planejamento acadêmico, ou entre eventos e atividades independentes desse planejamento, que venham a trazer subsídios à sua formação, realizados por órgãos internos ou entidades externas à PIB.

#### **4.5. Estratégias pedagógicas nas unidades curriculares**

No ensino superior, o processo pedagógico segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, utilizando, sobretudo, métodos e técnicas que levem à participação ativa do estudante, tais como: resolução de problemas, debates, seminários, simpósios, estudos de caso, práticas em laboratório, simulação, dinâmica de grupo e pesquisa, Jogos e gamificação, dramatização, sala de aula invertida, dentre outros.

Em cada unidade curricular devem ser utilizados, na medida do possível, o maior número de meios de ensino e incentivo à pesquisa/iniciação científica e extensão, oportunizando-se assim, na aprendizagem, a indissociável relação entre produção, disseminação e construção do conhecimento, tendo por objetivo a formação integral do estudante para o mercado de trabalho.

A formação acadêmica proposta na instituição, almeja o desenvolvimento de habilidades e competências, enfatizando a construção de conhecimentos a partir da vivência de experiências significativas da realidade profissional, visando com esse processo que o estudante possa atribuir sentido aos conteúdos desenvolvidos.

Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada unidade curricular são orientados pelos professores, utilizando no planejamento as seguintes etapas:

- Momento inicial - contextualização das situações, problemas e curiosidades sobre determinado assunto;
- Momento de fundamentação teórica - desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- Momento de feedback - retorno do entendimento, compreensão e construção do conhecimento dos discentes através de exercícios de fixação, jogos, atividades em grupo ou outras atividades.

Em relação às metodologias criativas e práticas pedagógicas inovadoras, a IES buscará implementar a cultura maker, empreendedora, de inovação e sustentabilidade. É por meio dessas metodologias de ensino, que os estudantes se tornam protagonistas de sua própria aprendizagem, aprendem a resolver problemas reais do cotidiano e a serem criativos no desenvolvimento de soluções e produtos, tanto de forma individual quanto coletiva.

Diante do exposto, visando a formação de da autonomia a IES buscará, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso com iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que surgem nos diferentes aspectos da vida humana.

Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam diferentes áreas do conhecimento humano.

#### **4.6. Interdisciplinaridade e Transversalidade como Princípios Educativos**

No que diz respeito ao currículo, o Projeto Pedagógico do Curso da PIB deverá pautar suas Matrizes Curriculares em:

- **Disciplinas teóricas e básicas** – que envolvem os fundamentos e alicerces necessários a formação específica;
- **Disciplinas transversais** – que dizem respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, um vínculo entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade);
- **Disciplinas interdisciplinares** – que articulam partes das diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para resgatar possibilidades e ultrapassar o pensamento fragmentado a partir de temas integrativos, trabalhando todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados;
- **Disciplinas transdisciplinares** – aquelas que acolhem temas que passam pelas diversas disciplinas, porém, sem ter como objetivo final o conhecimento específico dessa mesma disciplina; a transdisciplinaridade se preocupa com a interação contínua e ininterrupta de todas as disciplinas num momento e lugar.

Cabe ressaltar que os objetivos e conteúdos dos temas transversais devem estar inseridos em diferentes cenários de cada uma das disciplinas. Considera-se a transversalidade como o modo apropriado para a ação pedagógica destes temas. A transversalidade só tem significado dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento de conteúdos de forma integrada em todas as áreas do conhecimento.

Não obstante, a transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento que buscam a reintegração de procedimentos acadêmicos, que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. Através dessa ênfase poderemos intervir na realidade para transformá-la, cumprindo com uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares.

O modelo de ensino inter e transdisciplinar da PIB coloca as disciplinas ao redor de um mesmo objeto, e suas posições são cíclicas, ou seja, as disciplinas não possuem posição de importância uma em relação à outra, pois se integram a partir de um ponto de vista dialógico sobre o objeto de estudo.

Para tanto, são propostas as seguintes estratégias formativas:

- **Metodologias Ativas** – envolvendo estratégias criativas, ativas e inovadoras que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho de modo que o estudante torne-se partícipe do processo ensino aprendizagem e não um mero expectador.
- **Programa de nivelamento de conhecimentos** – será ofertado aos discentes um programa de nivelamento que oportunize atividades de leitura e ações vinculadas, buscando a retomada de conteúdos esquecidos, a superação de lacunas referentes a conteúdos não aprendidos, e estratégias de retenção e fixação dos novos conteúdos, em conformidade com as decisões tomadas pelo NDE e Colegiado de Curso, em consonância com o PPC.
- **Inclusão de temas transversais** - o trabalho deve ocorrer por meio da mediação da teoria e de ações que gerem competências e atitudes, inseridas nas disciplinas, nas atividades extracurriculares, eventos e semanas acadêmicas, projetos de extensão e iniciação científica. Enfim, a proposta é de levar ao conhecimento do aluno, numa dimensão didática, a possibilidade de aprendizado através de uma prática educativa que proporcione conhecimentos sobre a realidade e as questões da vida em suas constantes transformações, perpassando pela necessidade e compromisso de preparar o discente para o mundo do trabalho bem como para a sociedade no qual está inserido.

#### **4.7. Concepção Geral de Avaliação**

A PIB considera que a avaliação deve ser um processo contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção de dados de natureza qualitativa e quantitativa sobre posturas e procedimentos de ensino e aprendizagem, permitindo:

- a) caracterizar o desempenho de cada estudante, identificando aspectos que demandem atenção especial;
- b) planejar formas de apoio específico aos estudantes que apresentam dificuldades;
- c) verificar se os objetivos de aprendizagem propostos estão sendo alcançados;
- d) obter subsídios para a revisão de metodologias e recursos utilizados no desenvolvimento dos cursos.

Tendo por parâmetro os objetivos educacionais e didático-pedagógicos, a avaliação deve ser abrangente, concebida para mais do que a aferição de conhecimentos. Assim, o processo de avaliação será planejado com foco em múltiplos aspectos do desempenho escolar, considerando competências, procedimentos e compromissos com a profissionalização.

Por outro lado, deverão ser avaliados, além do aprendizado propriamente dito, os resultados e os impactos da ação docente sobre os estudantes, os métodos e os processos pedagógicos, a atuação da PIB como um todo e a sua integração com a comunidade. Com a realização regular, permanente e sistemática desse processo, a avaliação adquire o sentido primordial de gerar informações para os processos de decisão nos diversos níveis, eximindo-se de qualquer conotação punitiva, dominadora ou discriminatória.

A PIB encontra-se também atenta às finalidades essenciais da avaliação destacadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e que podem ser assim traduzidas:

- I. Ultrapassar a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional;
- II. Explicitar a responsabilidade social da educação superior, especialmente quanto ao avanço da ciência, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;
- III. Superar meras verificações e mensurações, destacando os significados das atividades institucionais, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos;
- IV. Aprofundar a ideia da responsabilidade social no desenvolvimento da IES, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social, e não como instrumento de checagem e cobrança individual;
- V. Valorizar a solidariedade e a cooperação e não a competitividade e o sucesso individual.

No que tange à sua operacionalização, a avaliação está prevista em vários órgãos institucionais podendo ser assim dimensionada:

- I. Avaliação via CPA, do cumprimento de metas e ações contidas no PDI;
- II. Avaliação da execução do(s) PPC(s) através dos Colegiado de Curso, do NDE, das comissões externas de avaliação, dos discentes e dos egressos;
- III. Avaliação das atividades institucionais na ótica dos discentes e docentes;
- IV. Avaliação das atividades institucionais através dos projetos de extensão e intervenção social no olhar dos parceiros e das comunidades envolvidas;
- V. Avaliação do desempenho institucional através dos órgãos empregadores e entidades conveniadas;
- VI. Avaliação de desempenho através do ENADE;
- VII. Avaliação dos projetos de iniciação científica por meio de divulgação em encontros, conferências, congressos e publicações de artigos e resumos.

No que se refere à Avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso, devem ser observados os seguintes itens:

- I. Na execução do projeto: formação e experiência profissional do corpo docente e a adequação do docente a cada atividade prevista: (aula teórica; aula prática, orientação de estágio, orientação de monitoria, orientação de iniciação científica, orientação de práticas integradoras). Infraestrutura física, Estrutura dos espaços próprios e conveniados para a articulação teoria – prática, Laboratórios de Ensino, Laboratórios de Habilidades, recursos de informática e acervo e serviços da biblioteca;
- II. Na atualização do Curso: adequação e atualização dos Planos de Ensino Aprendizagem;
- III. Na gestão do Curso: movimentação de estudantes: matrícula, transferência recebida, transferência expedida, trancamento, abandono, transferência interna.

Quanto às instâncias de Avaliação do PPC, incluem-se:

- I. O Núcleo Docente Estruturante, a quem compete a observação mais contínua da manutenção do processo de qualidade e adequação do curso;
- II. A CPA, a quem compete a avaliação institucional nas 10 dimensões orientadas pelo SINAES;
- III. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Colegiado de Curso, a quem compete, conforme Regimento, planejar, acompanhar a execução e avaliar todos os procedimentos regulares do curso, e ainda deliberar sobre diretrizes gerais de ensino, iniciação científica e extensão, zelando pela eficiência nos termos da legislação do ensino superior vigente.



#### **4.8. Concepção de currículo integral e flexível**

A PIB adota o princípio da flexibilização do currículo, o qual contempla maior e melhor movimentação interna do acadêmico por meio da organização e ampliação de atividades, envolvendo as seguintes ações:

- I. Atividades complementares, de caráter técnico, científico-culturais, pautadas em atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- II. Programa de Mobilidade Estudantil

Quanto à integralização, os estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário aproveitamento será aferido mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho.

Serão oferecidos dois momentos (um em cada semestre) para a solicitação de extraordinário aproveitamento, sendo estes fixados em prazo determinado em calendário acadêmico.

Por outro lado, caso o estudante necessite de maior tempo para a integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie o seu tempo de formação, observados os parâmetros regimentais.

#### **4.9. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

O papel da educação superior no contexto das sociedades às quais se inserem, é cada vez mais amplo e profundo, haja vista as constantes transformações sociais. Nesse contexto, há compreensão de que as práticas da pesquisa e extensão confirmam as sociedades como principais beneficiárias da produção e acumulação do conhecimento acadêmico institucional, uma vez que a educação superior democratiza a experiência acumulada.

A Constituição Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), anunciaram o princípio da indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão como norteador para o trabalho das instituições de educação superior, bem como um pressuposto para a educação de qualidade. Trata-se, portanto, do reconhecimento da extensão como instrumento de ação transformadora a partir da respectiva produção do conhecimento acadêmico-social.

Nessa perspectiva, a extensão consolidaria o instituto da educação superior ao interligar-se às atividades de ensino e de pesquisa, uma vez que possibilitaria e plenificaria a formação dos futuros profissionais em bases cidadãs. É com tal propósito que se insere a extensão curricular, voltada tanto à necessidade formativa do acadêmico bem como à capacidade de intervenção comunitária, proporcionando ao acadêmico uma aproximação com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos e, permitindo, desta forma, o exercício pleno da cidadania orientado por valores sólidos de solidariedade e equidade social.

Por sua vez, também a pesquisa, como princípio formativo e epistemológico, eixo da organização e desenvolvimento curricular em ambiente acadêmico, poderá garantir condições para uma efetiva contribuição cidadã ao corpo discente. Associada à extensão, a pesquisa é considerada um dos pilares da educação de qualidade e um forte motor incentivador da qualificação docente e discente.

O apoio à pesquisa apresenta-se comprometido com o ensino, levando o aluno a ser o protagonista de seu aprendizado. As atividades de pesquisa ajudam a fixar o aluno ao curso, aproximando-o da realidade científica da profissão, num envolvimento indispensável na formação de profissionais competentes e socialmente comprometidos.

De acordo com a política institucional da PIB, a pesquisa é realizada por meio da iniciação científica é compreendida como o processo de atividade investigativa e experimental, orientada por docentes e praticada por discentes que, juntos, problematizam, analisam, criticam e produzem conhecimento, nas suas múltiplas características epistemológicas e filosóficas, considerando o contexto dinâmico e complexo em que seu objeto de estudo se insere.

Assim, a PIB propõe a atividade de pesquisa, imprescindivelmente desenvolvida com a participação do corpo discente, visando à promoção do desenvolvimento científico-tecnológico de toda a comunidade acadêmica, dentro de suas áreas de especialização e formação acadêmica, ampliando as ações de conhecimento próprias do ensino superior.

#### **4.10. Políticas de Ensino**

As políticas de ensino praticadas no âmbito da PIB estão alinhadas com a missão da Instituição e com os princípios e objetivos expressos no Regimento Interno, em consonância com a legislação e normas estabelecidas pelo Ministério da Educação. A adoção das políticas de ensino objetiva o desenvolvimento de um ambiente de formação fundamentado no incentivo intelectual ao aprendizado, organizado a partir da integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Alguns dos elementos que derivam dessa política são a flexibilidade e a interdisciplinaridade da organização curricular; a organização de mecanismos de interação com os ambientes econômicos empregadores e sociais; a contextualização dos conteúdos e habilidades no processo de formação; o desenvolvimento de pensamento autônomo e crítico acerca da sociedade na qual se está inserido.

##### **4.10.1. Políticas de Ensino para a Graduação**

Em decorrência de seus objetivos permanentes e diretrizes estabelecidas, a PIB define os seguintes procedimentos como políticas de ensino a serem adotadas em seus cursos de Graduação:

- I. Construção coletiva de projeto pedagógico, centrado no estudante, visto como sujeito da aprendizagem, e apoiado no professor, percebido como facilitador e mediador do processo de ensino e aprendizagem;
- II. Elaboração de projeto pedagógico que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas;
- III. Atualização constante do currículo implantado (sempre que necessário) através da efetiva atuação do NDE em atenção às exigências profissionais e as demandas advindas dos órgãos responsáveis pela educação superior;
- IV. Organização didático-pedagógica com estrutura curricular flexível e que possibilite a interdisciplinaridade, a investigação, a análise, a resolução de problemas e a articulação da teoria com a prática;
- V. Qualificação do estudante de graduação de maneira social e formal, oferecendo educação de qualidade, realçando estratégias e formas de estágios e de práticas profissionais;
- VI. Desenvolvimento de competências dos estudantes necessárias para a elaboração de projetos de intervenção que sejam voltados às necessidades do cotidiano e os diferentes contextos de atuação;
- VII. Desenvolvimento de práticas pedagógicas e metodologias disruptivas com vistas a capacitar o profissional para atuação no mercado de trabalho contemporâneo.

Para atenderem à concepção filosófica da organização didático-pedagógica da PIB, os Projetos Pedagógicos de Curso, deverão apresentar:

- I. Concepção da estrutura curricular, fundamentada na indissociabilidade entre ensino, a pesquisa/iniciação científica e a extensão;
- II. Incentivo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de projetos interdisciplinares;
- III. Utilização de novas metodologias de ensino e aprendizagem que priorizam o protagonismo do estudante;
- IV. Inserção de tecnologias digitais da informação e da comunicação nas práticas pedagógicas;
- V. Desenvolvimento de competências e habilidades descritas nas DCNs e PPCs dos Cursos;
- VI. Incentivo para a realização de atividades que privilegiam os saberes teórico-práticos e a inserção dos estudantes na comunidade onde se localiza o curso;
- VII. Desenvolvimento do pensamento crítico e analítico, preparando os estudantes para a resolução dos problemas;
- VIII. Fomento à educação continuada considerando a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento;

- IX. Estratégia de acompanhamento dos egressos com a finalidade de estimular a Educação Continuada e a participação nos processos de avaliação da qualidade do curso.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados pela PIB os seguintes mecanismos:

- I. Todas as disciplinas terão um cronograma de atividades apresentados no início de cada semestre letivo aos alunos e publicado no portal do aluno com orientações precisas e detalhadas do que o aluno deve estudar, indicando fontes de pesquisa e leituras. As atividades de cada disciplina serão acompanhadas e avaliadas regularmente por docentes, pelo NDE e pela coordenação de curso, sendo que os professores poderão usar diferentes metodologias e recursos.
- II. A avaliação dos alunos em cada disciplina deverá abranger, além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, os conteúdos e atividades que foram elaborados pelo docente na preparação das aulas, em conformidade com os Planos de Ensino Aprendizagem.
- III. A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada por meio de procedimentos de avaliação variados, elaborados de forma multidisciplinar, que terão como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos específicos do curso, bem como de temas transversais e interdisciplinares.
- IV. Os resultados das avaliações dos processos de ensino-aprendizagem serão analisados, discutidos e socializados com a comunidade acadêmica devendo ensejar, sempre que necessário, a adoção de estratégias de revisão de procedimentos, com vistas à melhoria dos resultados aferidos;
- V. Proposição de eventos antenados às questões de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental da cidade e região onde se situa a PIB.

Em relação à implementação dos componentes curriculares na PIB, serão levadas em conta as seguintes diretrizes e procedimentos:

- I. Integração dos componentes curriculares por disciplinas/módulos, no contexto dos semestres, favorecendo a construção de um currículo com base em conteúdos integrados, buscando assim, reduzir a fragmentação de conhecimentos. E buscando garantir maior interface e integração horizontal e vertical dos componentes curriculares e conteúdos;
- II. Início de atividades profissionais compatíveis com a competência dos estudantes, preferencialmente desde o primeiro ano do curso. Ao contrário da organização curricular tradicional, o estudante desenvolve habilidades práticas, com autonomia crescente de suas atividades, iniciando pela observação, pesquisa e inserção em diversos cenários de aprendizagem;

- III. Atuação em diferentes cenários profissionais: buscando o processo de integração com variados contextos de aprendizagem, e assim adequar-se às novas diretrizes curriculares, possibilitando ao estudante formar-se de maneira global;
- IV. Estratégias pedagógicas e recursos de ensino favorecem a autoaprendizagem, motivam os estudantes para a busca ativa de informações, pois baseiam-se na utilização de metodologia ativa, delineada em cinco fases privilegiando o debate, casos, seminários, discussões baseadas em evidências, resultados de investigações, seguidas de análises, reflexão e propostas de intervenção.

No que tange à Organização Curricular, a política de ensino da PIB estabelece dois importantes pontos a serem considerados:

**I. Quanto à estruturação dos Planos de Ensino Aprendizagem e à gestão do Ensino:**

Os Planos de Ensino Aprendizagem serão estruturados pelo NDE e socializados com os estudantes. A cada atualização, o processo de socialização se repete apresentando-se as devidas justificativas e servindo como forma de mostrar também aos estudantes a constante evolução do curso. Os docentes contratados receberão da coordenação do curso e do NDE os Planos de Ensino Aprendizagem e as orientações para a organização do Plano de Curso, e deverão, na sua concepção, atender tanto à integração horizontal quanto à vertical. A estruturação e o planejamento das atividades do semestre deverão ocorrer no semestre anterior à oferta.

A PIB concebe o processo formativo a partir do nexo entre educação, cultura, tecnologia e sociedade, de forma a atribuir ao conhecimento o fator preponderante no desenvolvimento profissional de seus egressos. Para tanto, a IES tem como fundamento para a política de ensino da graduação o compromisso social que vai além da mera transmissão de informações técnicas, necessárias à atividade profissional. Como instituição educacional, procura desenvolver um conjunto de valores éticos nos acadêmicos, no sentido de “construir” um ser humano digno e responsável, cidadão crítico, consciente de suas obrigações e direitos. Para tanto, procura também realçar as atitudes e os valores éticos inerentes à profissão.

Desse modo, os seguintes aspectos assumem importância central na formação dos estudantes:

- **Integridade pessoal:** adoção de uma conduta reta, quando do trato da “coisa” privada ou pública, no sentido de promover uma gestão profissional transparente e condizente com as novas exigências sociais;
- **Competência profissional:** adoção de uma qualidade sólida capaz de apreciar e resolver os fatos com eficiência e eficácia necessárias à consecução dos objetivos delineados no perfil profissional construído;

- **Análise Crítica:** desenvolvimento de habilidades e competências que propiciem o pensamento autônomo, crítico, com vistas a analisar os diferentes ângulos da atuação profissional e da inserção na sociedade para contemplar a diversidade cultural e étnica presente nas diferentes regiões do país;
- **Argumentação sólida:** adoção de um nível de conhecimento estruturado e adequado que possibilite em qualquer situação apresentar formulações, ações, estratégias e procedimentos que resultem em substanciais soluções para as questões sociais.

Assim, à medida que o estudante vai interagindo com os objetos de conhecimento socialmente construídos, passa a dar-lhes uma interpretação própria, transformando-os com base em suas reflexões e interpretações pessoais, modificando-se a si mesmo, colocando o ensino e a aprendizagem num processo de transformação dinâmico e contínuo.

Como parte da política de ensino para a graduação, a PIB irá oferecer continuamente programas sistemáticos e permanentes, voltados para o acompanhamento dos discentes, bem como subsídios para melhoria de seu desempenho, envolvendo mecanismos de orientação e encaminhamento profissional e de motivação para a interação efetiva entre alunos e professores. Em meio a tais mecanismos, destacam-se especialmente:

- **Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP),** que atua com equipe de pessoal especializado, capaz de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando a adaptação, especialmente, dos ingressantes;
- **Programa de nivelamento:** promovido especialmente em função das dificuldades que muitos dos egressos do ensino médio enfrentam quando iniciam um curso superior, o nivelamento oportuniza aos acadêmicos uma revisão de conteúdo, por meio de estudos e de atividades que ajudam na apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos, e nas dificuldades de aprendizagem enfrentadas.

Para concluir, quanto às políticas de ensino para os cursos de graduação da IES, pode-se destacar:

- a adoção de atividades que integram os currículos dos cursos de graduação: as Atividades Complementares, o Trabalho de Conclusão de Curso (se for o caso), a Monitoria, os Estágios e a Iniciação Científica;
- a adoção de recursos e materiais pedagógicos, roteiros de estudos, dentre outros materiais;
- a necessidade da adoção de políticas de atualização e renovação dos recursos pedagógicos e materiais, acervo e recursos da Biblioteca, dos Laboratórios,

equipamentos de informática, dentre outros recursos necessários para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da PIB;

- a incorporação de inovações tecnológicas no âmbito dos projetos pedagógicos de cursos, visando proporcionar a interação e interatividade, possibilitando a aprendizagem colaborativa e o uso criativo de recursos tecnológicos na mediação pedagógica;
- a adoção dos cursos de nivelamento, visando oportunizar aos acadêmicos uma revisão de conteúdo, e proporcionar, por meio de estudos e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos;
- a revisão constante dos projetos pedagógicos dos cursos, com base em propostas dos colegiados de cursos, dos núcleos docentes estruturantes, avaliações institucionais e avaliações externas.

Desse modo, a PIB considera contribuir para a inclusão e acompanhamento dos alunos, garantindo e fortalecendo o ensino de graduação.

#### **4.10.2. Modelo de Formação Integrada**

A PIB propõe uma relação acadêmica mais ajustada ao processo educacional, praticando uma filosofia didático-pedagógica e projetos acadêmicos que permitam aos estudantes vivenciarem, discutirem e aplicarem o conhecimento aprendido. O foco desse modelo é a construção de currículos que permitam alto grau de empregabilidade aos seus egressos, considerando que a empregabilidade requer desenvolvimento de competências técnicas (saber-fazer profissional) e competências pessoais e atitudinais (senso crítico, visão metódica na resolução de problemas, habilidade de trabalhar em equipe).

Visando compor um modelo de formação integrada, devem ser destacados nos Projetos Pedagógicos de Cursos os seguintes elementos:

- atividades didático-pedagógicas promovidas por docentes qualificados e amparados por recursos didático-pedagógicos adequados e inovadores;
- atividades que aliam teoria e prática, devendo ser utilizados como instrumental didático-pedagógico os estudos de casos, seminários, debates, painéis, simpósios, trabalhos de grupo e visitas técnicas;
- práticas já consagradas, que complementam e enriquecem a formação do estudantes, tais como as Atividades Complementares, o Trabalho de Conclusão de Curso (se for o caso), os Estágios, a Monitoria e a Iniciação Científica;
- práticas inovadoras, tais como a flexibilização na organização curricular, inovações nos recursos e materiais pedagógicos e a incorporação de recursos tecnológicos inovadores, tecnologias de informação e comunicação, Biblioteca Virtual, dentre outras.

É com base nesse modelo que os Projetos Pedagógicos dos cursos da PIB devem ser constantemente revisados, buscando garantir a atualização da proposta de ensino, obedecendo os princípios e diretrizes adotados pela IES, em consonância com as decisões coletivas dos colegiados de cursos e respectivos NDEs.

#### 4.10.3. Sistema de avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

O Sistema de Avaliação do processo de Ensino-Aprendizagem na PIB é parte da Gestão do Processo de Ensino-Aprendizagem, a qual leva em conta a avaliação sobre o aproveitamento do estudante em relação ao seu percurso de aprendizagem, em todas as áreas em que se desenvolve. Ou seja, a Gestão do Processo de Ensino-Aprendizagem analisa o rendimento do estudante e o seu desempenho no componente curricular/módulo e no curso, de forma que possibilite intervenções pedagógicas em diferentes níveis.

Cada curso desenvolverá atividades próprias de avaliação conforme proposta pedagógica explicitada nos Planos de Ensino Aprendizagem devendo manter plena coerência com os objetivos de aprendizagem estabelecidos, conjugando na sua materialização os três grandes atributos da ação pedagógica: ensino, aprendizagem e avaliação.

A avaliação do ensino, bem como da aprendizagem, consistem na gestão das atividades dos estudantes, ou seja, na organização de situações capazes de contribuir para a construção e produção do conhecimento pelo estudante, distanciando-se da ideia de transferência de informação. A aprendizagem, mais do que acúmulo de informações, é compreendida como construção de significados que permitam a interpretação da realidade e sua transformação. Nessa perspectiva, a avaliação é um componente de diagnóstico e de reorientação do ensino e da aprendizagem, voltada para a compreensão da prática docente e da trajetória acadêmica do estudante, plenamente visível nos traços deixados pelos estudantes durante sua trilha de aprendizagem.

Desse modo, a **avaliação** na PIB será entendida como um processo de ação-reflexão-ação, no qual o professor, a partir dos resultados obtidos pela avaliação do estudante, pode visualizar avanços na aprendizagem e detectar as dificuldades encontradas. Desse modo, terá a possibilidade de ressignificar a sua práxis pedagógica e traçar novas trilhas de aprendizagem, por meio de um replanejamento das suas estratégias, métodos e recursos, visando minimizar as lacunas existentes e ampliar a compreensão dos estudantes sobre determinados conceitos e/ou conteúdos, potencializando a aprendizagem. Por isso, a avaliação ocorrerá de forma integrativa, sistêmica, contínua e dialógica, envolvendo critérios e instrumentos avaliativos em diferentes etapas do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a PIB propõe o uso de modalidades de avaliação integradas entre si e relacionadas diretamente com os objetivos do curso, a saber: avaliação diagnóstica, formativa e somativa:

- A **avaliação diagnóstica** é realizada no início das atividades do componente curricular, de forma a constatar se os estudantes apresentam os pré-requisitos



esperados, sendo também utilizada para identificar eventuais problemas de aprendizagem e suas causas, numa tentativa de saná-los.

- A **avaliação formativa** auxilia a captar os avanços e dificuldades que se manifestam ao longo do processo educacional, ainda em tempo de tomar providências. Visa determinar se o estudante domina gradativa e hierarquicamente cada etapa da instrução, estando relacionada ao mecanismo de feedback. Esta avaliação também permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático quando ainda está em curso.
- A **avaliação somativa** consiste em classificar os estudantes de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, tendo em vista sua promoção de um semestre e/ou módulo para outro.

Cumpre também ressaltar a importância do desenvolvimento de uma cultura de avaliação pautada não somente no que acontece na sala de aula (o durante), mas também no que foi previsto e elaborado na preparação das aulas (o antes) e no que foi sugerido como estudos após as aulas (o depois). Os alunos deverão aprender que poderão ser cobrados pela aprendizagem das atividades e conteúdos programados para cada disciplina, mesmo que não dados em sala de aula, mas que são vinculados a ela.

Uma avaliação deve ser uma boa medida da eficácia da relação ensino-aprendizagem. Não se trata de “facilitar” ou “dificultar” um melhor resultado. Espera-se que a avaliação seja apenas uma medida adequada do resultado do processo ensino-aprendizagem, servindo assim para que professores e alunos possam aperfeiçoar esse processo. Desse modo, é possível que seja criada uma cultura de valorização da aprendizagem, levando o aluno a realizar o esforço próprio que a aprendizagem exige, partindo dos seguintes pressupostos:

- considerar que a aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e avaliação docente;
- entender que todos aprendem de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e ritmos;
- perceber que a aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno;
- saber que o esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação.

Com base nesses princípios, a PIB considera fundamental a ocorrência de um processo de avaliação contínua, uma avaliação que leve em conta a relação entre a ação e as realidades encontradas, que esteja atenta ao diagnóstico diário do estudante, que considere a capacidade do estudante se apropriar de determinados conhecimentos em atividades de aprendizagem interativas, colaborativas e cooperativas que constituem a base reflexiva para o planejamento e controle do desempenho da aprendizagem.

Assim, a nota final do estudante levará em consideração todas as avaliações realizadas durante o semestre letivo. Caberá aos docentes/orientadores a atribuição de notas de avaliação e a

responsabilidade do controle das atividades dos estudantes, devendo o Coordenador de Curso supervisionar o controle desta obrigação.

Será atribuída nota zero ao estudante que usar de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração de trabalhos de verificação parciais, provas, ou qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento por atribuições de notas, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas no regimento.

Além desses aspectos, a avaliação do discente procurará privilegiar uma metodologia de avaliação em que se considere o “despertar” do estudante. Não deverá ser vista no sentido de “medir para desmotivar”, não servir como cobrança, e sim, como incentivo para criar uma cultura de estímulo à leitura, e para a importância das vivências práticas, como visitas, palestras, seminários e outras metodologias de ensino, e o que for mediado por tecnologias.

A avaliação, por sua vez, presente em toda atividade pedagógica, possibilitará ao estudante a autorreflexão sobre sua prática e orientará a tomada de decisões, tendo como funções o diagnóstico e a mediação. Como diagnóstico, objetiva identificar o patamar em que se encontra a aprendizagem do estudante, com vistas à tomada das decisões necessárias. Como mediação, faz-se presente no espaço da reconstrução pelo estudante do conhecimento e da produção de um saber mais rico e mais complexo.

Entende-se, portanto, ensino, aprendizagem e avaliação como fundamentos indissociáveis do processo educativo no qual professor e estudante tornam-se protagonistas na relação dialógica vivenciada em ambiente de aula. O estudante constitui-se protagonista pelas relações construídas entre conteúdos, realidades sociais, experiências, vivências e problemas práticos que lhe são apresentados de forma desafiadora pelo professor, o qual o estimula a explorar novas situações, a correr riscos e a ousar e criar relações inusitadas, rompendo com o imobilismo, a acomodação e a linearidade do ensino tradicional. Por sua vez, o professor se constitui também como protagonista ao atuar como mediador na interação do estudante com o conhecimento.

Na PIB, a avaliação deve ser entendida como um processo de ação-reflexão-ação na qual o professor, a partir dos resultados obtidos pela avaliação do estudante, pode visualizar avanços na aprendizagem e detectar as dificuldades encontradas. Desse modo, terá a possibilidade de ressignificar a sua práxis pedagógica e traçar novas trilhas de aprendizagem, por meio de um replanejamento das suas estratégias, métodos e recursos, visando minimizar as lacunas existentes e ampliar a compreensão dos estudantes sobre determinados conceitos e/ou conteúdos, potencializando assim a aprendizagem. Por isso, a avaliação ocorrerá de forma integrativa, sistêmica, contínua e dialógica, envolvendo critérios e instrumentos avaliativos em diferentes etapas do processo de ensino e aprendizagem.

A Avaliação da Aprendizagem faz parte do trabalho docente e tem por objetivo verificar a progressão da aprendizagem do estudante e, para tanto, deve-se considerar o percurso do estudante, observando de onde ele partiu até onde conseguiu chegar. Dessa forma, o professor deve atuar como um mediador, acompanhando os progressos, identificando as dificuldades, reorganizando as ações e promovendo as correções necessárias para que os objetivos educacionais possam ser plenamente alcançados.

No decorrer dos componentes curriculares/módulos, os professores apresentarão ao estudante todos os critérios que nortearão o processo de avaliação e as atividades que serão solicitadas. Para que se tenha um bom resultado nos estudos será necessário cumprir todas as atividades estabelecidas nas diferentes etapas do curso.

Respeitado o limite mínimo de frequência, a avaliação do desempenho escolar abrangerá, em cada componente curricular:

- Assimilação progressiva de conhecimento;
- Trabalho individual expresso em tarefas de estudo e de aplicação de conhecimentos; e,
- Desempenho em trabalhos de grupo, que demonstre a aquisição de habilidades e valores, considerada a capacidade de liderança, de iniciativa, de decisão e de cooperação.

Os três aspectos de verificação de eficiência definidos correspondem a duas notas parciais e de exame final. A nota parcial 1 e 2 é concedida de acordo com o plano aprovado pelo Colegiado de Curso, podendo consistir da média das arguições, trabalhos individuais realizados pelo estudante, participação em seminários e desempenho em trabalhos de grupo, no respectivo componente curricular. A nota de exame final resulta de prova escrita, que versa sobre todo o programa abordado no componente curricular.

O sistema de avaliação, assim como todo planejamento de ensino, é discutido no âmbito dos colegiados, tais como o Núcleo Docente Estruturante e os colegiados de cursos, e regulamentado em documento específico, aprovado pelos órgãos colegiados e pela Diretoria Acadêmica. Cumpre destacar que todo o processo de ensino e de aprendizagem, e consequentemente o processo avaliativo, incorpora processos e concepções que primam pela inclusão da diversidade em todas as suas dimensões: intelectual, perceptiva, étnica, religiosa, dentre outras.

A PIB concebe que os processos avaliativos devem instrumentalizar professores(as) e gestores para efetiva atuação no processo educativo, coletando informações sobre o seu andamento e o rendimento do estudante em relação aos objetivos e às expectativas de aprendizagem traçadas, a fim de que sejam possíveis intervenções com o objetivo de reorientar as práticas docentes e as aprendizagens dos estudantes.

O Colegiado de Curso poderá estabelecer normas complementares ao processo de avaliação da aprendizagem, especialmente, em relação ao estágio supervisionado, às atividades complementares e ao trabalho de conclusão de curso, quando for o caso.

O resultado de cada avaliação é expresso em notas de zero a dez, em número inteiro ou em número inteiro mais uma casa decimal, sendo que os valores da Avaliação Parcial (N1 e N2) terão que corresponder ao mesmo percentual da nota em ambos os bimestres.

Os trabalhos acadêmicos, bem como os trabalhos de conclusão de curso, devem atender aos requisitos de normalização de trabalho científico, previstos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

A avaliação de desempenho acadêmico é apurada pela frequência e aproveitamento na avaliação de aprendizagem em cada componente curricular, e será realizada de forma integrada, em conformidade com o regulamentado no Regimento Interno da PIB. Caberá ao(a) docente atribuir e registrar as notas das avaliações e aferir e registrar a frequência dos estudantes, sendo o controle desses procedimentos de competência da Coordenação de Curso em conjunto com a Secretaria Acadêmica.

As provas são aplicadas em períodos específicos, devendo a entrega dos relatórios de notas e faltas obedecerem aos prazos previstos no Calendário Acadêmico.

As avaliações formais devem realizar-se em folha com timbre institucional, que contenha a identificação do aluno, o curso, a turma, o turno e o(a) docente, bem como a data da sua realização, conforme modelo fornecido pela Instituição.

É obrigatório o registro da presença, mediante assinatura dos estudantes em lista de frequência, no momento da avaliação, bem como no momento da devolutiva da prova. Não se admite a participação de aluno não matriculado em qualquer avaliação do processo de aprendizagem.

#### **4.10.4. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem**

A avaliação do processo do ensino e da aprendizagem, mais que mensurar o desempenho do aluno, busca valorar e retroalimentar o seu processo de crescimento assim como os resultados de aprendizagem alcançados. Ademais, a avaliação consiste em etapa importante do ciclo de qualidade do ensino, na medida em que o docente planeja as suas atividades, as executa e, por meio da avaliação da aprendizagem, verifica se o seu processo de ensino tem atingido a efetividade planejada, para, sempre que necessário, atuar na promoção de melhorias.

A PIB tem como propósito a avaliação da aprendizagem suportada nos seguintes princípios:

- Avaliação de competências – para identificar capacidades construídas e resultados de aprendizagem atingidos.
- Indissociabilidade entre ensino e avaliação – para aproveitar os momentos de ensino, onde os estudantes ativam as capacidades que se deseja avaliar.
- Avaliação inicial (diagnóstica), processual (formativa) e final (somativa) – ao realizar avaliações nos distintos momentos de um período letivo, o professor estará ajustando o seu planejamento em decorrência das características dos alunos, oportunizando que o aluno identifique sua evolução e adote ajustes do seu processo de aprendizagem de modo a atingir com êxito a sua qualificação final.
- Heteroavaliação, coavaliação e autoavaliação – para despertar no aluno a responsabilidade como protagonista do seu processo formativo.
- Estratégias e Instrumentos variados – cuja escolha é função das evidências de desempenho que se deseja identificar.

- Utilização de indicadores e descritores – para ficar claro que a nota é apenas a expressão numérica do padrão de desempenho esperado do aluno.

O processo de aprendizagem das competências será identificado a partir dos seguintes níveis da avaliação:

**I – Avaliação Parcial 1A (AP-1A)**, que compreenderá atividades de pesquisa, extensão, práticas curriculares e simuladas e/ou outras atividades avaliativas previstas no programa de aprendizagem, desenvolvido no primeiro bimestre do semestre letivo, correspondente a parte da nota bimestral.

**II – Avaliação Parcial 1B (AP-1B)**, que corresponderá à prova, relativa, no mínimo, ao conteúdo ministrado no primeiro bimestre do semestre letivo e complementa a nota bimestral.

**III – Avaliação Parcial 2A (AP-2A)**, que compreenderá atividades de pesquisa, extensão, práticas curriculares e/ou outras atividades avaliativas previstas no programa de aprendizado, relativo, no mínimo, ao conteúdo do segundo bimestre do semestre letivo, correspondente a parte da nota bimestral.

**IV – Avaliação Parcial 2B (AP-2B)**, que corresponderá à prova, relativa, no mínimo, ao conteúdo ministrado no segundo bimestre do semestre letivo e complementa a nota bimestral.

**V – Avaliação de Reposição (AR)**, que corresponderá a prova a ser aplicada ao acadêmico que esteve ausente durante a realização da Avaliação Parcial 1B e/ou Avaliação Parcial 2B mediante requerimento deferido pela coordenação do curso, nas datas fixadas em calendário acadêmico, contendo questões que contemplem o conteúdo semestral da disciplina, conforme critérios definidos em regulamento próprio.

**VI – Exame Final (EF)** – que corresponderá à prova abrangendo todos os componentes curriculares ministrados na disciplina durante o semestre letivo para o aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e com média semestral igual ou superior a 3,0 (três) e inferior a 7,0 (sete).

O resultado de cada avaliação será expresso em notas de zero a dez, em número inteiro ou em número inteiro mais uma casa decimal, sendo que os valores da Avaliação Parcial 1B e da Avaliação Parcial 2B, terão que corresponder ao mesmo percentual da nota em ambos os bimestres.

Serão avaliados, durante o processo, tanto o aproveitamento individual quanto a capacidade de trabalhar em grupo, alternando-se em todas as etapas da disciplina, bem como uma auto avaliação nas duas unidades, onde levará em conta: Assiduidade; Pontualidade; Análise dos livros e sites indicados; Atividades programadas em sala e nos laboratórios de informática, quando necessário, incluindo pesquisa de campo.

#### **4.11. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural**

A iniciação científica é um importante instrumento que introduz os estudantes no campo da pesquisa científica, através de práticas investigativas. Ele desenvolve a capacitação e as competências do estudante, sendo considerada oportunidade privilegiada para a descoberta de vocações e para a ampliação do leque de conhecimentos adquiridos, voltados para o aprimoramento do pensamento científico, destinada aos estudantes dos cursos de graduação do ensino superior, que desejam se aprofundar em algum tema específico.

A pesquisa é essencial para gerar novos conhecimentos ou refutar algum já existente. Trata-se de um processo de aprendizagem que abrange tanto o indivíduo que o realiza como a sociedade na qual ele vive. Na PIB a pesquisa será uma atividade regular, com ações orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento. A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB preza pelo desenvolvimento da pesquisa como princípio primordial para a oferta de um ensino de qualidade. A IES acredita que a vivência na investigação científica desenvolve um ambiente acadêmico de curiosidade, geração e transmissão de conhecimento. O caráter multidisciplinar e cooperativo da pesquisa desenvolve nos alunos o espírito investigativo que se reflete na atitude científica, aprimorando a criatividade dos estudantes. Para isso, criamos nossas políticas institucionais de pesquisa buscando incentivar atividades acadêmicas que resultem em significativos avanços na produção científica e em publicações na área, sempre baseadas nos indicadores de qualidade.

Tal conduta somente será possível com um corpo docente qualificado, em nível de mestrado e de doutorado. No que tange a pesquisa, a PIB com seu Programa de Iniciação Científica investirá e incentivará no desenvolvimento de grupos de pesquisa, para o enriquecimento curricular da graduação e promoção de oportunidades de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) na área. Juntamente com os alunos, os docentes participaram do desenvolvimento da produção acadêmica e científica.

A importância de estabelecer uma revista técnico-científica institucional se faz no sentido de encorajar os profissionais e acadêmicos das áreas de conhecimento que abrangem as Ciências do curso, e veicular os resultados de suas investigações científicas e práticas profissionais, tanto provenientes da PIB, quanto da comunidade científica em geral.

O Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB terá como função:

1. dar todo apoio ao desenvolvimento das atividades e ações de Extensão, implementando as políticas que permitam a maior integração da Faculdade com a comunidade;
2. fornecer apoio a docentes e discentes na elaboração de Projetos de Pesquisa - Desenvolvimento de Negócios I e II;

3. incentivar o desenvolvimento de Iniciação Científica através da formação de grupos formados por pesquisadores com linhas de pesquisa e projetos em comum.

As ações acadêmico-administrativas previstas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas na PIB. As práticas inovadoras pensadas para a instituição serão instituídas com base nas necessidades da comunidade acadêmica. Vale destacar que serão divulgadas no meio acadêmico informações sobre o estímulo a programas de bolsas, que poderão ser mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento.

O desenvolvimento artístico e cultural ocorrerá na PIB através de Semanas Temáticas ao longo do ano letivo, sendo que todo o processo envolverá comunidade acadêmica, discentes, docentes, pessoal técnico-administrativo, parceiros (empresas e organizações) e comunidade externa.

A PIB entende que o investimento em ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural são muito importantes para a oferta de um ensino de excelência, e contribui para a formação de profissionais criativos e disruptivos. A inovação tecnológica na PIB será focada na melhoria do ensino e dos processos oferecidos, através do investimento em tecnologia de ponta, visando agregar valor ao ensino ofertado.

Acreditamos que as inovações tecnológicas promovem a melhorias na qualidade da educação, pois:

1. ampliam o acesso à informação, permitindo que discentes e docentes aprofundem sua pesquisa e seu potencial acadêmico;
2. ampliam o protagonismo dos estudantes;
3. democratizam o acesso à informação oportunizando o uso gratuito de dados e fontes;
4. facilitam o entendimento de conteúdos e impulsionam a experiência escolar por meio do uso de laboratórios virtuais, realidade aumentada e simuladores;
5. promovem a troca de informações e conhecimentos permitindo o aprendizado colaborativo;
6. propicia a inclusão de alunos deficientes através do uso de softwares.



#### 4.12. Políticas de Extensão

As políticas de extensão da IES, estão em consonância com o que é estabelecido no Plano Nacional de Extensão Universitária, refletindo o compromisso da IES “com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”. A extensão é compreendida como prática acadêmica que possibilita a articulação da IES, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, permitindo que o(a) discente exerça sua responsabilidade social dentro do ambiente acadêmico, possibilitando a formação do profissional cidadão.

A PIB entende a extensão como a prática acadêmica que interliga a Instituição nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas mais amplas da comunidade, possibilitando a formação do profissional cidadão e credenciando-se junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo à superação das desigualdades sociais existentes.

Destaca-se também a caracterização do perfil esperado para o egresso da IES, como um acadêmico que deve “adquirir formação social capaz de promover o desenvolvimento da cidadania plena, entendida localmente e ampliada globalmente”.

As ações e projetos de extensão desenvolvidos pelos estudantes na PIB são considerados como um dos pilares mais sensíveis da atuação acadêmica, com vistas à sua profissionalização. Tem em sua essência basilar a expectativa de:

- relacionar o aprendizado acadêmico com a atuação profissional de forma a permitir o conhecimento das demandas sociais;
- desenvolver o autoconhecimento do aluno quanto às habilidades/competências exigidas dos profissionais;
- vivenciar o aprendizado ético;
- promover a formulação de problemas referentes aos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas curriculares;
- desenvolver habilidades para o trabalho em equipes interdisciplinares;
- proporcionar a atuação profissional embasada nas teorias estudadas e a preparação para agir nas incertezas;
- atender a comunidade local, socializando o conhecimento construído na IES por meio da prestação de serviços, desenvolvendo nos estudantes o espírito de solidariedade e cidadania;
- vivenciar a responsabilidade social a partir do ambiente universitário.

A Extensão tem por objetivo tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da IES, seja por sua própria produção, pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de divulgar e de ampliar o acesso ao conhecimento e cultura produzidos pela Instituição.



O desenvolvimento de políticas de extensão como uma dimensão do ensino e atividade de formação acadêmico-científico-cultural de seu corpo discente tem sido evidenciada como política institucional de curricularização da extensão. Em relação a tal aspecto, a Resolução CNE 07/2018 apresenta algumas deliberações, tais como a atualização do conceito de extensão na Educação Superior Brasileira, ora constituído como “atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Corroborando tal propositura, a PIB apresenta como Política de Extensão:

- I. Incentivo à articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa/Iniciação Científica;
- II. Promoção da democratização do conhecimento acadêmico e da participação efetiva da PIB na sociedade local e regional por meio da interação dialógica;
- III. Favorecimento ao processo dialético da relação teoria-prática;
- IV. Promoção de trabalhos interdisciplinares que favoreçam o desenvolvimento local e regional;
- V. Estímulo ao desenvolvimento cultural como instrumento de construção da cidadania.

Para atenderem à Política de Extensão os PPCs da PIB devem:

- I. Explicitar a articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, levando em consideração as características do curso e as necessidades locais e regionais;
- II. Incentivar e valorizar a participação dos estudantes em diferentes ações de extensão;
- III. Considerar de forma objetiva atividades de extensão como relevante para o curso através de eventos organizados para a difusão, para a comunidade, de trabalhos científicos desenvolvidos na PIB;
- IV. Prever o monitoramento, registro, avaliação das ações de extensão, apresentação e publicação dos resultados;
- V. Prever a extensão como componente curricular em pelo menos 10% da carga horária total do Curso.

Para a efetiva aplicação desses princípios, as atividades de extensão serão desenvolvidas, levando-se em consideração as seguintes modalidades:

- I. Programas: Articulação de pelo menos dois projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e prestação de serviço) de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma processual e contínua, integrando o ensino e a pesquisa.
- II. Projetos: Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O Projeto de Extensão pode ocorrer isoladamente ou pode ser vinculado a um Programa de Extensão.
- III. Cursos/Oficinas: Consiste em uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, planejada e organizada de modo sistemática, com carga horária mínima e critérios de avaliação definidos. Responde a demandas não atendidas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação e pode estar vinculada a um Programa ou Projeto de Extensão ou ser isolado.
- IV. Eventos: Corresponde a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, científico e tecnológico desenvolvido pela IES. São exemplos de evento de extensão: campanha de difusão cultural, exposição, feira, conferência, congresso, simpósio, fórum, jornada, mesa-redonda, palestra, produtos, entre outros eventos.
- V. Prestação de Serviços: Compreende atividade de trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Partindo das premissas conceituais para a extensão e os objetivos pretendidos, a PIB busca o engajamento social e mudança de posturas frente aos desafios do meio em que a comunidade acadêmica esteja inserida.

Para materializar as premissas e objetivos da política de Extensão da IES, a PIB apoia a realização de Programas de Extensão, Projetos de Extensão, Educação Continuada, Cursos de Extensão, Eventos e Prestação de Serviços, Semanas e Jornadas Acadêmicas, denominando este conjunto de modalidades de ações de Extensão como Práticas de Extensão.

Ainda em relação às práticas de extensão da PIB, em consonância com a Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018, para fins de **curricularização** da extensão, cada curso estabelecerá em seu Projeto Pedagógico a maneira como os alunos deverão realizar tais práticas, considerando necessariamente os seguintes aspectos:

- as ações de extensão poderão ser incorporadas às unidades curriculares – uma ou mais disciplinas, que passarão a dedicar parte ou toda a carga horária a tais atividades;

- as ações de extensão poderão referir-se a atividades e projetos formalmente registrados, acompanhados pela Coordenação e que deverão ser certificadas e validadas para creditação das horas ao aluno;
- as ações de extensão poderão ser compostas pelos dois itens anteriores, desde que o PPC estabeleça que algumas horas deverão ser cumpridas em disciplinas e outras em ações formalmente registradas.
- a inclusão de atividades de extensão curriculares para os alunos, em qualquer das duas formas anteriores, deverá representar um total de 10% da carga horária total do curso;
- as atividades de extensão curricularizáveis deverão desempenhar um papel formativo para o estudante e articular-se a intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à PIB, nas formas especificadas nos PPCs;
- as atividades de extensão curricularizáveis devem implicar numa ‘troca de conhecimento’ entre a IES e a comunidade externa, promovendo uma interação dialógica, não se limitando a uma mera transmissão unilateral de saberes.

O planejamento das práticas de extensão curriculares deve ser realizado pelos professores no contexto de seus cursos em acordo com a Coordenação Acadêmica e Núcleo Docente Estruturante.

A avaliação dos resultados de Extensão, à luz das diretrizes desta política, será feita anualmente. Adicionalmente, o conjunto das práticas de Extensão será avaliado pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, visando seu acompanhamento institucional.

#### **4.13. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente**

A PIB, preocupada com produção acadêmica docente, através de ações de estímulo e difusão para a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, viabilizará e incentivará a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional. Além disso, ao longo do desenvolvimento da IES, pretendemos implantar e organizar a publicação de uma revista acadêmico-científica.

Confiamos que a produção acadêmica proporciona o desenvolvimento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento, gerando conhecimento científico e intercâmbio de informações e ampliando as fronteiras científicas e tecnológicas. Para concretizar esses planos, a PIB desenvolverá as seguintes ações:

1. aumentar a produção científica nos cursos com qualidade em pesquisa;

2. fornecer recursos para melhorar a qualidade e produtividade do gerenciamento da pesquisa;
3. investir na implementação de novos equipamentos para pesquisa;
4. promover e impulsionar o intercâmbio entre pesquisadores nacionais e estrangeiros (principalmente os parceiros da Mantenedora);
5. solidificar a presença da PIB nos principais eventos de cada área.

A PIB possui condições específicas para a solicitação de aportes financeiros institucionais focados na participação dos docentes em eventos científicos (locais, regionais, nacionais e internacionais), que constam em regulamento específico.

#### **4.14. Política de Pesquisa/Iniciação Científica**

Ao considerar a dimensão articuladora da pesquisa/iniciação científica, a relevância de sua presença para impulsionar a excelência no ensino e da extensão, e como elemento que contribui com o desenvolvimento das condições de vida e da situação socioeconômica local, regional ou nacional, a PIB incentivará ações e programas de fomento à pesquisa/iniciação científica do seu corpo docente e discente, alinhados com a missão e visão da Instituição e de acordo com as necessidades da comunidade.

A pesquisa/iniciação científica desenvolvida na PIB cumprirá com as seguintes diretrizes:

- I. Promover o desenvolvimento científico da Instituição, estimulando tanto o corpo docente quanto o corpo discente para a pesquisa/iniciação científica;
- II. Incentivar o envolvimento dos pesquisadores nas atividades de orientação de discentes;
- III. Promover o desenvolvimento de projetos que envolvam o estabelecimento de colaborações científicas;
- IV. Estender à comunidade e ao ensino o resultado das pesquisas, promovendo e estimulando a divulgação do conhecimento técnico e científico.

A materialização da Política de Pesquisa/Iniciação Científica ficará ao encargo legislativo do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que regulamentará o Programa de Iniciação Científica da PIB.

A PIB tem por meta perseguir o ideal acadêmico da excelência nos processos educativos e por isso desenvolve a pesquisa como um dos pilares da qualidade e princípio educativo. A pesquisa

desenvolvida na PIB baseia-se em ações sistemáticas que se articulam às atividades de ensino e extensão, objetivando:

- envolver os corpos docente e discente, com caráter institucional e multidisciplinar, tendo como referência a qualidade, com vistas à produção de conhecimento e formação de recursos humanos;
- desenvolver, nos cursos de graduação da IES, práticas de pesquisa realizadas concomitante com a atividade de ensino, que incitam a investigação do conhecimento e conduzem ao aprendizado;
- alinhar e associar a pesquisa institucional às políticas de pesquisa nacional, estadual e municipal;
- promover a ampla e irrestrita divulgação científica das pesquisas em instrumentos adequados de publicação;
- promover eventos de iniciação científica e respectiva divulgação para a comunidade interna e externa.

#### **4.15. Política de Atividades complementares**

As atividades complementares visam flexibilizar as matrizes curriculares, bem como enriquecer os conteúdos programáticos ministrados em sala de aula, em virtude da necessidade de acompanhar a dinamicidade contextual que produz, aceleradamente, novas informações.

Integrantes do currículo dos cursos de graduação da IES, as Atividades Complementares levam em consideração a realidade cultural e socioeconômica local e regional, e incluem a iniciação científica, a extensão, estágios extracurriculares, intercâmbios com outras instituições de ensino, seminários, simpósios, congressos, conferências, trabalho voluntário e outros tipos de evento dentro ou fora do espaço universitário, dentre outras atividades.

As atividades complementares buscam, em todas as suas variáveis, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oferecendo conhecimentos mais abrangentes aos estudantes, ampliando as oportunidades de formação de competências e habilidades profissionais. Apresentam como objetivos:

- valorizar da experiência extraescolar preconizada pela Lei nº 9.394/96;
- oportunizar estratégias diferenciadas da aprendizagem e flexibilização do conhecimento;
- oportunizar a autonomia do discente na escolha de estudos e ou práticas de enriquecimento profissional;

- dinamizar e possibilitar a aquisição de conhecimentos através de estudos, pesquisas e outras atividades além da sala de aula;
- oportunizar o contato com outros contextos sociais onde o discente poderá atuar;
- articular a pesquisa/iniciação científica, a extensão e o ensino;
- facilitar e introduzir o estudante em diferentes realidades social, econômica e cultural;
- estimular o aprendizado dirigido para o espaço profissional em que o discente está inserido.

As horas de atividades complementares previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos poderão ser desenvolvidas em outras instituições de ensino e pesquisa, na própria instituição, quando forem promovidas atividades correspondentes às complementares. Também poderão ser desenvolvidas em organizações públicas e privadas que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos em qualquer semestre do curso.

As Atividades Complementares devem criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, em atividades extracurriculares e de interesse para sua formação pessoal e profissional.

As Atividades Complementares são componentes obrigatórios do currículo do curso de graduação da PIB, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente. Devem ser desenvolvidas ao longo do curso, não podendo ser realizadas integralmente em um ano ou série semestral.

Para o registro acadêmico, o estudante deve apresentar, à Coordenadoria de Atividades Complementares, documento original ou cópia autenticada, no qual seja discriminado o conteúdo dos estudos, a duração, o período e a organização ou professor responsável, quando o evento for realizado por instituição estranha à PIB, que deverá ser avaliado e deferido pela Coordenadoria do Curso. À Coordenadoria do Curso compete avaliar os estudos ou atividades realizadas pelo aluno, enquadrá-los no quadro que se segue e encaminhar, à Secretaria da Faculdade, os comprovantes necessários ao registro acadêmico.

Nenhuma Atividade Complementar poderá ser considerada para fins de complementação de nota/conceito de componentes curriculares.

O discente deverá entregar documentação comprobatória das Atividades Complementares realizadas de acordo com o prazo estipulado pela PIB divulgado no Calendário Acadêmico.

São consideradas Atividades Complementares, conforme definição da Coordenação de curso, a participação nos seguintes eventos:

- Monitoria;
- Participação em projeto de pesquisa científica;
- Trabalho científico publicado em revistas ou periódicos, com afiliação da PIB;
- Publicação de trabalhos originais, artigos, ensaios e resenhas, afins com o curso, em periódicos e jornais, acadêmicos ou não;
- Ministras palestras (afins com o curso);
- Grupos de estudo/pesquisa orientados por docente da PIB;
- Representação estudantil em órgãos colegiados da PIB, CPA e Centro Acadêmico;
- Seminários, fóruns, simpósios, congressos, jornadas, encontros regionais, nacionais e internacionais;
- Cursos livres, palestras e cursos de atualização afins com seu curso;
- Componentes curriculares extracurriculares ou eletivas, cursadas em outras IES, ligadas aos objetivos do curso, previamente aprovadas pelo coordenador de curso;
- Curso de línguas;
- Atuação em projetos sociais e/ou comunitários de caráter voluntário sem fins lucrativos;
- Estágios Extracurriculares (não obrigatórios);
- Participação em atividades livres (campanhas de prevenção, vacinação e em atividades de promoção;
- Participação e/ou atuação em eventos culturais;
- Realização de intercâmbio internacional.

Para o cumprimento das atividades complementares, o estudante deve realizar o envio de documentos comprobatórios da atividade complementar realizada e, para a sistematização desse processo, a Coordenação de Curso realizará o acompanhamento e avaliação dos comprovantes (declarações/certificados) das atividades complementares entregues pelos estudantes para creditação de horas.

#### 4.16. Política de Estágio

O estágio é parte integrante da formação superior, constituindo-se em um espaço privilegiado de articulação teórico-prática, uma vez que propicia o aprendizado de competências específicas da atividade profissional, bem como a contextualização curricular, preparando o estudante para atuar no mundo do trabalho.

A PIB terá como Política de Estágio:

- I. Propiciar a observação de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos;
- II. Trabalhar a formação de competências próprias à atividade profissional e à contextualização do currículo;
- III. Instrumentalizar o processo dialético entre teoria/prática da formação profissional;
- IV. Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficie a visão integrada do social; formando o cidadão, o profissional e a pessoa;
- V. Desenvolver parcerias e convênios com Instituições, identificando e atendendo às demandas sociais, articuladas com as políticas e as prioridades institucionais;
- VI. Acompanhar o desenvolvimento dos estagiários, de acordo com regulamento estabelecido pela PIB;
- VII. Programar a integração instituição de ensino/instituições concedentes de estágio tendo em vista permitir a realização de trabalhos conjuntos e, a consequente troca de conhecimentos e experiências entre os agentes envolvidos;
- VIII. Envolver as Instituições parceiras no processo de avaliação dos estagiários;
- IX. Favorecer o diálogo, o questionamento, a interação entre os pares bem como a criatividade;
- X. Favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante e de sua criticidade.

Na PIB serão ofertadas as seguintes modalidades de estágio:

- Estágio curricular obrigatório;
- Estágio não obrigatório extracurricular.

Os estágios, nas duas modalidades, deverão estar relacionados à área de conhecimento e de atuação profissional do curso superior no qual o estagiário está matriculado. Estes estágios



ocorrerão de acordo com o Regulamento de Estágios da PIB, competindo ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão sua regulamentação.

A PIB tem como base para a Política de Estágio as seguintes diretrizes:

- observação de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos;
- formação de competências próprias à atividade profissional e à contextualização do currículo;
- instrumentalização do processo dialético entre teoria/prática da formação profissional;
- favorecimento de um trabalho interdisciplinar que beneficie a visão integrada do social; formando o cidadão, o profissional e a pessoa;
- desenvolvimento de parcerias e convênios com Instituições, identificando e atendendo às demandas sociais, articuladas com as políticas e as prioridades institucionais;
- desenvolvimento dos estagiários, de acordo com regulamento estabelecido pela IES;
- integração da instituição de ensino e instituições concedentes de estágio tendo em vista permitir a realização de trabalhos conjuntos e, a consequente troca de conhecimentos e experiências entre os agentes envolvidos;
- envolvimento das Instituições parceiras no processo de avaliação dos estagiários;
- favorecimento do diálogo, do questionamento, da interação entre os pares bem como da criatividade;
- desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante e de sua criticidade.

Com base nas diretrizes apresentadas, consubstanciam-se os objetivos do estágio supervisionado:

- integrar os elementos envolvidos no processo formativo, buscando o sentido educacional, norteador da ação educativa;
- realizar a observação, participação e intervenção na realidade profissional;
- oportunizar a análise, compreensão e atuação na resolução de situações-problema características do cotidiano profissional;
- proporcionar os elementos de transformação, junto a comunidades, profissionais, professores(as), instituições, empresas, estudantes;

- elaborar e desenvolver projetos de investigação, problematização, análise e reflexão teórica a partir de situações vivenciadas;
- favorecer a compreensão da realidade profissional, propiciando a aquisição de competências para intervenção adequada e a vivência de projetos teoricamente sustentados;
- planejar e realizar atividades, sob a orientação do supervisor de estágio como exercício dentro da formação profissional e preparo para o mercado de trabalho;
- incentivar a observação e a comunicação, por meio de relatórios elaborados;
- permitir o conhecimento de diretrizes, organização e funcionamento das diversas instituições onde o estágio se realizar;
- estimular a iniciativa do acadêmico a resolver problemas nas áreas de atuação, permitindo segurança e agilidade nas futuras atividades profissionais;
- propiciar condições para a articulação entre teoria e prática, com vistas a analisar a realidade com uma perspectiva inovadora e empreendedora para intervir de modo a valorizar o trabalho e a produção;
- incentivar a reflexão sobre o trabalho coletivo, comunitário, em grupo, enfatizando a diversidade das relações existentes nas diferentes comunidades, empresas, instituições e a riqueza nelas presente.

#### **4.16.1. Práticas e ações para o Estágio**

O Estágio obrigatório compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio.

Cada curso de graduação desenvolve os procedimentos de estágio de acordo com as suas particularidades, envolvendo as discussões realizadas com o Núcleo Docente Estruturante e com o Colegiado de Curso, e tomando por base o Manual de Estágio da PIB, no qual estão explicitadas as competências, atribuições e responsabilidades do(a) docente responsável pela Supervisão Acadêmica e as atribuições e responsabilidades do Aluno/Estagiário,

Assim como o Estágio curricular obrigatório, o estágio profissional caracteriza-se pela inserção do estudante na vida profissional, também buscando a articulação entre teoria e prática. Entretanto, o estágio profissional fora da Instituição pode ser iniciado no 1º semestre letivo, mas consiste em atividade não obrigatória, conforme a Lei 11.788/08 apresenta em seu Artigo 1º, § 2º: “Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

Cabe destacar que a legislação (Lei 11.788/08) apresenta a obrigatoriedade de celebração de termo de compromisso entre a instituição de ensino com a parte concedente (Artigo 7º, inciso I), indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. Para atender a essas exigências, PIB mantém uma equipe apta para acompanhar e zelar pelas atividades do estagiário, por meio do Núcleo de Estágio Supervisionado.

O estágio, como componente curricular ou extracurricular que complementa o processo ensino-aprendizagem, guarda vinculação necessária com o conjunto integrado e indissociável dos três processos que consubstanciam o currículo pleno: cultural, educacional, instrucional.

A avaliação da aprendizagem no Estágio Supervisionado é parte fundamental do processo de formação discente e orienta-se de acordo com os seguintes princípios:

- Validade ou coerência: o processo e os instrumentos aplicados são coerentes com as competências geral e específicas definidas para o Estágio Curricular em avaliação;
- Viabilidade: a avaliação é relevante, realista e tem em consideração as circunstâncias e o contexto;
- Efeito pedagógico: a avaliação tem um benefício educativo, fornecendo indicações úteis para impulsionar a aprendizagem futura.

Os processos avaliativos, a partir da coleta sistemática de dados, auxiliarão na obtenção, para docentes e discentes, de informações sobre a eficácia e os efeitos do processo educativo, catalisarão a aprendizagem dos discentes e auxiliarão nos processos de tomada de decisão relacionados à classificação e progressão dos discentes.

#### **4.17. Políticas de Pós-Graduação**

Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, serão desenvolvidos de acordo com a legislação vigente - Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, e serão cadastrados conforme legislação específica.

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, têm a duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração do trabalho de conclusão de curso/monografia (se for o caso).

A oferta de cursos de pós-graduação lato sensu acontecerá de formas distintas:

- Por demanda do mercado de trabalho na busca de recursos humanos cada vez mais qualificados;
- Por estímulo do curso dentro do programa de Educação Continuada;
- Por parcerias com instituições públicas e privadas.

Partindo dessas premissas e dando consequência ao princípio da educação continuada, a PIB estabelece as seguintes políticas que nortearão a oferta de cursos de especialização (pós-graduação lato sensu):

- Promoção de cursos de especialização que atendam a necessidade de atualização e especialização dos profissionais.
- Promoção de cursos de especialização que induzam o desenvolvimento de novos setores de atuação profissional, estratégicos para o crescimento regional, de modo a propiciar o redirecionamento da atuação do profissional e a consequente melhoria dos níveis de empregabilidade.

A construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-graduação lato sensu deverá obedecer as seguintes orientações:

- I. Os projetos pedagógicos serão produzidos nos colegiados de curso ou por ação de grupos de docentes da instituição;
- II. Os projetos serão avaliados pelo Conselho Superior (CONSUP) devendo ser instruídos entre outros com os seguintes itens:
  - Nome do Curso e Área do Conhecimento
  - Justificativa do Curso e possibilidades de Inserção do Egresso no Mercado
  - Objetivos gerais e específicos
  - Concepção do Programa
  - Coordenação
  - Conteúdo Programático
  - Corpo Docente
  - Metodologia do processo de ensino e de aprendizagem
  - Sistema de avaliação
  - Trabalho de Conclusão de Curso
  - Público-alvo

- Regime de funcionamento
- Número de vagas ofertadas
- Carga horária
- Critérios de seleção
- Infraestrutura física
- Planejamento Orçamentário
- Controle de Frequência
- Certificação
- Indicadores de Desempenho.

De acordo com as perspectivas defendidas pela PIB, a pós-graduação tem os seguintes objetivos:

- investir na qualidade, de modo que o ser, o saber, o fazer e o intervir se integrem na busca da competência profissional;
- estimular a criação e a difusão cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e crítico;
- promover a divulgação de conhecimentos científicos, culturais e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, compartilhando esse saber com a comunidade na qual está inserido, através da atividade de extensão;
- estimular nos seus educandos o conhecimento da realidade que os rodeia, difundindo conquistas e proporcionando benefícios, resultantes da criação cultural e das práticas investigativas geradas pelo da IES;
- buscar a formação integral do indivíduo, capacitando-o intelectual, crítica e eticamente, a fim de exercer atividades profissionais e de especialista em nível superior em diferentes áreas do saber, para participar do processo de desenvolvimento do país e desenvolver a flexibilidade capaz de fazê-lo acompanhar as mudanças do mundo moderno, por meio do aprendizado contínuo;
- promover o incentivo à atividade criadora, à pesquisa, à investigação científica, à produção intelectual, à geração e transferência de tecnologia, à divulgação do saber, ao trabalho cooperativo com setores públicos e privados e à integração com a sociedade;
- promover o intercâmbio e a cooperação executiva, técnica e científica, nacionais e internacionais, com instituições congêneres e com os setores produtivo

e governamental, bem como a articulação com os sistemas formais e informais da educação, elevando o nível de formação do indivíduo, a força ativa do trabalho da sociedade e a qualidade de vida da população;

- desenvolver a cultura, as artes, a ciência, a tecnologia e as relações humanas;
- assistir a comunidade local, regional e nacional, como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços às instituições de direito público ou privado, em matérias vinculadas aos seus fins;
- propiciar condições para aperfeiçoamento e qualificação de seu próprio pessoal.

No que se refere às diretrizes e práticas para a consecução dos objetivos da pós-graduação, a PIB adota normas e regimentos baseados em princípios democráticos, de acordo com os objetivos da Educação Nacional, definidos no Artigo 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com ênfase para:

- o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- a valorização da experiência extraescolar;
- a dinâmica participativa e responsável;
- o respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.

Em relação aos objetivos, cumpre enfatizar que o estímulo à produção científica se dá por meio dos trabalhos de conclusão de curso executados pelos estudantes da pós-graduação, dos quais derivam publicações realizadas na revista da PIB e apresentações dos trabalhos em eventos científicos.

Por compreender que a pesquisa contribui para a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, a IES tem feito esforços para que os estudantes e docentes vocacionados estejam envolvidos nessas atividades.

Para a melhoria contínua dos cursos de pós-graduação, e para assegurar a qualidade dos cursos de pós-graduação a serem implantados, são também diretrizes gerais para este nível de ensino:

- ampliação do número de docentes com mestrado e doutorado;
- valorização dos recursos humanos concebidos como o maior patrimônio da IES;

- aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, incluindo a ampliação do uso da tecnologia;
- ampliação do Programa de Iniciação Científica;
- ampliação do Programa de Extensão, realizando atividades crescentes de comprometimento social;
- aprimoramento contínuo do processo de avaliação institucional;
- ampliação da oferta de estágio na Instituição, expandindo e diversificando convênios e parcerias com instituições públicas e privadas;
- ampliação do acervo da biblioteca, do número de exemplares por título e das redes de informação;
- ampliação e modernização dos laboratórios e seus equipamentos e adequação do quadro de funcionários à expansão da IES;
- promoção da autonomia e da auto regulação no processo de aprendizagem.

Para implementar as ações que permitam a efetivação das políticas de pós-graduação, a PIB entende que a pós-graduação é um importante braço da graduação, sendo um relevante instrumento de sustentação da IES.

#### **4.18. Política de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Cada vez mais, o aluno tem sido visto como o construtor/sujeito de seu próprio conhecimento, o que não faz isoladamente, mas em interação com o meio em que se insere, em suas várias dimensões: ambiente físico, cultural, social, objetos, conceitos, teorias e outros sujeitos, compondo uma inter-relação e de interdependência essencial, na qual emerge a metáfora do conhecimento construído em redes.

Os suportes tecnológicos constituem os meios para ultrapassar os limites das disciplinas e da condição de sujeito do estudante, à medida que ele passe a fazer parte de comunidades de aprendizagens, tornando-se agente ativo na construção de seu conhecimento, elaborando significados, dando seu próprio sentido e representação da realidade, de acordo com suas experiências e vivências em diferentes contextos.

Nesse contexto, as novas tecnologias ganham profundo destaque e permitem criar novos ambientes de aprendizagem, novas relações entre professor/aluno e aluno/aluno, reciprocamente, estabelecendo um paradigma da aprendizagem no qual a educação é vista de forma dialógica e reflexiva. Para tanto, é fundamental que esses recursos não sejam entendidos como uma mera incorporação do aparato tecnológico, mas como uma prática social que, para seu desenvolvimento,

depende essencialmente do humano, das interações, da capacidade de comunicação, da inclusão do outro e da formação mútua.

O ambiente virtual não trata somente da aplicação de procedimentos técnicos e instrumentais ou do planejamento de estratégias metodológicas para a oferta da disciplina, possibilitando ao professor e aluno interagirem para além do espaço/tempo sala de aula, o que faz surgir muitas ideias novas sobre como fazer, porque fazer e as suas consequências.

Com tal perspectiva, a PIB recorre à tecnologia da informação e comunicação como instrumento fundamental para o processo de desenvolvimento e formação dos estudantes.

A utilização da tecnologia ocorre em diferentes instâncias:

- a) **na gestão de informações:** por meio da disponibilização de materiais e cursos aos estudantes, acesso e controle de frequência e de notas (boletim do desempenho acadêmico), aos diários de classe e plano de ensino, cronogramas, informativos, dentre outros elementos;
- b) **no processo de ensino-aprendizagem:** por meio da oferta de disciplinas utilizando-se ferramentas síncronas e assíncronas, fóruns de discussão e reflexão, chats para interação aluno/professor;
- c) **no processo de avaliação da aprendizagem:** por meio de diversas atividades avaliativas que representem elementos voltados à avaliação somativa e formativa.

A tecnologia de informação e comunicação está presente tanto na modalidade presencial quanto na modalidade EaD, permitindo que os estudantes tenham acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, no qual encontram material didático disponibilizado pelo(a) docente, além de diversos tipos de mídia, tais como arquivos de texto, imagens, links e arquivos de qualquer tipo, possibilitando uma complementação dos conteúdos tratados na sala de aula presencial ou virtual.

Os professores(as) das disciplinas presenciais também podem recorrer aos recursos tecnológicos da EAD, para disponibilizar videoaulas e outros materiais desejados, com objetivo de aprofundar algumas questões ou realizar nivelamentos orientados por demandas específicas, além de outras ferramentas que auxiliam na formação, combinando recursos com as diretrizes de cada curso.

A PIB considera que as ferramentas tecnológicas trazem a possibilidade de desenvolver as competências de autonomia de estudo, tecnologia e raciocínio lógico e, por isso, julga essencial envolver o corpo docente para o conhecimento e utilização das novas tecnologias, promovendo a plena interação com a informática. Para tanto, a PIB promove capacitações ao corpo docente, no sentido de incentivar e estimular o educador a fazer uso das novas tecnologias de forma sistemática, competente e comprometida.



#### 4.19. Política de Educação Inclusiva

A PIB reconhece as necessidades diversas dos(as) estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, acesso à infraestrutura, às ferramentas, ao atendimento e o uso de recursos diversificado, entendendo que todo indivíduo é único em seu potencial de aprender.

A PIB, considera de fundamental importância a busca de novas formas de resposta aos proclames de uma educação inclusiva, que garanta não só o acesso, mas, sobretudo, a permanência e a progressão dos estudantes. Dessa forma, a instituição promove a prática da cultura de convivência, inclusão e acessibilidade a todos os indivíduos, independentemente de suas características físicas, sensoriais e intelectuais, bem como culturais, movendo barreiras de preconceitos e atitudes, tornando-se uma instituição de referência nos aspectos de acessibilidade e respeito à diversidade humana, entendendo a acessibilidade numa forma ampla que compreende os diversos aspectos relacionados e desenvolvidos a partir dos seguintes norteadores:

- **Acessibilidade Atitudinal:** implementada através de ações e projetos prioritários relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.
- **Acessibilidade Arquitetônica:** representada pela eliminação de barreiras ambientais físicas e pela inclusão de elementos de apoio à inclusão, tais como rampas, banheiros adaptados e sinalização tátil.
- **Acessibilidade Metodológica:** configurada tanto com base em metodologias e técnicas de aprendizagem inclusivas como também na concepção dos professores acerca do conhecimento, da avaliação e da inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais de aprendizagem.
- **Acessibilidade Programática:** evidenciada na sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes.
- **Acessibilidade Instrumental:** concretizada pela utilização de ferramentas de estudo que buscam superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena, pensada também com o apoio de tecnologias assistivas.
- **Acessibilidade de Locomoção:** constituída na eliminação de barreiras de locomoção, promovendo mobilidade e segurança.

- **Acessibilidade nas Comunicações:** planejada com o objetivo de dirimir barreiras e fomentar o diálogo, com aplicação de meios alternativos e acessíveis, usando recursos multimídia e contando com apoio de tecnologias assistivas.
- **Acessibilidade Digital:** pensada através da disponibilização de diferentes recursos e apoio técnico para acesso à informação e ao conhecimento, auxiliando na permanência e progressão dos estudantes, contando com tecnologias de apoio e tecnologias assistivas, fomentadas através do desenvolvimento de materiais, do suporte realizado através dos núcleos responsáveis e da formação docente.

A PIB observará os dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional, discriminados no quadro a seguir, que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

**Quadro 07 - Dispositivos legais e normativos**

DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS	TEOR
Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208	Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).
LDB 9.394/96, cap. IV	Institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos estudantes do ensino básico e superior.
Aviso Circular nº 277/96	Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.
Decreto nº 3.956/01	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Lei nº 10.436/02	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
Portaria nº 2.678/02	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
Portaria nº 3.284/03	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
ABNT NBR 9.050/04	Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto nº 5.296/04	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário à acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005	Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
	Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)	participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
Plano de Desenvolvimento da Educação/2007	O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Decreto nº 6.949/09	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
Decreto nº 7.234/10	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.
Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010	Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação

	de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.
Decreto nº 7.611/11	Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012	Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.
WCAG (Web Content Accessibility Guidelines)	Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web desenvolvidas para oferecer recomendações práticas de acessibilidade digital. O cumprimento delas fará com que o conteúdo se torne acessível a um maior número de pessoas com incapacidades, limitações e dificuldades de aprendizagem, além de tornar o conteúdo web mais amigável para todos os utilizadores em geral.

No encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva, é possível perceber, na Instituição, o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação por meio da prática e da promoção de eventos que buscam a reflexão acerca dessa temática. Pensando, pois, na educação inclusiva, e considerando seus pressupostos legais e conceituais, a PIB:

- Procurará identificar as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- Organizará estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
- Reconhecerá a necessidade de adequação cultural e investirá no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica.

A PIB, considerando a necessidade de assegurar às pessoas com deficiência condições de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações, atenderá aos requisitos necessários para a promoção de um espaço inclusivo no ensino, relacionados à:

**Deficiência física:** eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo da faculdade; reserva de vagas no estacionamento da faculdade, utilizando a sinalização universal; construção de rampas e escadas com corrimãos e sinalizadas com piso tátil e elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; Disposição na sala de aula de mesa adaptada à altura e condições físicas do estudante usuário de cadeira de rodas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade NBR-9050 da ABNT.

**Deficiência visual (cegueira):** disponibilização de funcionário administrativo para receber o estudante cego e lhe favorecer o conhecimento do espaço físico do campus até que o estudante construa o mapa mental dos espaços do campus; instalação de tecnologias assistivas em computadores para utilização de recursos da biblioteca e dos demais espaços da instituição; admissão de entrada e permanência de cão-guia em sala de aula; colocação de piso tátil de identificação dos locais por meio de placa em braile.

**Surdez:** contratação de intérprete de LIBRAS, quando o estudante solicitar; capacitação da LIBRAS aos funcionários administrativos e professores da PIB.

A acessibilidade dos cursos será estruturada também a partir das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web, com o intuito de orientar e recomendar práticas de acessibilidade digital para planejamento e construção de materiais, conteúdos e objetos de aprendizagem. Para isso, serão utilizados ambientes que ofereçam recursos acessíveis e que suportem também tecnologias assistivas e ferramentas de apoio para ampliação das funcionalidades oferecidas por todos os recursos utilizados pelos estudantes, tais como ampliadores de tela, leitores de tela e softwares sintetizadores de fala. Essas diretrizes serão estendidas a todos os espaços institucionais, incluindo os ambientes virtuais de aprendizagem.

Os procedimentos recomendados farão parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma educação inclusiva. Uma de nossas atribuições junto aos estudantes com deficiência ou com dificuldades específicas de aprendizagem será criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a sua plena inclusão educacional.

#### 4.19.1. Ações e Práticas de Acolhimento e Inclusão

Para promover a permanência do(a) aluno(a) e sua posterior conclusão acadêmica, estão previstas ações como o treinamento da equipe técnica, a formação continuada docente, a existência de uma equipe interdisciplinar que contribua com o atendimento especializado. Não obstante, os discentes são incentivados a realizarem pesquisas e projetos de extensão relacionados à acessibilidade, bem como se pretende realizar atividades culturais e artísticas, para com isso sensibilizar a comunidade interna e externa na perspectiva inclusiva.

Para atender aos estudantes com necessidades especiais foi criado o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), com o objetivo de proporcionar acolhimento, apoio e acompanhamento a estudantes com necessidades educacionais especiais, de modo a refletir, propor e intervir em situações de conflito e dificuldades de aprendizagem que envolvem estudantes, docentes e demais profissionais da IES.

O NAP é composto por profissionais da área da Educação Escolar, responsáveis por: a) identificar as dificuldades e as necessidades especiais concernentes ao processo de ensino e aprendizagem apresentados pelo estudante; b) propor recursos e estratégias que reduzam ou eliminem as dificuldades e demandas especiais identificadas junto ao estudante, docentes e demais profissionais da instituição envolvidos nesse contexto.

As ações do NAP, associadas a um trabalho de reflexão e mediação junto aos NDEs (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos e demais agentes sociais da IES, priorizarão o bem-estar físico e emocional dos estudantes acompanhados, bem como a melhoria das condições indispensáveis à sua aprendizagem e formação profissional qualificada, desde o ingresso até a conclusão de sua trajetória acadêmica.

O trabalho realizado pelo NAP tem ciência de que a IES não é uma instituição com fim terapêutico, e que, no entanto, esta deverá zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus estudantes no ingresso, na permanência e na conclusão do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas.

É função do NAP realizar, partindo de uma análise e discussão prévias, o planejamento e o acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário, apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, que se tornam necessidades educacionais especiais e neurodiversidades, demandando apoio institucional especial no processo de ensino e aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas condições de equiparação e equidade que levem à expressão plena de seu potencial.

A análise do planejamento e o acompanhamento do(a) estudante partirão dos dados referidos no ingresso na instituição, isto é, desde o processo seletivo, por meio do preenchimento da informação a respeito da deficiência, que consta no formulário de inscrição no processo seletivo, direcionando-o para quais necessidades educacionais especiais ele deverá ser acompanhado. Desse modo, feita a caracterização do(a) aluno(a) a ser atendido de forma diferenciada no curso, são

esclarecidas as necessidades educacionais especiais e como será o apoio institucional adequado. O responsável pelo recebimento e efetuação da matrícula, assim como o coordenador de curso, devem encaminhar o estudante, ou ainda, o próprio estudante, independentemente, pode requerer o seu acompanhamento em qualquer ocasião: na inscrição no processo seletivo, na matrícula inicial ou no decorrer do curso. Após esse procedimento, o encaminhamento será analisado e o NAP atuará, com o envolvimento dos demais agentes, a fim de que se dê início ao atendimento necessário para a efetivação do processo de inclusão na Instituição.

Para efetivar o atendimento ao(à) estudante, o NAP atua por meio de ações diretas e não diretas:

- **Ações Diretas:** remoção de barreiras atitudinais, comunicacionais, físicas e arquitetônicas, licenças especiais, programas especiais de avaliação, entre outras. O NAP realiza o acompanhamento revendo suas ações e planejamento durante todo o tempo em que o aluno, em decorrência de suas necessidades educacionais especiais, sofrer prejuízo no seu processo de permanência e avanço dentro da instituição.
- **Ações Não Diretas:** discussão e esclarecimentos aos os Coordenadores de Curso, professores(as), e demais agentes institucionais sobre a importância da inclusão e a relevância social da IES no enfrentamento da temática; mediação constante visando a efetivação dos apoios institucionais especiais necessários para a acessibilidade à experiência acadêmica bem como aos espaços da instituição; análise de aquisições ou adaptações de recursos educacionais necessários ao processo de ensino e aprendizagem; contato com os profissionais que acompanham o estudante; intercâmbio com outras instituições visando a troca de experiências sobre procedimentos, processos e resultados da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na educação superior; entrevistas periódicas com o estudante e com as pessoas envolvidas no processo; se necessário, eventualmente, visitas aos diferentes espaços ocupados pelo estudante durante a sua trajetória acadêmica; proposição de discussões para adequações, quando for necessário, nos documentos internos da instituição, como regimento e resoluções; assessoramento na adequação e funcionalidade dos projetos de reformas nas dependências da IES, necessárias à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas; realização de cursos e palestras para coordenadores, docentes e demais colaboradores sobre temáticas que envolvem a diversidade, a acessibilidade e a sociedade inclusiva.

O conjunto de ações proposto pelo NAP certamente não é suficiente para atender a todas as necessidades educacionais especiais produzidas pelas dificuldades ou limitações que acompanham as diferentes condições dos estudantes. Considera-se sempre a especificidade de cada necessidade individual, pois cada situação apresenta características exclusivas, exigindo cautela para que as ações delineadas, em hipótese alguma, constituam privilégios e concessões, comprometendo



o real aprendizado do estudante e o seu direito ao diploma. Assim, preza-se para jamais negligenciar a proposta de formar um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade.

O NAP orienta a contratação de intérprete sempre que necessário, enfatizando que o profissional tenha habilitação para interpretação certificada pelo MEC e/ou pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos). Após a contratação do intérprete de LIBRAS, o NAP também orienta os docentes para atenderem ao(à) estudante da melhor forma, no sentido de:

- posicionar adequadamente o aluno permitindo a visualização gestual e facial do profissional;
- verificar que tipo de linguagem o aluno surdo utiliza, para a obtenção de resultados satisfatórios: oral, escrita, libras, gestos padronizados, leitura labial, entre outros;
- reforçar com o aluno a importância do uso do aparelho auditivo durante as aulas, caso ele o utilize;
- falar adequadamente com o aluno, de frente para ele, articulando os fonemas, em tom moderado. Evitar explicações de costas, de frente para a lousa ou enquanto caminha pela sala;
- solicitar que o aluno repita a mensagem sempre que não entender. Ele poderá fazer uso de gestos, gravuras, desenho, escrita ou representação com objeto concreto;
- anotar, antecipadamente, as principais informações na lousa, como as que se reportam ao cronograma das atividades;
- utilizar recursos gráficos durante as supervisões e orientações, como gravuras, cartazes ou fotos;
- procurar incluí-los(as) nas supervisões em grupo, objetivando a sua inclusão junto aos demais estudantes; e os demais estudantes devem ser estimulados a iniciar e manter a comunicação com o aluno surdo, mediante as estratégias acima apresentadas;
- cuidar para, ao chamar a atenção do(a) aluno(a) ou fazer com que ele(a) atente para algum aspecto importante da orientação, tocar-lhe levemente o seu ombro. Utilizar sons drásticos não é o adequado, principalmente para os que utilizam prótese auditiva, pois ela amplifica o som;
- demonstrar interesse por sua dificuldade, mas não o dispensar das suas obrigações;
- atentar para as especificidades do aluno surdo durante a supervisão e o acompanhamento das atividades, observando que este demonstra dificuldade na articulação das frases, principalmente no emprego de conectivos (artigos, conjunções, preposições e pronomes).

Também para estudantes com deficiência visual, há orientações específicas desde o momento do processo seletivo até a conclusão do curso. Para o processo seletivo é indicado que:

- o(a) candidato(a) realize a prova acompanhado(a) por um profissional, podendo ser um(a) tutor(a);
- este profissional deverá ditar a prova;
- a redação poderá ser gravada em áudio. Para tanto, o profissional que o acompanhará deverá ditar o tema da redação e considerar o tempo para a articulação das ideias do(a) candidato(a). Quando ele(a) estiver pronto, deve-se iniciar a gravação da redação. Posteriormente, o mesmo profissional poderá transcrever o material. É importante que o candidato seja informado de todos esses procedimentos.

Durante o andamento do curso orienta-se:

- sentar o(a) aluno(a) a uma distância média de um metro da lousa;
- evitar a incidência de claridade diretamente nos olhos do aluno;
- colocar a carteira em local onde não haja reflexo de iluminação na lousa;
- posicionar a carteira de maneira que o aluno não escreva na própria sombra;
- ter clareza de que o aluno enxerga as palavras e ilustrações mostradas;
- sentar o(a) aluno(a) em lugar sombrio se ele tiver fotofobia;
- evitar iluminação excessiva em sala de aula;
- demonstrar interesse por sua dificuldade, mas não dispensar das suas obrigações;
- considerar a especificidade do caso, de modo a se conceder maior tempo para o término das atividades propostas, principalmente quando houver indicação de telescópio.
- disponibilizar, para estudantes cegos ou com baixa visão, quando necessário: os documentos do curso em Braille ou em fontes ampliadas; as atividades do curso gravadas em áudio (como estágio curricular obrigatório, por exemplo); para a entrega de relatórios, será permitida a utilização de papel fosco para não refletir a claridade.
- considerar recursos ópticos (lentes ou dispositivos formados por um conjunto de lentes, para potencializar a imagem da retina) e não ópticos (ampliação de fontes, sinais, símbolos, textos e jogos, dentre outros); uso de acetato amarelo (para diminuir a incidência de claridade no papel); uso de carteira adaptada em plano inclinado (melhor visualização e acomodação da coluna vertebral); acessórios (lápiz

4B ou 6B, canetas de ponta porosa, suporte para livros, cadernos com pautas pretas espaçadas, tiposcópios (guia de leitura) e gravadores.

- outros recursos não ópticos como softwares com magnificadores de tela e programas com síntese de voz e os circuitos fechados de televisão, também poderão ser indicados.

O estudante também pode utilizar software específico para operar com os utilitários e as ferramentas do ambiente Windows; e outra possibilidade para a entrega das atividades do curso pelo(a) aluno(a) com deficiência visual é a utilização do Sistema Braille.

Se houver necessidade de conversão da escrita, será preservada a fidedignidade da representação do material original no que concerne às dimensões e tamanho. A estimulação visual deve prezar pela utilização de cores fortes ou contrastantes, além do auto relevo (preferencialmente em diferentes texturas) que melhor se adequar às limitações do aluno. Em geral, a IES poderá optar pelo mesmo procedimento realizado durante o processo seletivo, isto é, que o estudante faça a prova com um tutor que irá transcrever suas respostas ou até mesmo gravá-las.

Deve-se mencionar, ainda, que a acessibilidade física está garantida nas dependências da IES. Para o acesso ao prédio e aos deslocamentos internos há rampas e elevadores, atendendo à determinação da legislação, e todos os banheiros possuem espaços adaptados para pessoas com necessidades especiais.

#### **4.20. Política de Atendimento e Apoio ao Discente**

A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, acompanhamento de estágios não obrigatórios e apoio psicopedagógico. Para tanto, pressupõe uma instância que permita o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e planeja outras ações inovadoras que ampliem tal atendimento.

A IES disponibiliza os programas e políticas de atendimento ao seu corpo discente detalhados nos tópicos que seguem.

##### **4.20.1. Condições de Acesso**

O ingresso do estudante na PIB pode ocorrer pelas seguintes formas:

- **Processo Seletivo:** forma de ingresso por meio de prova de seleção, facultado ao estudante que tenha concluído o ensino médio, sendo a classificação feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem

ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Edital do Vestibular;

- **Portador de Diploma de Curso Superior:** forma de ingresso facultada ao graduado em outro curso superior de duração plena, independente de concurso vestibular, condicionada à existência da vaga no curso pleiteado;
- **Transferência:** forma de ingresso facultada a estudantes regulares de graduação em Cursos de Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC, condicionada a existência de vaga e mediante processo seletivo.

Os Processos Seletivos consistem em aplicação de provas sobre os conteúdos do Ensino Médio, Resultados de ENEM e processo simplificado nos casos de transferência, e obtenção de novo título. Programa de Apoio Financeiro

A PIB mantém uma política de apoio financeiro aos estudantes que, por meio de diversas ações, oportunizará aos seus estudantes a continuidade dos estudos. O plano de incentivos financeiros abrangerá uma política de concessão de bolsas de estudos, considerando a necessidade social e o mérito acadêmico.

#### 4.20.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP

O NAP é um órgão de apoio acadêmico, formado por uma equipe multidisciplinar, previsto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente, recomendado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e vincula-se à Diretoria Acadêmica no desenvolvimento do Programa Institucional de Apoio, Formação e Qualificação Pedagógica Discente.

A PIB promoverá a atenção integral ao estudante, visando garantir sua permanência na IES oportunizando a interface entre o conhecimento teórico e a experiência prática, assim como a inserção em atividades de extensão. Nesse sentido, a PIB desenvolverá programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, atividades de nivelamento e extracurriculares (não computadas como atividades complementares) e de participação em ligas acadêmicas e em intercâmbios.

O NAP contará com pessoal qualificado para o atendimento das necessidades educacionais, quer em relação ao processo ensino e aprendizagem, comportamental, interação social ou em questões relativas às necessidades especiais. Estrutura-se a partir das seguintes áreas de atuação:

- Orientação pedagógico-institucional;

- Orientação didático-pedagógica;
- Orientação acadêmico-profissional.

Proporcionará ainda atendimento individual ao estudante, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicitará providências e proporá soluções. O NAP manterá arquivo contendo os históricos dos atendimentos, bem como o encaminhamento dado para cada questão que lhe será apresentada.

Os estudantes poderão ser indicados pelos professores à coordenação do curso, a partir de dificuldades apresentadas no desempenho acadêmico, ou podem buscar o atendimento espontaneamente.

A PIB possui regulamento específico sobre o Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

O NAP tem, dentre outras, a principal finalidade de acompanhar os acadêmicos, bem como os docentes da instituição, assistindo-os em suas dúvidas e ansiedades, trabalhando em parceria com:

- o corpo docente e com a coordenação de curso na orientação educacional e profissional dos discentes, favorecendo a capacidade de tomar decisões e promover sua maturidade profissional;
- com as Coordenações de Curso na proposição de possibilidades junto ao estágio curricular obrigatório e não obrigatório tais como parcerias e convênios com instituições públicas e privadas;
- com a Secretaria Acadêmica no fornecimento de informações tais como período de matrícula e de vestibular bem como o direcionamento de ligações aos respectivos departamentos e coordenadores dos mais diversos cursos componentes da IES;
- com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) buscando processos de conscientização junto ao corpo discente quanto à avaliação dos recursos disponibilizados na IES;
- com a Biblioteca avaliando junto ao corpo discente a necessidade de atualização do acervo da biblioteca bem como de novas instalações para adequar o espaço de estudo e salas de discussões, bem como nos serviços de busca de referências;

O objetivo geral do NAP é orientar e auxiliar o corpo discente da PIB para resolução de problemas acadêmicos e de relacionamento interpessoal que possam interferir no desenvolvimento pessoal, profissional e no processo de ensino aprendizagem.

São objetivos específicos do NAP:

- desenvolver propostas de apoio psicopedagógico aos estudantes com dificuldades acadêmicas e interpessoais que interfiram na aprendizagem;
- elaborar projetos que ofereça o acolhimento aos novos acadêmicos viabilizando a melhor integração deles ao meio universitário;
- incluir os acadêmicos com necessidades educacionais especiais advindas de deficiências diversas, tais como físicas, visuais e auditivas, através de ações específicas;
- desenvolver e implementar programas de capacitação aos docentes, coordenadores, e funcionários técnico-administrativos sobre a temática da Inclusão Escolar e da Acessibilidade.

São atribuições do NAP, através de sua coordenação e da equipe que o compõe:

- realizar a divulgação das ações planejadas pelo NAP aos discentes, docentes e coordenadores;
- relacionar os estudantes, em termos de perfil socioeconômico, escolar (incluindo as necessidades educacionais especiais) e de vida social;
- orientar os coordenadores de curso e docentes sobre encaminhamentos, atendimentos e orientações aos estudantes que careçam de atendimento pelo núcleo;
- desenvolver propostas de orientação psicopedagógica a fim de minimizar dificuldades acadêmicas e interpessoais que interfiram no desempenho acadêmico;
- oferecer atividades de café cultural e dinâmicas de grupo para discussão de temas de interesse dos estudantes como forma de aproximar os estudantes da experiência universitária;
- elaborar o Plano de Ação Anual do NAP, com base no diagnóstico resultante das análises referidas anteriormente, e submetê-lo à aprovação da Diretoria Acadêmica;
- manter articulação com as coordenações de curso para auxiliá-los no que se refere ao colegiado de curso;
- elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo NAP.

As principais atividades do NAP são:

- **Serviço de Acompanhamento ao Estudante:** busca auxiliar o(a) aluno(a) em suas necessidades acadêmicas, orientando-o na elaboração de trabalhos, na pesquisa bibliográfica, no processo de aprendizagem, no relacionamento com a instituição, professores(as) e colegas e no desenvolvimento profissional;
- **Serviço de Orientação em Projetos:** trabalha com estudantes ou grupo de estudantes visando o desenvolvimento de projetos de vida e de carreira profissional, auxiliando a superar barreiras e a enfrentar desafios escolares, orientar a elaboração de projetos pessoais relacionados com a construção da cidadania, realizar orientações diversas, buscando incentivar sua motivação e superar dificuldades escolares;
- **Serviço de Esclarecimento de Dúvidas (Central de Atendimento):** tem como objetivo o esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações aos estudantes sobre assuntos pertinentes a sua inserção na PIB, disponibilizando atendimento técnico educacional.

#### 4.20.3. Estímulos à Permanência

Sabendo do alto índice de evasão que acomete o Ensino Superior nas diversas IES do país, e em consonância com os princípios e diretrizes alinhados a este PDI, a PIB promove ações de acompanhamento discente para garantir-lhes o estímulo à permanência, contando com diversas ações como: programa de nivelamento, programa de monitoria, editais de iniciação científica e editais de extensão.

Estas ações serão realizadas pela parceria entre Diretoria Acadêmica, Coordenação de Curso e o NAP, que terá como função primordial atender aos professores, estudantes e gestores para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tanto preventivamente quanto na existência de problemas que mereçam decisões diferenciadas de atendimento, tais como, dificuldades de aprendizagem, dificuldade de relacionamentos, dificuldades metodológicas do docente, dificuldade de gerenciamento de situações atípicas. O NAP trabalhará, portanto, com a qualificação docente, funcional e gerencial, com a preparação da PIB para o acolhimento de toda sua comunidade de forma ética, responsável e comprometida.

Os professores, através de encontros de qualificação, também serão orientados para identificar os estudantes que apresentem dificuldades, sejam estas de aprendizagem ou de caráter pessoal, encaminhando-os para os serviços institucionais.

Destaca-se como ações importantes que darão conta da manutenção da permanência dos estudantes na IES as que seguem:

- Recepção dos acadêmicos calouros/iniciantes por meio do processo de acolhimento e integração;
- Oportunidade de participação de todos nos espaços acadêmicos da IES, inclusive daqueles que necessitam de atendimento especial;
- Possibilidade de participação em atividades e programas de pesquisa/iniciação científica, extensão e monitoria;
- Orientação profissional;
- Apoio psicopedagógico.

No ingresso e ao longo do curso, os estudantes receberão orientações do Coordenador de Curso sobre atividades e oportunidades institucionais, além do acesso ao Manual do estudante, no qual constarão as informações sobre a PIB e o curso ao qual se vincule.

#### **4.20.4. Programa de Nivelamento**

A PIB desenvolve programa de nivelamento com ações que visam a permanência de seus estudantes, bem como a efetiva inclusão do estudante na vida acadêmica e a superação de dificuldades no processo de aprendizagem.

O Programa de Nivelamento da PIB destina-se especialmente aos alunos matriculados nos dois primeiros períodos do curso de Graduação e justifica-se em função das dificuldades encontradas por muitos alunos recém egressos do ensino médio, ou que encerraram o ensino médio há mais tempo, e que quando iniciam um curso superior percebem a existência de muitas lacunas em sua formação.

Muitos docentes também constatarem em vários alunos a carência de organização do pensamento, de sistematização das ideias e, sobretudo, a falta de coesão e coerência na produção de textos, dificuldade no domínio da norma culta da língua e também falta de noções de metodologia científica, tão necessária para a vida acadêmica.

Assim, o nivelamento se expressa na PIB como um processo de aprendizagem que oportuniza aos acadêmicos uma revisão de conteúdos, por meio de estudos e de atividades que ajudam na apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos, bem como de acompanhamento naqueles conteúdos para os quais enfrentam maior dificuldade de aprendizagem.

O nivelamento obedece o seguinte procedimento:

- inicialmente, é realizada uma avaliação diagnóstica que permita conhecer a realidade dos estudantes, visando constatar quais são suas dificuldades e demandas;



- além da avaliação diagnóstica inicial, também os professores realizam uma análise minuciosa das demandas de seus alunos, nas disciplinas em que são responsáveis;
- isto feito, são oferecidas cursos de nivelamento em dois âmbitos: por meio de cursos e aulas **online** e por meio de cursos e aulas **presenciais**, de acordo com as necessidades específicas e as demandas dos grupos de alunos.

Visando a reorientação do processo ensino-aprendizagem dos alunos ingressantes, que apresentem defasagem em conteúdos básicos e/ou necessidades especiais de aprendizagem imprescindíveis para o bom desenvolvimento das competências necessárias da formação profissional, por orientação do atendimento psicopedagógico ou da coordenação de curso, o programa de nivelamento atua conforme a necessidade de cada curso, em consonância com propostas e orientações dos respectivos NDEs.

Em consonância com as orientações do MEC, o nivelamento age possibilitando que os(as) acadêmicos(as) deem continuidade aos estudos, além de desenvolver políticas inclusivas, traduzidas, neste caso, no desenvolvimento de ferramentas que contribuem para a formação do aluno ingressante e possibilitam a apropriação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento do curso.

As atividades de nivelamento implicam em participação voluntária e gratuita, mediante a inscrição prévia, e com carga horária computada como atividades complementares.

#### **4.20.5. Programa de Monitoria**

No intuito de promover melhoria da qualidade de ensino e o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à formação discente, a PIB manterá, de forma institucionalizada e sistemática, um Programa de Monitoria.

O Programa de Monitoria é atividade formativa que traz benefícios tanto aos acadêmicos quanto aos docentes, estabelecendo situações facilitadoras e enriquecedoras para a relação pedagógica, permitindo a incorporação do(a) acadêmico(a) em atividades auxiliares às tarefas docentes, oportunizando a consolidação de sua formação acadêmica, a melhoria da qualidade da aprendizagem e a qualificação do discente, por meio de um programa de auxílio extraclasse voltado à aprendizagem de outros acadêmicos.

São objetivos precípuos da monitoria acadêmica da IES:

- propiciar ao aluno oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, atuando nas funções de ensino, pesquisa e extensão;

- assegurar a cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções relacionadas com ensino-aprendizagem.

Os monitores auxiliarão o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de pesquisa e extensão e de trabalhos práticos e experimentais. As atividades de monitoria são inicialmente propostas pelos docentes e sua necessidade será avaliada pelo NDE e Coordenação.

A divulgação das vagas ocorrerá mediante a publicação semestral de edital específico, que regulamentará o número de vagas e o próprio processo seletivo, com disciplinas previamente definidas pelo NDE de cada curso de graduação.

Os monitores aprovados participarão, junto com o professor responsável pela disciplina, da proposição das atividades, através de um plano de monitoria. O fortalecimento da formação acadêmico-profissional-docente do estudante englobará atividades que propiciem seu desenvolvimento no eixo ensino-extensão. Destaca-se que no quesito relacionamento interpessoal o monitor pode atuar como facilitador:

- Da interação discentes-docente;
- De atividades e horas de auxílio no planejamento de atividades didáticas;
- Acompanhamento na elaboração de conteúdos relacionados a aulas teóricas da disciplina;
- Participação nas atividades didáticas como facilitador da interação discentes-docente.

#### **4.20.6. Organização e Convivência Estudantil**

A PIB facilitará ações orientadas para promover o apoio necessário às iniciativas de caráter estudantil, voltadas prioritariamente para eventos promovidos pelos estudantes. Este projeto viabilizará a participação de estudantes em encontros de caráter local e regional. Também registrará e certificará os eventos culturais promovidos por instâncias da organização estudantil realizados em parceria com a IES.

O corpo discente será estimulado a criar órgãos de representação, organizados pelos próprios estudantes, regidos por regimento próprio por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente. A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidária, em entidades alheias a PIB.

A PIB dará apoio aos estudantes no processo de organização dos diretórios acadêmicos além de associações culturais e Atléticas, com atividades artísticas e desportivas. A convivência estudantil será estimulada, mediante a oferta de atividades artísticas, culturais e desportivas, na sede da IES ou em instalações cedidas, mediante convênio.

É garantido regimentalmente o direito de se fazer representar no Colegiado de curso e no Conselho Superior.

Para a Convivência Estudantil, a PIB dispõe de espaço para exposições, apresentações, manifestações e vivências culturais, o qual é também reservado ao descanso dos acadêmicos, bem como para refeições rápidas.

A PIB entende que as manifestações culturais fazem parte da formação acadêmica, pois esta não se limita à aquisição de conhecimentos técnico-profissionais. O profissional de nível superior precisa de uma formação cultural ampla e aberta para propiciar uma convivência humana democrática.

#### **4.20.7. Apoio à Participação em Eventos e Intercâmbios**

Na PIB os discentes são estimulados para a participação em atividades culturais e eventos científicos (jornadas, seminários, congressos etc.).

Além dos eventos promovidos pela IES, também são estimuladas as participações em atividades externas na área de formação do acadêmico, como intercâmbios, palestras, workshops, videoconferências, congressos nacionais e internacionais, feiras, seminários, entre outros, com a perspectiva voltada para a importância de uma formação e atuação acadêmica integral e flexível.

Os discentes, regularmente matriculados em cursos de graduação e vinculados ao Programa de Iniciação Científica, poderão solicitar auxílio para participação em congressos, seminários ou similares, promovidos no país ou no exterior, concedidos exclusivamente para a apresentação de trabalhos. Eles poderão receber auxílio para participação em eventos, uma única vez ao ano, desde que os mesmos ocorram fora do município-sede do curso que frequentam. Em caso de coautoria de trabalhos, somente o discente responsável pela apresentação poderá pleitear auxílio.

Para requerer os benefícios do Programa, o solicitante deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Estar devidamente matriculado em curso de graduação da PIB;
- Não possuir nenhuma reprovação em componentes curriculares dos cursos;
- Estar vinculado ao Programa de Iniciação Científica independentemente de ser ou não bolsista;

- Estar vinculado a um projeto de pesquisa e/ou extensão e/ou ensino;
- Não possuir qualquer tipo de pendência junto ao seu curso.

A solicitação de auxílio pelo discente para participação em eventos, com apresentação de trabalhos, é limitada a uma por ano, e deverá ser encaminhada à coordenação do curso, por meio de formulário específico, acompanhada da seguinte documentação:

- Ficha de inscrição do evento, preenchida e assinada;
- Cópia da notificação de aceite do trabalho pela organização do evento;
- Cópia do trabalho a ser apresentado;
- Cópia do folheto ou site de divulgação do programa oficial do evento;
- Formulário próprio preenchido.

#### **4.21. Acompanhamento do egresso**

Dentre os vários indicadores de qualidade de uma Instituição de Ensino Superior destacam-se os resultados de investigações empíricas sobre o acompanhamento da vida profissional e educacional de seus ex-alunos.

O acompanhamento de egressos da PIB será um Programa vinculado às Coordenações de Cursos, as quais serão responsáveis pela execução e supervisão das atividades que envolvam a comunidade egressa dos Cursos da PIB, buscando estabelecer relação entre o ex-estudante e a IES.

O acompanhamento de egressos será realizado como forma de possibilitar a avaliação contínua da instituição. Ao acompanhar o desempenho profissional dos ex-estudantes, a IES avaliará o seu currículo e incorporará ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à instituição. Serão princípios deste acompanhamento:

- Valorização profissional;
- Relacionamento contínuo;
- Educação continuada;
- Compromisso e responsabilidade com a comunidade;
- Autoavaliação e avaliação do profissional formado.

Este Programa expressa o compromisso da Instituição com o seu egresso numa relação de mão dupla mantendo-os informados sobre notícias da sua área de formação, informações

científicas-técnicas, eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), atividades de formação continuada, oportunidades, perguntas a seus ex-professores(as) e do contato com ex-colegas da turma. Além disso, o egresso por sua vez representa o feedback do desempenho acadêmico institucional por sua atuação no mercado.

O Programa tem como principais objetivos:

- criar e manter atualizado um Banco de Dados de ex-alunos;
- promover a manutenção do intercâmbio entre a IES e os egressos dos seus Cursos;
- avaliar o nível de satisfação dos egressos com a formação acadêmica adquirida, bem como, a qualidade do ensino e adequação dos currículos à demanda do mercado;
- levantar e analisar trajetórias e situações profissionais;
- acompanhar os alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação da instituição que já estejam em contato com o mercado de trabalho;
- saber da inserção, ou não, em programas de educação continuada (pós-graduação, atualização, aperfeiçoamento, cursos sequenciais e cursos de curta duração etc.);
- promover a educação continuada;
- condecorar egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho;
- identificar no mercado de trabalho os critérios de seleção e contratação, dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscadas;
- manter atualizado o contato com organizações diversas, no intuito de apoiar e encaminhar, a qualquer tempo, egressos à procura de oportunidades de trabalho;
- manter, atualizar e divulgar anualmente o cadastro de alunos formados, seus dados para contato e local de trabalho;
- fomentar a criação de um evento anual para encontro e confraternização dos egressos;
- criar premiações para futuros profissionais egressos da instituição;
- convidar os egressos para, como palestrantes, participarem em salas de aula e eventos, criando oportunidades para transmitir as suas experiências e conhecimentos aos novos alunos.

O Programa de Acompanhamento do Egresso da PIB conta também com o apoio do NAP e das Coordenações de Cursos, que organizam, acompanham e avaliam todo o processo relacionado à profissionalização do aluno, auxiliando no serviço de orientação e colocação profissional, oferta de cursos extracurriculares, entre outras ações. Para tanto, a IES compromete-se em manter:

- **Banco de egressos** – com a relação dos egressos da PIB, com dados cadastrais atualizados, disponibilizados para consulta de empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal;
- **Sistema de acompanhamento de egressos** - sistema informatizado que disponibilize dados para compor o perfil do egresso e de sua inserção no mercado de trabalho.

Deve-se ressaltar que são desenvolvidas regularmente diversas ações que visam ao acompanhamento dos egressos bem como a manutenção de seu vínculo com atividades acadêmicas, culturais e sociais desenvolvidas pela Instituição. Assim, os egressos são convidados a participar de diversos projetos e programações que a IES venha a realizar internamente e junto à comunidade. A PIB também prevê a participação de egressos nos eventos de Iniciação Científica e nas apresentações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da IES (graduação e pós-graduação), permitindo que atuem como membros externos convidados para composição de bancas ou comitês de avaliação.

A PIB vislumbra a implantação de uma Associação de Ex-Estudantes, proposta como um órgão que congrega os seus egressos com o objetivo primordial de aproximar estudantes que passaram pela IES, incentivando o desenvolvimento profissional por meio do intercâmbio de informações, da efetiva participação, da representatividade institucional e formação de opinião.

#### **4.22. Parcerias com a comunidade, instituições e empresas**

A IES, especialmente por meio do NAP, busca convênios com empresas para ofertar estágios e oportunidades de empregos para os acadêmicos, contribuindo para seu desenvolvimento profissional.

Como contrapartida para as empresas conveniadas, a PIB oferta desconto nas mensalidades para os funcionários que queiram se capacitar e almejar crescimento dentro ou fora das instituições.

#### **4.23. Políticas de Comunicação Interna e Externa**

O Setor de Marketing e Comunicação Social da PIB será o responsável por implementar as estratégias de Comunicação Interna e Externa da Instituição, em colaboração com áreas e setores

envolvidos. A IES desenvolverá processo comunicativo com a sociedade por meio de métodos diretos e indiretos, visando fortalecer a marca PIB e consolidar sua imagem como instituição comunitária de referência em sua área de abrangência.

Em relação à comunicação interna, a instituição estabelecerá diferentes formas de interação que, de maneira democrática, colaborem com a disseminação de ações realizadas na instituição, multiplicadas pelo colegiado e pelo corpo técnico-administrativo. O diálogo com os estudantes será realizado tanto pela interação constante com os Representantes Estudantis das turmas quanto pela disponibilidade de canais institucionais de comunicação.

Para assegurar agilidade na divulgação e atualização de informações, bem como tornar a comunicação mais efetiva e interativa, são priorizados os canais digitais de comunicação com a comunidade acadêmica.

Os benefícios operacionais da Comunicação Interna são:

- Alinhamento da informação disponível na PIB;
- Entendimento dos colaboradores sobre o seu papel no fluxo de informações da Instituição;
- Aumento do nível de conhecimento e comprometimento dos colaboradores em relação aos objetivos da Instituição;
- Melhoria da qualidade dos setores que mantêm serviços de contato com estudantes e candidatos em potencial.

Para estabelecer adequada e eficiente comunicação com o público interno, a PIB disporá de: página na internet, sistema de intranet, e-mail institucional e murais.

Para assegurar agilidade na divulgação e atualização de informações, bem como tornar a comunicação mais efetiva e interativa, serão priorizados os canais digitais de comunicação com a comunidade acadêmica e o público externo. A ferramenta institucional de e-mail e gestão de contatos (Google Workspace) permitirá, ainda, a criação de grupos e a utilização de armazenamento de dados em nuvem, fomentando a interação e a agilidade na comunicação, além do compartilhamento e atualização de documentos de maneira colaborativa. A plataforma Google Workspace possibilitará, também, a interação virtual através do Google Meet e do chat, que agilizam a realização de reuniões e contato entre colaboradores, além da gestão de agenda, promovendo a comunicação para o agendamento de reuniões e momentos de interação síncrona conforme a necessidade.

Na comunicação externa, a PIB utilizará veículos diversificados de mídia, tais como rádio, jornal, site institucional, redes sociais, dentre outras mídias alternativas, além de serviços de Ouvidoria, e ações promocionais na cidade de Itajaí e região, objetivando sedimentar a imagem da PIB junto à sociedade.

Terão destaque especial o Web Site institucional, que permitirá visualização da estrutura organizacional, cursos de Graduação e Pós-graduação ofertados e seus conceitos junto ao MEC, as áreas de Pesquisa, Extensão, Responsabilidade Social/Sustentabilidade, Monitoria, Atividades Complementares, e ainda uma comunicação direta por meio do sistema de Ouvidoria e Fale Conosco. A estas informações serão agregados os resumos dos relatórios de Autoavaliação a serem construídos pela CPA, assim com uma síntese do PDI e do(s) PPC(s), visando a transparência na comunicação com a sociedade.

Cumpre salientar o papel da **Ouvidoria Institucional**, um importante canal de comunicação, que atua na mediação da relação entre a IES e seus diversos públicos, preservando o sigilo e a imparcialidade que a atividade requer. Seu principal objetivo é buscar a melhoria contínua da instituição, baseada na transparência da informação e no fortalecimento das relações para garantir a análise e a resposta às demandas recebidas. Seu papel é ouvir, receber e encaminhar críticas, elogios, informações, reclamações, solicitações, sugestões e questionamentos aos diversos setores da instituição, acompanhando o processo até a solução final. Sugerirá à diretoria medidas que contribuam para a melhoria dos serviços. Informará o autor da solicitação, em tempo hábil, fornecendo-lhes os devidos esclarecimentos, alternativas e soluções.

#### **4.24. Inovações Tecnológicas voltadas para os discentes**

As inovações tecnológicas cumprem importante papel particularmente no que diz respeito ao acesso discente ao sistema de informações da IES:

- Informações do Registro Acadêmico: acesso ao Boletim Escolar (visualização de notas e faltas do semestre em que o acadêmico está cursando)
- Sistema Financeiro: acesso à ficha financeira e emissão de boletos;
- Acesso aos Editais de Monitoria, Iniciação Científica e Extensão;
- Renovação de Matrícula: renovações de matrícula podem ser feitas online, pelo próprio discente, que acessa o Portal do Aluno, imprime o boleto bancário da rematrícula, e, ao efetuar o pagamento, tem sua rematrícula confirmada automaticamente pelo sistema, sem necessidade de atendimento presencial.
- Protocolos: através de função de Protocolo, o aluno pode solicitar on-line documentos e processos, como Registro de Atividades Complementares.

A facilidade de acesso às diferentes fontes de informação, a evolução tecnológica e o desenvolvimento de novas metodologias de ensino e aprendizagem são importantes na formação dos estudantes, pois dessa forma o estudante assume uma postura mais ativa e participativa. O diferencial nessa formação é a forma como o estudante se apropria da informação, gera conhecimento e transforma sua ação no mundo (aprendendo a ser, a fazer e a conviver).



As inovações tecnológicas contribuem para o processo de inclusão digital, percebido como uma forma inovadora dentro das propostas pedagógicas de ensino-aprendizagem e avaliação da aprendizagem. Ofertar aos estudantes a oportunidade de utilizar a gamificação, as redes sociais através de grupos fechados, fóruns e veiculação de conteúdos à comunidade externa são formas de envolver, empreender e inovar na avaliação do aprender do estudante.

As propostas pedagógicas de aprendizagem devem estar alinhadas também com o contexto social, trazendo assim a inovação social para as atividades e projetos de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão dos estudantes como fonte de avaliação atitudinal, onde é analisada a iniciativa, postura ética, o empreendedorismo, a empatia, o envolvimento e a responsabilidade.

#### **4.25. Políticas de estímulo à produção acadêmica e participação em eventos**

A PIB se propõe a despertar e fortalecer a vocação científica do corpo discente e docente, promovendo ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica. Estas ações podem ser elencadas como segue:

- Estímulo e incentivo das atividades de iniciação científica para o aumento qualitativo da produção científica por meio da participação em eventos para apresentação de trabalhos científicos, apresentação de resultados em anais científicos, nacionais e internacionais;
- Estímulo à busca de bolsas e subsídios em agências de fomento à pesquisa (CAPES, FAPESP, CNPq); procedendo ao seu acompanhamento e supervisão;
- Estímulo à publicação, inclusive com a viabilização da editoração de uma revista científica para veiculação dos resultados das pesquisas de iniciação científica realizados na instituição e para trabalhos científicos em geral;
- Manutenção da Contratação de professores (doutores e mestres), em número suficiente, para realização/orientação de projetos de pesquisa;
- Desenvolvimento de uma política de estruturação suficiente e de aumento do acervo bibliográfico, a partir de pesquisas de interesse na área dos cursos com a participação de discentes e docentes;
- Divulgação das atividades de pesquisa e iniciação científica (Produção de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, relatório de iniciação científica, propriedade intelectual, etc);
- Realização de Seminários de Pesquisa e Extensão, em que sejam apresentados resultados de iniciação científica básica ou curricular, bem como resultados das

atividades de extensão envolvendo docentes e discentes da IES, com publicação de resumos em Anais;

- Manutenção do Programa de Iniciação Científica com bolsas de IC para alunos e orientadores, mediante edital anual;
- Manutenção do Programa de Subsídios para apresentação de trabalhos, considerados de relevância na área e para a IES, segundo disponibilidade orçamentária.

#### **4.26. Política e Estratégias de Internacionalização**

A incorporação da temática da internacionalização nos planos de aprimoramento da qualidade do ensino superior estendeu-se em escala global no decorrer das últimas décadas.

Como Política institucional para a internacionalização, a PIB prevê atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio, e para isso serão usadas as seguintes estratégias:

- Estabelecer mecanismos de monitoramento e prospecção de áreas, instituições e oportunidades para expansão de atividades de internacionalização;
- Apoiar e expandir os programas de intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação;
- Estabelecer programas de mobilidade bilateral de estudantes de graduação e pós-graduação;
- Apoiar e incentivar docentes a participar de visitas e estágios em instituições estrangeiras;
- Incentivar a vinda de pesquisadores e docentes estrangeiros para colaboração científica;
- Incentivar a elaboração conjunta de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores estrangeiros, bem como a busca por recursos de financiamento conjunto;
- Maximizar o uso de tecnologias digitais para desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas;
- Promover participação em eventos internacionais.

As políticas institucionais e ações de estímulo à internacionalização preveem apoio financeiro ou logístico para a organização de eventos na IES e participação em eventos externos, no âmbito local, nacional ou internacional, bem como apoio à produção acadêmica docente e discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.



## **5. POLÍTICAS DE GESTÃO**

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI representa o instrumento de planejamento no nível estratégico que consolida a visão de longo prazo do planejamento da Instituição, definindo seu posicionamento estratégico, em consonância com a missão, onde se declaram os compromissos com a sociedade. O PDI completa-se promovendo a integração dos princípios, das políticas, das diretrizes e dos objetivos estratégicos que são considerados norteadores para o ensino, para a pesquisa, para a extensão, para a gestão administrativa e para a avaliação.

A regulação de cada setor de gestão da PIB está regulada no Regimento Interno da instituição.

De conformidade com o Regimento em vigor, a administração da IES compreende órgãos deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos suplementares e complementares, como sintetizam o organograma da instituição e os artigos do Regimento.

### **5.1. Políticas de Pessoal**

Através de suas políticas de Gestão de Pessoal, a PIB busca a valorização profissional do seu corpo docente e do seu pessoal técnico-administrativo, estando suas ações orientadas pelo Plano de Carreira Docente, pelo Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo, pelos Plano de Capacitação Docente e do Pessoal Técnico-Administrativo.

#### **5.1.1. Plano de Carreira Docente**

O corpo docente da PIB é constituído pelo pessoal que nela exerça atividades acadêmicas e estruturado nos termos do Plano de Carreira que terá como fundamento, os seguintes princípios:

- a) Exigência de titulação específica e processo seletivo para ingresso nas diversas categorias funcionais;
- b) Estímulo ao aperfeiçoamento continuado, valorizando-se a titulação/habilitação obtida pelo professor;
- c) Progressão funcional com base na titulação, tempo de serviço e desenvolvimento diferenciado das atividades acadêmicas (avaliação de desempenho);
- d) Período destinado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho;
- e) Incentivo à permanência do professor no exercício do magistério, valorizando seu trabalho acadêmico, sua titulação e seu tempo de serviço.

O Plano de Carreira e Remuneração Docente (PCRD) da PIB regulamentará as condições de admissão, de demissão, direitos, vantagens, bem como os deveres e responsabilidades dos membros do corpo docente. Além disso, disciplinará a ascensão, a política de qualificação e remuneração da carreira docente.

As relações de trabalho dos membros do corpo docente da PIB serão regidas pela legislação trabalhista vigente e os cargos ou funções dos docentes da IES são acessíveis a todos quantos satisfaçam os requisitos estabelecidos no Plano de Carreira e Remuneração Docente.

Para os efeitos do PCRD, entende-se como atividades de magistério superior aquelas adequadas ao sistema do ensino, indissociável da iniciação científica e extensão.

A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta ética, serão condições fundamentais para o ingresso e permanência no Quadro Docente.

A admissão de professores, cumpridas as normas regimentais e do regulamento próprio, faz-se mediante contrato de trabalho celebrado com a Mantenedora, após seleção, conforme critérios definidos em edital pela Diretoria Geral.

Serão finalidades do Plano de Carreira e Remuneração Docente:

- I. Orientar o ingresso, a promoção e o regime de trabalho do pessoal docente;
- II. Contribuir para o aprimoramento pessoal e profissional do docente;
- III. Promover o crescimento funcional docente;
- IV. Facilitar a seleção de profissionais capacitados no mercado de trabalho,
- V. Estimular o professor para o desempenho eficaz e eficiente de suas funções.

Serão consideradas atividades próprias do corpo docente de ensino superior da PIB:

- I. as pertinentes ao ensino de graduação e pós-graduação e as de pesquisa/iniciação científica que visem à aprendizagem, à produção, ampliação, revisão e transmissão do conhecimento;
- II. as pertinentes à extensão, que se estendam à comunidade, sob a forma de cursos, projetos e serviços especiais;
- III. as inerentes à administração acadêmica de direção, chefia, coordenação e assessoramento na própria instituição.

Compete aos(as) professores(as):

- elaborar o plano de ensino de cada disciplina de sua responsabilidade e, o respectivo roteiro de estudos, submetendo-o, com antecedência, à aprovação do Colegiado do Curso e comprometendo-se a executá-lo integralmente;

- organizar, realizar e controlar as avaliações do rendimento escolar dos estudantes matriculados nas turmas de sua responsabilidade;
- entregar na Secretaria Acadêmica o resultado das médias semestrais e finais no prazo estipulado no calendário acadêmico;
- participar das reuniões dos órgãos colegiados e demais atividades para as quais for designado, desde que pertinentes à sua contratação;
- ser assíduo e pontual, agindo sempre com probidade, retidão, lealdade e justiça;
- exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e no Regimento Interno da IES.

A PIB investe em seu corpo docente, compondo um quadro de mestres e doutores, mantendo sempre a prioridade da contratação e manutenção de docentes com pós-graduação *stricto sensu*.

O plano de carreira docente da PIB normatiza as condições de admissão, progressão e dispensa de integrante do corpo docente. Está estruturado para estimular o professor para o exercício competente e comprometido com as funções que lhe cabem, valorizando a progressão por meio de avanços na sua qualificação e titulação. A busca pela promoção na carreira docente permite e estimula a melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo melhor ganho financeiro e melhor posicionamento na Instituição.

Em decorrência de sua experiência profissional no mercado de trabalho ou como docente em outra(s) instituições de nível superior, com mérito reconhecido e expresso em seu currículo profissional e acadêmico, o professor poderá ser classificado em níveis superiores ao de sua titulação, quando assim for considerado adequado.

A alocação do(a) professor(a) no quadro do corpo docente é feita mediante aplicação de Plano Individual de Trabalho e correlata distribuição ocupacional em consonância com o estabelecido no Plano de Carreira e Remuneração Docente, cuja metodologia é organizada na forma vertical e horizontal: no vetor vertical encontram-se os níveis de contratação docentes e no vetor horizontal encontram-se as faixas de mobilidade remuneratórias. A proposta do plano de Carreiras prevê 4 níveis de contratação (eixo vertical) e 5 faixas remuneratórias (eixo horizontal). A intersecção entre os níveis de contratação e faixas de remuneração são definidos por requisitos e critérios específicos a cada agrupamento, permitindo-se uma ampla mobilidade tanto vertical quanto horizontal junto aos padrões de remuneração e responsabilidades junto à IES.

O contrato do professor de tempo parcial deverá ser celebrado por hora/aula, firmando-se, quando for o caso, contratos suplementares para outras atividades. O contrato de professores(as) em tempo integral é celebrado mediante solicitação do professor, por meio de apresentação de projeto ou a convite da Diretoria Acadêmica, e autorizado, em caráter renovável, mediante remuneração mensal, composta por contrato de hora/aula e outros suplementares para as demais atividades.

O processo de reenquadramento funcional docente é realizado a cada dois anos, mediante Portaria publicada pela Diretoria Geral, indicando as vagas disponíveis, bem como os requisitos de titulação das vagas oportunizadas. A quantidade de vagas disponibilizadas depende de aprovação orçamentária e sempre em atendimento a legislação educacional e às propostas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da PIB. O enquadramento do professor no regime de trabalho é realizado pela Gerência de Recursos Humanos da PIB, por deliberação da Diretoria Geral, por meio de contrato de trabalho que aponte as atividades, a jornada de trabalho e a forma de remuneração.

### **5.1.2. Critérios de Seleção e Contratação Docente**

Na seleção dos professores que integram o quadro docente da IES serão apreciadas as qualificações/titulações por área de conhecimento específico e suas respectivas vinculações com os conteúdos programáticos das componentes curriculares que irão ministrar, aliado à experiência profissional do candidato, tanto no que se refere à docência quanto ao mercado de trabalho.

A contratação de docentes para a PIB estará vinculada à capacidade do futuro docente contribuir para a formação do egresso com o perfil definido tanto nas DCNs quanto ao perfil estipulado nos valores institucionais.

Para compor seus quadros, a PIB buscará docentes com registro ativo nos respectivos Conselhos Profissionais, preferencialmente mestres e doutores com formação adequada aos Projetos Pedagógicos, experiência profissional acadêmica e não acadêmica de pelo menos dois anos, privilegiando a experiência no uso de tecnologias educacionais.

Entende-se como adequação do docente ao PPCs a sua capacidade de contribuir de forma efetiva para a orientação dos estudantes na construção dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Isto significa, em termos gerais, a contribuição para a formação de profissionais aptos a tomar decisões fundamentadas em princípios científicos, com atitudes profissionais dentro dos princípios da ética e responsabilidade social.

A seleção de pessoal docente far-se-á por processo criterioso, devidamente divulgado, e que avaliará os candidatos a partir da efetiva capacidade didática e técnica, bem como os fatores de avaliação, nos termos do respectivo edital aprovado pela Direção da PIB.

No ato da inscrição o professor candidato receberá uma cópia da Portaria do Processo Seletivo para Admissão de Professores(as) e preencherá o requerimento de inscrição no qual dará ciência do conhecimento da referida Portaria, atestando que a aceita na sua plenitude. Neste ato, o professor candidato deverá entregar cópia do diploma de curso de graduação de duração plena, devidamente registrado no órgão competente e respectivo histórico escolar e cópia do documento de pós-graduação que lhe confira a titulação máxima, ou seja, certificado de conclusão de curso de

especialização ou diploma de mestrado ou doutorado, devidamente registrado no órgão competente e respectivo histórico escolar.

Uma vez inscrito, o professor candidato deverá ser inicialmente entrevistado pelo Coordenador de Curso, devendo ambos, nas partes que lhes cabem, preencherem a Ficha de Candidato à Admissão. Nesta Ficha, ao final da coleta de dados, há um espaço para que fique consubstanciado o parecer do Coordenador do Curso com a indicação expressa de parecer favorável ou contrário à admissão do candidato, seguida da justificativa detalhada do seu posicionamento. Para a entrevista com o Coordenador de Curso, o professor candidato deverá apresentar as cópias dos documentos de comprovação das indicações no curriculum vitae que serão conferidas pelo Coordenador do Curso. O professor candidato deverá ministrar uma aula com duração 40 (quarenta) minutos, para a Comissão de Avaliação, sobre algum tópico do Plano de Ensino de uma das disciplinas a que está se candidatando, com escolha acordada com o Coordenador de Curso.

A Comissão de Avaliação deve ser composta pelo Coordenador do Curso e por pelo menos 2 (dois) professores(as) do curso, indicados pela Diretoria Acadêmica, ouvido o Coordenador do Curso. O professor candidato terá uma segunda entrevista com o Diretor Acadêmico que cuidará também dos aspectos financeiros da possível contratação e emitirá, em espaço reservado desta Ficha, a definição sobre a contratação, ouvido o Diretor Geral. Em havendo mais de uma indicação de professor candidato a uma disciplina, cada professor candidato passará pelas etapas acima descritas, cabendo ao Diretor Acadêmico, ouvido o Diretor Geral, decidir a respeito da contratação. E ainda, por determinação do Diretor Geral amparado em conhecimento prévio do professor candidato, este poderá ser dispensado da prova de apresentação.

Na admissão do(a) professor(a), devem ser observados os seguintes critérios:

- identidade com os objetivos da PIB;
- apresentação de títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a área da(s) disciplina(s) a ser lecionada e/ou atividade a ser exercida/avaliada perante processo seletivo.

A contratação de docentes é normatizada no documento Rotina para Contratação de Docentes da IES. Assim, após ser selecionado, o(a) professor(a) assinará um contrato de autoria, para a elaboração do material impresso. Esse prazo será obedecido rigorosamente e serão solicitadas ao docente, nesses seis meses que antecedem o início do período letivo, partes do material produzido, para acompanhamento.

### **5.1.3. Regime de Trabalho**

A carreira acadêmica na PIB, como estrutura de classificação, promoção e remuneração de professores, compreende a docência e atividades correlatas, a pesquisa, a extensão e a



administração acadêmica. Compõem o quadro de pessoal: a) professores(as) efetivos; b) professores(as) colaboradores; c) professores(as) visitantes; d) professores(as) horistas. O plano de carreira docente compreende três regimes de trabalho:

- **Regime de Tempo Horista:** O regime de trabalho horista corresponde ao docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas.
- **Regime de Tempo Parcial:** 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. ”
- **Regime de Tempo Integral:** 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

É obrigatória a atividade docente para todo professor que pertencer à carreira, com exceção dos professores(as) que exercem administração acadêmica.

Todo administrador acadêmico deverá ser contratado como professor efetivo, de acordo com sua qualificação, recebendo gratificação, quando prevista, para o desenvolvimento das atividades de gestão. O administrador acadêmico poderá manter atividade didática, desde que compatível com suas atribuições de gestão. A qualificação pela titulação docente é incentivada por meio de bolsas-auxílio, para professores(as) que pertençam à carreira acadêmica da PIB.

A PIB submeterá à avaliação institucional (pela CPA), a docência e atividades correlatas, a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços, visando a consecução dos objetivos que compõem sua missão institucional e sua carreira acadêmica. A avaliação institucional deverá compreender o Programa de Avaliação do Desempenho Docente, a Avaliação da Chefia Direta, a Avaliação por Pares e a Avaliação Externa e tem os seguintes objetivos:

- promover a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão;
- conhecer o desempenho global de seus professores(as) no ensino, na pesquisa e na extensão;
- analisar, de forma integrada, baseado em dados concretos e fundamentados, os indicadores internos, tais como a evasão escolar, repetência, rendimento acadêmico, conteúdo programático, recursos materiais, egressos, perfis discentes e desempenho docente, para fins de comparação com indicadores externos e para um planejamento interno;
- criar indicadores para o processo de seleção, promoção e valorização de mérito;
- dar acompanhamento e apoio ao professor;
- oferecer subsídios para a contratação e demissão de professores(as).

Todo(a) professor(a), efetivo ou não, que possuir atividade docente, deverá submeter-se à Avaliação do Desempenho Docente. O resultado satisfatório da avaliação docente pelos discentes é condição necessária, mas não suficiente, para que o professor possa pleitear sua promoção.

#### **5.1.4. Política de Capacitação Docente e Formação Continuada**

A PIB adota a postura teórica segundo a qual a educação é um processo contínuo, estendendo-se por toda a vida do indivíduo, sendo o resultado de suas vivências e experiências. Por formação permanente, entende o processo também contínuo e dinâmico resultante da aprendizagem, no qual o indivíduo inter-relaciona o conhecimento novo com suas experiências, gerando outro que é, então, apropriado por ele.

Assim, a capacitação e formação continuada são consideradas como um processo também contínuo, envolvendo cooperação pedagógica entre professores(as) e demais profissionais do ensino, com assessoria permanente (presencial ou a distância) das agências formadoras, com vistas a uma aplicação prático-social, voltada para oportunizar a capacitação/atualização profissional.

Embora tais conceituações sejam passíveis de discordâncias e discussões, sua interdependência parece ser consensual, pois o professor precisa ter continuidade nos estudos não apenas para ficar atualizado quanto às modificações na área do conhecimento em que leciona, mas por uma razão mais premente que se refere à própria natureza do fazer pedagógico, isto é, o domínio do conhecimento, que é histórico.

Entende-se que os interesses do professor são sempre subordinados aos dos estudantes, que devem sair da Instituição com autonomia de pensamento, criatividade e certeza de poder, um dia, em futuro não distante, superar os seus professores. Essa prerrogativa levou a IES a traçar o perfil de Professor que ela deseja em seu quadro, dispondo-se a contribuir para a sua formação, a saber:

- um professor apto a pesquisar, porque é a pesquisa que melhor define o exercício profissional. Sendo um ato cognitivo, ela ensina a pensar num nível mais elevado, além de revelar o compromisso com o questionamento reconstrutivo que emerge da proposta de “educar pela pesquisa”, para que os estudantes também sejam pesquisadores sobre suas experiências de vida cotidiana;
- um professor que saiba elaborar com mão própria um projeto pedagógico próprio e coletivo, garantindo a marca de dentro para fora, com autonomia e competência;
- um professor capaz de teorizar sua prática, com consciência crítica, e capaz de fazer a sua própria autocrítica;

- um professor que se atualize permanentemente, pois toda intervenção inovadora do conhecimento provoca o desafio de atualização, podendo ser visualizada, principalmente, através da recapacitação.

A capacitação permanente que a PIB propõe é embutida no próprio exercício profissional como “direito de estudar”, condição essencial para a aprendizagem do professor e dos estudantes, oportunidade de se renovar pela via da pesquisa e da elaboração própria.

#### **5.1.5. Política de Qualificação e Acompanhamento Docente**

A PIB possui planos institucionais voltados ao objetivo de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão. No esforço de elevar os níveis de eficiência no trabalho, em tempos de globalização e de rápidas mudanças, o Conselho Superior homologou o Plano de Qualificação do Corpo Docente visando qualificar os docentes da Instituição, propiciando o aperfeiçoamento e a especialização dos estudos em determinada área do saber ou campo profissional.

A qualificação de que trata o Plano compreende a formação em cursos de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu e de atualização a serem realizados:

- a) na IES, por intermédio de seus programas e por meio de convênios com outras Instituições;
- b) mediante autorização para afastamento, remunerado ou não, para frequentar cursos em outras Instituições;
- c) mediante autorização sem afastamento, subvencionado ou não, ajustando o horário de aulas, quando necessário, e outras atividades, quando houver;
- d) mediante concessão de subvenção.

Como parte da política de formação continuada da IES, promove-se a cada semestre uma Semana Pedagógica com objetivo de repensar as práticas pedagógicas e as especificidades das tecnologias na mediação docente-aluno-conhecimento. A cada semestre, são promovidas discussões que contemplam essa formação. Para isso, a PIB convida pesquisadores de outras IES, assim como promove debates e discussões com seus docentes especialistas nas diferentes áreas do saber.

A política de capacitação do corpo docente inclui o estímulo à qualificação, a participação em eventos para apresentação de trabalhos de pesquisa, o desenvolvimento de projetos de extensão e o estímulo às publicações, aliada à dedicação temporal e aos estímulos salariais que permitam acompanhar as transformações impostas pelos avanços do conhecimento e pelas inovações tecnológicas.

Além disso, a Diretoria Acadêmica desenvolve programas de apoio à atividade docente. Para aqueles professores(as) que são especialistas na sua área de atuação, e não têm formação em didática ou metodologias de ensino, haverá orientação para as melhores práticas (aula expositiva, estudo de caso, roteiros de estudos, estudos dirigidos, dentre outras) para que a promoção da aprendizagem seja efetivada.

Os Coordenadores de Curso da PIB e a Diretoria Acadêmica devem acompanhar o desempenho docente, com vistas a manter os parâmetros indispensáveis de controle da qualidade de ensino. O acompanhamento e avaliação do trabalho docente propõem-se à melhoria de desempenhos, com vistas à otimização de resultados. Para isso, entre outros procedimentos, analisam os resultados semestrais da Avaliação Interna, por meio da qual os estudantes registram as impressões sobre seus professores.

A Avaliação Interna, por meio da voz dos estudantes, oferecerá subsídios para o acompanhamento do trabalho docente e para o planejamento dos programas de qualificação e capacitação docente. Existirá um diálogo constante entre Diretoria Acadêmica, Coordenadores de Curso e Corpo Docente, que potencializará e personalizará os programas de interação e orientação à prática docente. Esse diálogo permitirá a discussão e o encaminhamento de problemáticas em relação à prática pedagógica, a discussão e a análise dos indicadores da avaliação institucional, com vistas à definição de ações pedagógicas, à verificação sobre a necessidade de apoio pedagógico ao docente e à assessoria nas fases de planejamento, execução e avaliação dos componentes curriculares/módulos.

O acompanhamento da execução do trabalho docente será feito, ainda, por meio dos registros acadêmicos quanto ao cumprimento dos programas e consecução dos objetivos propostos, e quanto à frequência e avaliação do estudante. Considera-se, além disso, a relevância das reuniões sistemáticas com os docentes, com o propósito de avaliar e fazer os ajustes necessários nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Serão considerados atributos docentes relevantes:

- apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional;
- fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta;
- proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das componentes curriculares e ao perfil do egresso;
- manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática;
- promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão;

- promover ações que permitem identificar as dificuldades dos estudantes;
- expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de estudantes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período;
- incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação;
- conhecer e utilizar ferramentas de TI que favoreçam o processo de ensino – aprendizagem.

O Programa de Incentivo à Qualificação Docente prevê ações que enfatizam a formação continuada com vistas ao aprimoramento acadêmico elaborado em dois eixos fundamentais:

- O primeiro apresenta módulos básicos centrados na prática pedagógica em que serão discutidos os temas: Planejamento de Ensino, Metodologias Ativas e Estratégias de Ensino, Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem e Interatividade em sala de aula e se destinará a todos os professores que atuam nos cursos de Graduação e Pós-Graduação presencial;
- O segundo eixo será composto de módulos centrados na formação pedagógica específica e, portanto, numa perspectiva estratégica, serão oferecidos módulos criados para atender a demandas geradas pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

O Programa de Incentivo à Qualificação Docente será sistemático e contínuo e terá como objetivo aprimorar a formação pedagógica dos professores. Desta forma, os docentes serão convidados a refletir sobre novas formas de conhecimento e instigados a desenvolver processo de ensino-aprendizagem.

O Programa envolverá cursos, palestras e oficinas e está previsto no calendário de atividades regulares da PIB.

A PIB apoiará a capacitação de Docentes aprovados em Programas de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES e de comprovado interesse institucional. Apoiará também a participação de Docentes em Conferências e Congressos, mediante a formalização de processos e pareceres da Coordenação de Curso e da Diretoria Acadêmica. Favorecerá ainda a organização de eventos junto à comunidade científica e a sociedade organizada.

Benefícios do Programa:

- I. Abono de horas a partir de critérios previamente pela Mantenedora, para os cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, em instituições brasileiras;
- II. Abono de horas para a participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
- III. Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.
- IV. Oferta de infraestrutura para que os seus professores imprimam ou editem suas produções científicas, sob o patrocínio da instituição.

#### **5.1.6. Procedimentos para Substituição Eventual de Docentes**

As substituições ocorrerão quando professores titulares ficarem impossibilitados de estarem presentes nas atividades. Os professores substitutos, com contratos por tempo determinado, serão selecionados utilizando-se os mesmos critérios para a contratação de qualquer docente.

A expansão do corpo docente e, conseqüentemente, as substituições e novas contratações, deverão ocorrer conforme a necessidade dos novos cursos em implantação e daqueles que forem abertos, respeitando-se as ocupações de cargos definidos no plano de carreira, e nas especificidades de cada curso e programa de pós-graduação.

Em relação ao afastamento ou substituição de docentes, além dos casos previstos na legislação trabalhista, pode ocorrer o afastamento do ocupante de cargo docente para aperfeiçoar-se em programas de doutorado, mestrado, especialização, aperfeiçoamento ou atualização, em nível de pós-graduação ou comparecer a congressos e reuniões, relacionados à sua atividade técnica ou docente na Faculdade e para exercer cargos na estrutura didático-administrativa da instituição.

O pedido de afastamento deve ser encaminhado por meio da Coordenação de Curso competente, após manifestação em requerimento dirigido a Diretoria Acadêmica, com a exposição de motivos e a programação a que se destina, com deliberação final do Diretor Geral. O afastamento do ocupante de cargo no quadro dá-se mediante proposta do(a) docente à Coordenação de Curso, que mediante manifestação encaminhada ao colegiado de curso para manifestação e este encaminha ao Conselho Superior, com posterior homologação da Diretoria Geral e da Mantenedora quando for o caso, a quem compete expedir o ato.

Os(as) docentes licenciados devem firmar, antecipadamente, o compromisso de lecionar ou prestar serviços técnicos a instituição, no mínimo, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Mantenedora, acrescidas de juros e correção de lei. Durante o período de afastamento e ao final do mesmo, fica o

professor obrigado a remeter, ao Colegiado de Curso no qual está lotado, relatório semestral das atividades, bem como a comprovação de frequência mensal.

As eventuais ocorrências de substituição de docentes oriundos de situações emergenciais serão redistribuídas entre os membros do próprio corpo docente, ou em caso necessário, mediante convite a professor constante dos arquivos de pré-seleção realizada pelo Departamento de Recursos Humanos, mediante seleção por parte do Colegiado de Curso, dependendo da disponibilidade acadêmica dos interessados. Os(as) professores(as) serão selecionados a partir do recrutamento aberto de currículos ou de processo de seleção específico com composição de banca de avaliação, que ficarão à disposição do Diretor Acadêmico e dos Coordenadores de Curso. A contratação do professor é autorizada pela Diretoria Geral, por solicitação da Direção Acadêmica do Curso, a quem compete às providências administrativas e legais pertinentes, não podendo o profissional iniciar suas atividades antes de sua efetiva contratação.

A PIB, através do Conselho Superior, aprovou a Norma de Seleção e Contratação de Docentes explicitando as ações, procedimentos, etapas, critérios e avaliações de candidatos que, uma vez aprovados, passam a fazer parte do Plano de Carreira e remuneração Docente da PIB.

**Quadro 08 - Previsão de contratação de novos docentes**

Titulação		Atual		2024		2025		2026		2027		2028	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutor	TI	1	16	2	40	3	42	4	44	5	45	6	46
	TP	5	84	3	60	4	58	5	56	6	55	7	54
	H	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Qtde. Doutores		6	100	5	100	7	100	9	100	11	100	13	100
Mestre	TI	5	84	6	54	7	50	8	50	8	50	8	50
	TP	1	16	5	46	7	50	8	50	8	50	8	50
	H	0	0,0	0	100,0	0	15,8	0	100	0	0	0	0,0
Qtde. Mestres		6	100	11	100	14	100	16	100	16	100	16	100
Total	TI	6	50	8	50	10	47	12	48	13	48	14	48
	TP	6	50	8	50	11	53	13	52	14	52	15	52
	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Qtde. Geral		12	100	16	100	21	100	25	100	27	100	29	100

Consoante às diretrizes constantes do item de Admissão, constante do Plano de Carreira Docente, a PIB adota as ações e procedimentos de recrutamento, seleção, integração e inclusão docente, descritas no Quadro a seguir.

**Quadro 09 - Ações, Procedimentos, Etapas e Avaliações constantes do Processo de Contratação de Corpo Docente da PIB**

Fases	Ações Aplicáveis (Área de RH)	Etapas (Área de RH)	Avaliação por parte Diretoria - PIB
Recrutamento	Identificação da necessidade e tipologia da vaga (substituição, ampliação de quadro, nova ocupação, titulação acadêmica, jornada de trabalho, área de conhecimento); Identificação dos requisitos pessoais, profissionais e de titulação da ocupação; Disponibilidade Orçamentária	Divulgação Interna da Vaga (ambientes físicos e meios digitais internos); Divulgação externa da Vaga (ambientes físicos de empresas recrutadoras de RH, anúncios em meios digitais e meios jornalísticos impressos externos)	Rigor aos prazos e períodos de recrutamento anunciados; Aderência dos requisitos ocupacionais e perfis dos candidatos; Eficiência e eficácia dos instrumentos de divulgação; Verificação de Rubrica



			Orçamentária Disponível
Seleção	<p>Oportunidades para Ambiente Interno a PIB</p> <p>Oportunidades para Ambiente Externo a PIB</p>	<p>Triagem de Currículos Lattes (titulação acadêmica, experiência docente e produção científica);</p> <p>Realização de Entrevistas Iniciais com Candidatos;</p> <p>Testes de Avaliação Psicológica do Perfil dos Candidatos pré-selecionados na Entrevista Inicial; Banca Examinadora de Avaliação de Desempenho Didático e Metodológico do(a) docente; entrevista Final</p> <p>pós-avaliação em Banca Examinadora; Indicação final da Seleção para Contratação.</p>	<p>Adequação do Processo de Triagem (filtros utilizados);</p> <p>Adequação Testes Avaliativos e Prazos de Finalização dos Laudos;</p> <p>Relatório de Desempenho em Banca Examinadora;</p> <p>Calendário e Programação das Entrevistas;</p> <p>Relatório final de Candidato Selecionado.</p>
Contratação	<p>Acolhimento</p> <p>Pré-Admissional; Visita diagnóstica do candidato ao local de Trabalho; Descrição e Interpretação das Responsabilidades do Cargo; apresentação do Plano de Carreira, Desenvolvimento e Remuneração Salarial; Apresentação da Política de Benefícios; Apresentação da Norma de Capacitação e Aperfeiçoamento do</p>	<p>Entrega de Documentação Pessoal; Entrega de Documentação Familiar (dependentes);</p> <p>Escolha de Perfis dos Benefícios Concedidos;</p> <p>Conhecimento da futura Equipe de Trabalho e das condições do posto de trabalho;</p> <p>Discussão do Contrato de Trabalho; Exame Médico Admissional.</p>	<p>Prazos de efetivação da Contratação e disponibilização dos selecionados junto às áreas e Cursos.</p>

	Corpo Docente; Formalização e Assinatura do Contrato de Trabalho.		
Integração	Ambientalização Ocupacional e Tecnológica da área de Atuação	Treinamentos Iniciais nos Sistemas Acadêmicos e de Registros e de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Consolidação da vivência ocupacional entre os pares de docentes, estudantes e dirigentes.	Período de Experiência  Desempenho nos treinamentos
Inclusão	Ambientalização Ocupacional e Institucional	Treinamentos Inter Equipes Internas: Comissão PDI, Colegiados de Cursos, NDE, CPA, ENADE e Metodologias de Ensino-Aprendizagens Centradas no Aluno. Treinamentos e Capacitações externas; Consolidação da vivência institucional.	Avaliação periódica de desempenho; Avaliação Médica periódica; Desempenho junto a Ambientalização Institucional.

#### 5.1.7. Política de Capacitação e formação continuada do Corpo Técnico-administrativo

O recrutamento e a seleção do pessoal técnico-administrativo serão feitos pela mantenedora, observando as necessidades da PIB e o curriculum vitae do candidato, suas competências e habilidades e disponibilidade de tempo.

A contratação de técnico-administrativos para a PIB estará vinculada às necessidades explicitadas no PPC e às relacionadas ao apoio e gestão das atividades acadêmicas e administrativas.

O contrato de trabalho estará vinculado à CLT devendo as vagas serem preenchidas mediante avaliação da formação e do perfil do candidato, coerentes com as atividades a serem desenvolvidas.

A admissão será feita mediante contrato de experiência por noventa dias, sendo que, findo esse prazo, a chefia imediata encaminhará a avaliação de desempenho, propondo ou não a contratação, com vínculo por prazo indeterminado.

O trabalho dinâmico e interativo do pessoal de apoio técnico-administrativo se faz sentir na formação e no fortalecimento institucional, pois os recursos humanos e as relações sociais e de trabalho dão sustentação à estrutura organizacional e contribuem para o estabelecimento de condições favoráveis aos processos de gestão acadêmica e de ensino e aprendizagem.

Para a Instituição, é primordial oferecer plenas e satisfatórias condições de trabalho, além de formação continuada e o aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos nas diversas áreas, abrangendo todos os funcionários, com investimento em sua principal matéria-prima: os recursos humanos.

São estabelecidas as seguintes políticas: incentivo à formação continuada do corpo técnico; oferta de cursos voltados à atuação específica; oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional; estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades e atualização de conhecimentos na área da informática.

O corpo técnico administrativo é recepcionado conforme plano de carreira (cargos e salários) devidamente homologado juntamente ao Ministério do Trabalho, apresentando baixa rotatividade (turnover) e boa mobilidade ocupacional.

Todos os postos de trabalho são dotados de estação de trabalho tecnologicamente adequadas, ergonomicamente apropriadas e com reduzidíssimos índices de afastamento médico (próximo a zero).

O corpo técnico-administrativo será submetido ao Programa Institucional de Capacitação de Recursos Humanos que define as atividades de capacitação, para melhoria de desempenho profissional nas atividades da Instituição, e o apoio institucional ao afastamento de docentes e técnico-administrativos para participação em programas de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES. Além disso, a Política busca apoiar a participação destes colaboradores em cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela PIB.

A formação e qualificação permanente do corpo técnico-administrativo contratado tem como premissa básica valorizar o ser humano dentro da organização. A PIB tem como meta o desenvolvimento contínuo do quadro de pessoal e buscará selecionar colaboradores com perfil de trabalho apropriado, buscando garantir a convergência dos interesses do profissional com as da Missão e Visão da instituição. O processo de recrutamento e seleção dos candidatos se iniciará através da análise da descrição dos cargos e suas atribuições e se estenderá ao treinamento de

integração e demais capacitações. Essa medida visa reduzir o índice de rotatividade, buscando colaboradores com perfil mais dinâmico e mais comprometidos com as propostas da Instituição.

Além disso, a política prevista de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo possibilita a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas regulamentadas. Dentro das diretrizes propostas para os treinamentos internos, bem como treinamentos externos, será estabelecida a previsão de desenvolvimento permanente dos colaboradores. Serão propostos cursos, palestras e oficinas, de acordo com as demandas apresentadas aos setores da IES, que buscam, em suma, otimizar tempo de trabalho e qualificar o trabalho desenvolvido. Adicionalmente, a participação em atividades de formação conduzirá a maiores degraus dentro da progressão horizontal e vertical do plano de carreira técnico-administrativo proposto.

#### 5.1.8. Benefícios do Programa:

- Abono de horas, a partir de critérios previamente definidos pela Mantenedora e pela PIB, para participação em cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento em instituições brasileiras;
- Abono de horas para a participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim, mediante justificativa

#### 5.1.9. Plano de expansão do corpo técnico-administrativo

A expansão do corpo técnico-administrativo e, conseqüentemente, as novas contratações, ocorrerão conforme a necessidade dos novos cursos em implantação e daqueles que forem abertos, respeitando-se as ocupações de cargos definidos no plano de carreira, e nas especificidades de cada curso e programa de pós-graduação.

#### Quadro 10 - Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

FUNÇÃO/CARGO/ATIVIDADE	QUANTIDADE/ANO					TOTAL
	2024	2025	2026	2027	2028	
Funções previstas no Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo	12	12	12	12	12	60

#### Quadro 11 - Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

CAPACITAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DE PESSOAL				
	2024	2025	2026	2027	2028
Doutorado	0%	0%	0%	0%	0%
Mestrado	0%	0%	0%	0%	0%
Especialização	1%	1%	1%	2%	2%
Graduação	2%	2%	2%	2%	2%
Aperfeiçoamento	5%	5%	5%	5%	5%
Treinamento	5%	7%	7%	7%	7%
Eventos Diversos	1%	1%	1%	2%	2%

## 5.2. Organização Administrativa

Os processos de gestão institucional previstos para a PIB consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada.

Tal processo é necessário, pois existe a necessidade de regras claras e dos processos da gestão institucional e dos colegiados, com a função de favorecer um melhor desempenho das atividades inerentes a instituição. Dessa forma, regulamenta-se o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e são previstas a sistematização e divulgação das decisões colegiadas, assim como a assimilação pela comunidade interna.

A Gestão será exercida pela Diretoria Geral, Administrativa e Acadêmica sendo órgãos executivos superiores de gestão de todas as atividades da PIB.

### 5.2.1. Estrutura organizacional, estâncias de decisão e órgãos colegiados

A organização administrativa obedece na íntegra ao que estabelece o Regimento Interno da PIB e compreenderá:

#### I - Órgãos Deliberativos e Normativos:

- a) Conselho Superior (CONSUP)
- b) Colegiado de Cursos

#### II - Órgãos Avaliativos e Propositivos:

- a) Comissão Própria de Avaliação - CPA

- b) Núcleo Docente Estruturante – NDE

### **III - Órgãos Executivos:**

- a) Diretoria Geral
- b) Diretoria Acadêmica
- c) Coordenadoria de Curso
- d) Coordenadoria de Pesquisa (Iniciação Científica) e de Extensão
- e) Diretoria Administrativa e Financeira
- f) Procuradoria Institucional

### **IV - Órgãos de Apoio Executivo:**

- a) Secretaria Acadêmica
- b) Biblioteca
- c) Laboratórios de Aprendizagem

### **V- Órgãos Suplementares:**

- a) Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)
- b) Núcleo de Regulação e Avaliação Acadêmica
- c) Ouvidoria

Além dos órgãos de que trata este artigo outros poderão ser criados, por proposição do Conselho Superior e autorização da Entidade Mantenedora, nos termos do presente Regimento Interno.”

#### **5.2.2. Processos de Gestão Institucional**

As Políticas de Gestão Institucional compreendem as linhas orientadoras das ações institucionais, considerando a implementação do projeto que a PIB se propõe a desenvolver no período de abrangência deste PDI. Tendo como base a consecução da Missão e da Visão e a atenção aos valores e desafios identificados, essas políticas expressam a necessidade de articulação das atividades planejadas e desenvolvidas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão com as metas estabelecidas, de modo a permitir a análise evolutiva dos resultados produzidos.

Com o objetivo geral de orientar e produzir condições para a tomada de decisões, as políticas de gestão estabelecem limites e reconhecem as prioridades, visando a garantir a sustentabilidade institucional e a efetividade do modelo de gestão adotado pela PIB que privilegia dois eixos principais: o acadêmico e o administrativo-financeiro. Para assegurar que estes eixos se desenvolvam de forma satisfatória, dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa a

propiciar poucos níveis hierárquicos na administração institucional. Tais níveis interagem para que haja eficiência e eficácia da gestão institucional.

A proposição de gestão institucional da PIB fundamenta-se na gestão participativa, estruturada democraticamente, onde o corpo técnico-administrativo, docentes e estudantes integram o processo formativo em sua plenitude. Por gestão participativa entende-se que a comunidade acadêmica e seus diferentes atores sociais - internos e da sociedade civil organizada - devem interagir para assegurar novos espaços de conhecimento e humanização, conjugando-os aos objetivos da educação superior contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Nº 9394/96 e devidas atualizações.

A organização da PIB se processa por órgãos deliberativos e normativos, órgãos executivos, órgãos suplementares e órgãos complementares, conforme o Regimento Interno.

São observadas as seguintes políticas de gestão na PIB:

- I. Permanente integração entre a PIB e a mantenedora;
- II. Gestão participativa com a definição de representantes do corpo social nos órgãos colegiados;
- III. Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- IV. Autonomia administrativa, pedagógica, científica e disciplinar nos termos do Regimento Interno;
- V. Otimização da utilização de laboratórios e recursos multimídias;
- VI. Promoção do aperfeiçoamento contínuo do corpo docente e técnico administrativo;
- VII. Busca de parcerias com instituições públicas e privadas visando assegurar a Missão Institucional;
- VIII. Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem;
- IX. Valorização dos profissionais da Instituição, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho;
- X. Incentivo à prática dos valores institucionais por meio de capacitações constantes;
- XI. Contribuição para sustentabilidade financeira da entidade mantenedora;
- XII. Respeito à autonomia da CPA;
- XIII. Fortalecimento das instâncias colegiadas;
- XIV. Utilização dos resultados das avaliações internas e externas como elementos do processo de gestão de resultados da instituição;
- XV. Transparência na divulgação dos resultados obtidos em processos avaliativos;

- XVI. Consolidação da transversalidade das dimensões organizacionais, acadêmicas e pedagógicas associadas à inovação, às tecnologias emergentes, à internacionalização e ao impacto social, na concepção de projetos e iniciativas acadêmico-administrativos.

As políticas de gestão consideram os alinhamentos da instituição em relação à mantenedora, bem como a articulação entre os processos de avaliação e de planejamento, a sustentabilidade financeira e a comunicação e compartilhamento sistemático de dados e fatos associados aos indicadores do sistema de gestão institucional.

Para a efetiva aplicação dessas políticas serão utilizadas as seguintes práticas:

- I. Eleição dos membros dos órgãos colegiados conforme determinado pelo Regimento Interno da PIB;
- II. Estudo dos resultados obtidos nas avaliações com proposição de ações corretivas e calendário de cumprimento;
- III. Alinhamento dos esforços da PIB com o planejamento geral da mantenedora;
- IV. Fortalecimento das atividades realizadas pela CPA, observada a autonomia do órgão;
- V. Cumprimento das políticas previstas no PDI;
- VI. Acompanhamento do plano de metas previstas no PDI pelos gestores e CPA;
- VII. Criação de um portal para as divulgações das informações dos processos avaliativos;
- VIII. Criação de um padrão de qualidade, observados os indicadores do Ministério da Educação, para espaços educacionais;
- IX. Priorização dos espaços de convivência do estudante;
- X. Melhoria constante dos recursos de tecnologias digitais da informação e da comunicação e atualização de acervo;
- XI. Elaboração de um planejamento detalhado de adequação dos investimentos para novos espaços e melhorias dos existentes;
- XII. Cumprimento da política de recrutamento e seleção de corpo funcional (técnicos-administrativos e docentes);
- XIII. Cumprimento da política de benefícios, qualificação e capacitação;
- XIV. Cumprimento de avaliação de desempenho e valorização por resultado.

A PIB procura assegurar, como forma de aplicação do princípio de gestão democrática, a integração entre a gestão administrativa, seus órgãos colegiados e os cursos em suas diversas



modalidades. Para tanto, foram instituídos órgãos colegiados deliberativos superiores com a participação de membros de sua comunidade acadêmica, da comunidade local e da representatividade legal do corpo docente, discente e administrativo.

Estabelecidas as responsabilidades e áreas de competência da mantenedora e da mantida, busca-se permitir e promover a democratização do conhecimento, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Para tanto, a PIB preconiza que:

- as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão devem ser realimentadas conjuntamente e estar relacionadas aos papéis administrativos;
- os projetos devem propiciar a interação entre cursos, disciplinas e outras instituições da IES;
- a relação entre ensino, pesquisa e extensão não poderá ser transformada em atividade de coleta de recursos sob a pena de desqualificar a Faculdade;
- o(a) estudante deve ter a oportunidade de atingir e avançar nos estudos não só em nível de graduação, mas também de pós-graduação, além de realizar pesquisas, pelo incentivo à iniciação científica e bolsas de estudo do própria Faculdade ou advindas de órgãos financiadores;
- é necessário fomentar atividades artístico-culturais, desportivas e de lazer, bem como de apoio social, visando a integração da comunidade universitária e desta com a comunidade local;
- os Órgãos Suplementares deverão servir como eficazes unidades de treinamento nas diversas áreas de atuação da Faculdade - ou seja, além do perfil de prestadores de serviços internos e externos, essas unidades devem se inserir no tripé ensino/pesquisa/extensão, sustentáculo da IES.

### **5.2.3. Organização e atribuições dos órgãos colegiados**

O Conselho Superior - CONSUP é o órgão decisório máximo da PIB e sua atribuição fundamental é zelar pela qualidade e excelência dos serviços acadêmicos prestados, deliberar e normatizar as matérias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, além de garantir o cumprimento das disposições regimentais, bem como assegurar os objetivos e finalidades da Instituição.

O CONSUP é composto pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Diretor Administrativo Financeiro;
- Representante dos Coordenadores dos Cursos de Graduação;

- Representante dos Coordenadores de Curso de Pós-Graduação;
- Coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa;
- Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- Secretário(a) Geral;
- Representante dos(as) professores(as) eleito pelos seus pares;
- Representante da mantenedora;
- Representante do corpo discente, escolhido pela organização estudantil, com mandato anual, permitindo uma única recondução;
- Representante da Sociedade Civil, convidado pela Diretoria Geral;
- Representante do corpo técnico-administrativo.

O Conselho Superior – CONSUP possui as seguintes atribuições:

- estabelecer o planejamento geral das atividades acadêmicas e de ensino, zelar pelo seu cumprimento e pela qualidade dos serviços prestados pela instituição;
- zelar pelo fiel cumprimento da legislação que rege o ensino superior;
- aprovar a criação de novos cursos de graduação, a alteração de currículos dos cursos ofertados e sua eventual desativação;
- aprovar a criação de cursos de pós-graduação;
- aprovar o Regimento Interno da Faculdade e suas eventuais alterações, de acordo com a legislação e normas gerais aplicáveis;
- apreciar eventuais recursos de docentes;
- deliberar em instância interna final sobre eventuais recursos de discentes sejam de ordem acadêmica, disciplinar ou outra;
- aprovar o Calendário Acadêmico;
- deliberar sobre outras matérias não especificadas e que requeiram apreciação do CONSUP.

Além dos órgãos executivo e complementar de que trata o Regimento da IES, podem ser criados outros, nestas mesmas categorias, a juízo da Diretoria Geral, com aprovação da Entidade Mantenedora. A vinculação dos órgãos de que trata a estrutura organizacional da IES, é definida pela Diretoria Geral, aprovada pelo CONSUP.

Em razão do disposto na Lei 10.861 de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão de Avaliação Institucional da IES é constituída de forma a atender os pressupostos da lei, denominando-se Comissão Própria de Avaliação - CPA.

O mandato dos representantes constantes no Colegiado de Curso e Comissão Própria de Avaliação é de dois anos, vencendo-se sempre no mês de março, nos anos ímpares, sendo permitida a recondução.

A gestão do Curso é colegiada e tem como atribuição acompanhar a coordenação didático-pedagógica do mesmo. O Colegiado de Curso é constituído de três docentes que ministram disciplinas distintas do currículo do curso, pelo Coordenador de Curso e um representante do corpo discente. Os docentes terão mandato de um ano, com direito a recondução, e são nomeados pelo Diretor Geral, sendo dois deles por indicação deste e um por indicação de seus pares. O representante do corpo discente deve ser acadêmico do curso, indicado por seus pares para mandato de um ano, com direito a recondução. Compete ao Colegiado de Curso:

- manifestar-se sobre a matriz curricular elaboradas pelo NDE, observando suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias, bem como as adequações do Projeto Pedagógico de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e submetê-las ao Conselho Superior;
- promover a avaliação do curso em consonância com as orientações da CPA (Comissão Própria de Avaliação) e das diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações curriculares, mediante requerimento dos interessados, conforme prazos estabelecidos pelo calendário acadêmico;
- colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- aprovar, juntamente com o NDE as normas dos Estágios Curriculares e do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) (se for o caso) e submetê-las à aprovação do Conselho Superior, por meio das vias regulamentadas;
- propor o desenvolvimento de atividades voltadas à formação continuada de professores(as) e à discussão dos aspectos didático-pedagógicos do curso;
- apreciar os projetos de ensino, pesquisa e extensão apresentados pelos docentes do curso, para posterior encaminhamento às instâncias superiores;
- exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso, designado pelo Diretor Geral, dentre os professores(as) do curso, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido. Em suas faltas ou impedimentos, o Coordenador de Curso é substituído por professor do curso, designado pelo Diretor Geral.

O Colegiado de Curso reúne-se em sessão ordinária bimestralmente e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador de Curso, ou por convocação de 2/3 (dois

terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados que, são lavrados em atas.

O NDE tem a composição definida nos termos da Portaria do Diretor Geral que designou os respectivos membros e é presidido pelo respectivo Coordenador do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE - é um órgão vinculado ao Colegiado de Curso, encarregado de zelar pelo cumprimento do projeto pedagógico do Curso e pela observância das diretrizes educacionais emanadas dos órgãos responsáveis pela educação superior no país, conforme regulamento próprio.

Constitui-se de grupo de docentes, com atribuições de acompanhamento do processo de concepção, consolidação e atualização contínua do projeto pedagógico dos cursos, bem como zelar pela observância das diretrizes educacionais emanadas dos órgãos responsáveis pela educação superior no país. Atua em observância às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Superior.

Na PIB o NDE é composto por 05 (cinco) professores(as) pertencentes ao corpo docente do curso, sendo seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto-sensu e, todos devem ser contratados em regime parcial ou integral. Compete a ele, o apoio e em parceria ao Colegiado do Curso, além de outras decorrentes de sua finalidade:

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar o incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas da necessidade da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas a área do conhecimento;
- zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação.

### **5.3. Aspectos Financeiros e Orçamentários**

Os investimentos da IES são planejados com base nos cronogramas de necessidades de instalações físicas, aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos, ampliação e atualização do acervo bibliográfico e outros materiais permanentes, atendendo prioritariamente, às demandas acadêmicas.

### **5.3.1. Políticas de Sustentabilidade Financeira**

Os percentuais das despesas de custeio e dos investimentos, sobre a receita total, sinalizam um desempenho orçamentário equilibrado e resultados financeiros positivos, que irão possibilitar as aplicações na expansão das edificações, instalações, laboratórios, acervo bibliográfico e informática (equipamentos e softwares).

O preço dos serviços educacionais e as relações entre a Mantenedora, a PIB e o estudante (ou seu responsável juridicamente), são fixados em contrato de prestação de serviços educacionais, elaborado na forma da lei e firmado entre as partes, no ato da matrícula em cada período letivo.

A maior parte das receitas previstas no orçamento é oriunda destes contratos, ou seja, dos pagamentos de mensalidades pelos estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação. Este condicionante orçamentário é que, via de regra, influencia severamente o planejamento, indicando para uma gestão financeira que privilegie as atividades acadêmicas, orientando para a auto sustentabilidade.

Os recursos financeiros gerados pela instituição são utilizados na própria instituição e, seus resultados são nela aplicados, para a garantia da sua sustentabilidade e crescimento institucional.

A PIB buscará atender as necessidades indicadas pela comunidade acadêmica, dentre as quais destacam-se as alocações orçamentárias, realizadas por meio das políticas institucionais que buscarão a evolução patrimonial de acordo com o Plano de Metas e Ações definido no PDI.

A PIB manterá absoluto controle orçamentário e financeiro sem descuidar dos investimentos destinados à capacitação de docentes e do corpo técnico-administrativo e em sua infraestrutura. O PDI e os demonstrativos financeiros estarão alinhados com as políticas para aquisição de equipamentos e expansão do espaço físico, a fim de manter a adequação dos softwares de ensino, pesquisa e extensão.

A administração financeira terá como principais objetivos:

- Seguir o orçamento previsto para o processo de análise do plano de metas, visando ser referência para medição das atividades e tomadas de decisões, a fim de realizar investimentos, gerando melhorias para os cursos ofertados;
- Estabelecer instrumentos e políticas de análise financeira e orçamentária para sustentação dos cursos, ampliação de recursos financeiros.

A gestão financeira terá como metas:

- Criar orçamentos anuais para a gestão da instituição;
- Aperfeiçoar os instrumentos de gestão financeira, a fim de melhorar a análise de viabilidade dos produtos ofertados;

- Realizar acompanhamento mensal e anual do orçamento da instituição.

A principal fonte de recursos financeiros da PIB será a receita das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão e cursos livres. As despesas serão destinadas para o custeio básico da PIB: capacitação de pessoal, manutenção e adequação da estrutura física em padrão de excelência. A previsão de receita é baseada na expectativa de estudantes ingressantes versus valor da mensalidade de cada curso (graduação, pós-graduação, extensão e livres. Da mesma forma, as despesas, custos e investimentos serão estipulados conforme manutenção/aquisição da estrutura proposta pela PIB.

Com visão gerencial, a PIB possuirá um departamento financeiro estruturado em conjunto com a mantenedora, com colaboradores capacitados e com grande experiência profissional, que baseiam seus procedimentos em políticas internas, processos e sistemas, capazes de certificar que a operação das obrigações tributárias e legais sejam entregues nos prazos estabelecidos. Os registros financeiros, econômicos e legais serão efetuados por sistemas informatizados e a Instituição possuirá controles internos para acompanhamento de todas as atividades financeiras.

### **5.3.2. Mecanismo de definição do Orçamento da PIB**

A proposta orçamentária na PIB é anualmente elaborada para o ano seguinte, sob a responsabilidade da Diretoria Geral da IES e com a participação dos diversos setores da Instituição. Este PDI é a referência para a definição orçamentária anual, o que garante a sintonia desse documento com as metas e ações efetivamente executadas durante o ano pelos diversos setores da instituição.

Aprovada previamente, a proposta orçamentária garante o exercício das atividades da Instituição com autonomia, uma vez que as discussões e aprovações prévias do custeio, das despesas e dos investimentos se dão ao final de cada ano pela Mantenedora, para o ano letivo subsequente, possibilitando a correta administração dos recursos. Assim, após consolidados e aprovados, os orçamentos são disponibilizados e passam a fazer parte das rotinas institucionais.

A mantenedora usará sistemas para análise e gestão da informação desenvolvidos para atender todos os itens de gestão do negócio e auxiliar nas análises da produtividade, desempenho e custos da operação. Essas ferramentas permitirão a análise do orçamento anual, valores disponíveis e valores gastos mensalmente, podendo assim contribuir para a tomada de decisão.

O acompanhamento e desenvolvimento da gestão administrativa e acadêmica da Instituição, será baseado no orçamento anual, sendo dividido por cursos. O processo de construção do orçamento contará com a participação dos gestores dos diversos níveis da estrutura organizacional, prevendo as receitas, despesas e investimentos necessários para o ano, sempre tendo como foco atender as necessidades apontadas pela comunidade acadêmica e ou definidas no PDI e PPC. Além da criação e acompanhamento do orçamento, serão realizadas reuniões de

acompanhamento dos indicadores mensais, nas quais será discutido o desempenho da PIB, com o objetivo de manter todos os gestores alinhados sobre os novos desafios e também o andamento dos objetivos para o referido ano.

Na elaboração do orçamento serão consideradas as análises do relatório de avaliação interna, que terão a ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas

A comunidade interna será capacitada para a gestão de recursos e tomada de decisões orientadas pelo orçamento institucional.

### **5.3.3. Políticas de Alocação de Recursos**

Os recursos para o custeio são alocados prioritariamente para os recursos humanos, capacitação de pessoal, pesquisa e extensão, iniciação científica, materiais para laboratórios e demais atividades educacionais da Instituição.

O custeio do pessoal docente é planejado a partir da oferta dos cursos para o ano letivo seguinte, considerando as matrizes curriculares e a respectiva carga horária para oferta das disciplinas, a partir das pesquisas e dos projetos de extensão e de iniciação científica aprovados, da pós-graduação, dos cursos e disciplinas em ofertas especiais e das demais demandas acadêmicas, permitindo uma adequada alocação de recursos.

Os recursos para fazer face às despesas com o pessoal técnico administrativo são planejados e alocados a partir das demandas de apoio às atividades acadêmicas e das demandas decorrentes das necessidades administrativas, de controles e de segurança da Instituição. Da mesma forma, a alocação de recursos para as demais despesas e custeio (material de expediente, material para laboratórios, material de limpeza, manutenção e conservação etc.) é efetuada com base no planejamento que considera as demandas apresentadas pelos respectivos setores.

Quanto aos investimentos, os recursos são prioritariamente dirigidos para aqueles destinados à expansão do acervo bibliográfico, dos laboratórios, das edificações e instalações, dos equipamentos para as atividades fim e de apoio e suporte estrutural ao desempenho acadêmico.

A alocação dos recursos, depois de conciliados os orçamentos, passa pela avaliação e aprovação da Diretoria, onde é verificada a coerência, a aplicabilidade e, especialmente, o equilíbrio entre as racionalidades acadêmica, administrativa e financeira, sendo em seguida submetidos à aprovação da Mantenedora.

#### **5.3.3.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão**

A alocação dos recursos para o ensino, como já informado anteriormente, toma como base a projeção do custeio com as atividades de ensino, para oferta dos cursos, programas e projetos planejados para o ano seguinte pelo setor acadêmico.

Os recursos para pesquisa constam do planejamento institucional e os projetos de pesquisas decorrem de proposições apresentadas pelo corpo docente da IES, em consonância com as linhas de pesquisas institucionais.

Os projetos são submetidos à apreciação da Diretoria e, depois de aprovados, são incluídos no orçamento para o recebimento dos recursos específicos para cada um deles.

Os projetos que têm sua sustentabilidade assegurada por convênios/contratos com entidades externas são considerados extra orçamentários e não integram o orçamento anual da IES. Nas ações de extensão a prática é semelhante.

#### **5.3.3.2. Capacitação de Pessoal**

As Coordenadorias de Curso definem suas necessidades e prioridades para capacitação do pessoal docente, a cada ano letivo. Trata-se dos docentes que vão cursar pós-graduação em outras instituições ou nos cursos oferecidos no própria IES.

Incluem-se ainda na previsão os recursos destinados a cursos de menor duração, participação em eventos e outras atividades que também caracterizam a capacitação docente.

Na peça orçamentária há um programa próprio para Capacitação Docente, no qual tais previsões de recursos são alocadas, seguindo o trâmite normal até sua aprovação.

Para a capacitação de pessoal técnico-administrativo, são alocados recursos no Departamento de Gestão de Pessoas, para demandas por ela constatadas ou encaminhadas.

#### **5.3.3.3. Manutenção de Instalações e Equipamentos**

Como em outras despesas, a definição e alocação de recursos destinados à manutenção de instalações e equipamentos decorrem do planejamento de cada setor, com base nos dados obtidos no setor administrativo-financeiro, nas atividades desenvolvidas pela IES, especialmente, nos seus setores operacionais de manutenção e conservação.

A alocação de recursos é realizada tomando-se os dados acima mencionados, ajustando-os proporcionalmente ao crescimento da estrutura física e especificidade das instalações e equipamentos.



Obras especiais, excetuadas as manutenções rotineiras, têm suas necessidades definidas e apropriadas separadamente ouvido o setor acadêmico, em conjunto com setor administrativo e financeiro, sendo devidamente contempladas no planejamento do respectivo ano.

#### **5.3.3.4. Metas e Ações Financeiras**

As Metas para o período deste PDI são:

- buscar fontes de fomento, além das oriundas da Mantenedora, para atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- criar condições de viabilidade financeira e adequação às políticas e diretrizes institucionais de planos, programas e projetos educacionais de cada curso;
- aperfeiçoar constantemente o processo na elaboração do orçamento participativo;
- garantir a alocação de recursos financeiros para capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

As Ações para o período deste PDI são:

- controlar a aquisição de bens patrimoniais, otimizando e racionalizando a utilização dos bens existentes, evitando duplicações;
- criar mecanismos para garantir a participação regular dos docentes, discente e pessoal administrativo em eventos científicos e técnico profissional relevante;
- desenvolver parcerias entre a PIB e a comunidade empresarial com vista à angariação de meios financeiros adicionais;
- realizar inventários e regulamentar a depreciação de equipamentos.

#### **5.3.3.5. Estratégias de Gestão Econômico-financeiras**

O orçamento plurianual da PIB é elaborado sob a responsabilidade da Diretoria em conjunto com os setores acadêmico, administrativo e financeiro, após levantamento das receitas e demandas de custeio, despesas e investimentos, com base nos planos e programas, diretrizes, metas e ações que integram este PDI, coma participação de representante da Entidade Mantenedora.

O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita, do custeio e das despesas são monitorados pela Diretoria Geral e pela Mantenedora, por meio dos

relatórios de acompanhamento efetuados pelos setores financeiros, contábil e administrativo da Instituição.

Os ajustes e as adequações nas despesas e nos investimentos são promovidos sempre que necessários, em decorrência do dinamismo e flexibilidade exigidos à gestão dos recursos. A estreita colaboração entre a Mantenedora e a Mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilita a promoção das atividades e o atendimento das demandas no que refere aos aspectos financeiros e orçamentários.

Para este PDI, foram levantados os compromissos assumidos pela melhoria contínua do ensino e pela expansão das vagas, através de novos cursos de bacharelados, na implantação e no desenvolvimento das funções de pesquisa e extensão e nos cursos e programas de pós-graduação (lato sensu), além da atualização tecnológica dos equipamentos e softwares de informática e de tecnologia educacional e na ampliação e atualização do acervo da biblioteca.

A gestão dos recursos é de responsabilidade da Diretoria, que a cada final de exercício (ano letivo) apresenta contas à Mantenedora por meio dos relatórios anuais.

#### **5.3.3.6. Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução**

O planejamento econômico-financeiro foi elaborado com base nos critérios apresentados, resultando as previsões orçamentárias e os cronogramas de execução a seguir apresentados.

A receita tem por fonte principal as mensalidades escolares, onde são apresentados todos os cursos de graduação e pós-graduação da Instituição, com os respectivos valores de mensalidade e quantidade de estudantes de todo o período previsto neste PDI.

Além das receitas com mensalidades dos cursos de graduação e de pós-graduação, a Instituição conta ainda com a receita proveniente das Taxas de Matrículas, Inscrições, Convênios e Outras Receitas, onde também são demonstradas as Bolsas de Estudos e a Inadimplência para graduação e para a pós-graduação, sendo que a evasão já considerada (deduzidas) diretamente nas matrículas totais de cada ano.

Os valores são planejados com base na remuneração do pessoal docente e do pessoal técnico-administrativo, aprovados pela Mantenedora. À remuneração são acrescidos os encargos sociais e trabalhistas.

As atividades institucionais demandam recursos para o custeio e para as despesas operacionais e de manutenção da infraestrutura, sendo estas representadas na planilha orçamentária.

Os resultados positivos, entre a receita total e as despesas e custeio, são aplicados em investimentos, na forma especificada neste plano.

Os investimentos em biblioteca, laboratórios (máquinas e equipamentos) e informática (atualização tecnológica e ampliação de hardware e software para os laboratórios de informática), são prioritários para a Instituição.

Todos os investimentos são realizados com recursos alocados a partir dos resultados financeiros apurados ano a ano, como se infere nos demonstrativos apresentados. A Mantenedora, na eventualidade de resultados anuais desfavoráveis, garantirá os investimentos necessários ao desenvolvimento e crescimento institucional.

Em conclusão, a PIB reúne condições financeiras adequadas para os cursos, programas e projetos a que se propõe, restando ainda, ao final de cada exercício um saldo positivo que é destinado à formação de um prudente fundo de reserva, administrado pela Mantenedora, para garantia institucional.

O planejamento financeiro e orçamentário para o período 2024-2028, com vistas ao desenvolvimento institucional, pode ser observado no Quadro seguinte.

## Quadro 12 – Planejamento Orçamentário

Demonstrativo Financeiro	2024	2025	2026	2027	2028
<b>RECEITAS</b>	<b>R\$ 741.150,00</b>	<b>R\$ 1.852.753,50</b>	<b>R\$ 2.627.255,25</b>	<b>R\$ 2.627.255,25</b>	<b>R\$ 2.627.255,25</b>
Anuidade/Mensalidade(+) GH e Pós	915.000,00	2.287.350,00	3.243.525,00	3.243.525,00	3.243.525,00
Bolsas(-)	- 100.650,00	- 251.608,50	- 356.787,75	- 356.787,75	- 356.787,75
Diversos(+)	-	-	-	-	-
Financiamento(+)	-	-	-	-	-
Inadimplência(-)	- 73.200,00	- 182.988,00	- 259.482,00	- 259.482,00	- 259.482,00
Serviços(+)	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS</b>	<b>- 1.167.540,00</b>	<b>- 1.782.415,00</b>	<b>- 2.416.404,00</b>	<b>- 2.493.980,93</b>	<b>- 2.579.998,01</b>
Acervo Bibliográfico(-)	- 4.790,00	- 7.185,00	- 9.580,00	- 9.580,00	- 9.580,00
Aluguel(-)	-	-	-	-	-
Despesas Administrativas(-)	- 325.000,00	- 351.000,00	- 386.100,00	- 424.710,00	- 467.181,00
Encargos(-)	- 259.350,00	- 414.050,00	- 571.935,00	- 585.448,50	- 600.313,35
Equipamentos(-)	- 110.400,00	- 22.080,00	- 22.080,00	- 22.080,00	- 22.080,00
Eventos(-)	- 10.000,00	- 10.700,00	- 11.449,00	- 12.250,43	- 13.107,96
Investimento (compra de imóvel) (-)	-	-	-	-	-
Manutenção(-)	- 96.000,00	- 105.600,00	- 116.160,00	- 127.776,00	- 140.553,60
Mobiliário(-)	- 120.000,00	- 36.000,00	- 36.000,00	- 36.000,00	- 36.000,00
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	- 48.000,00	- 55.200,00	- 63.480,00	- 73.002,00	- 83.952,30
Pagamento Professores(-)	- 416.000,00	- 832.000,00	- 1.248.000,00	- 1.248.000,00	- 1.248.000,00
Pesquisa e Extensão(-)	- 10.000,00	- 11.000,00	- 12.100,00	- 13.310,00	- 14.641,00
Treinamento(-)	- 8.000,00	- 9.600,00	- 11.520,00	- 13.824,00	- 16.588,80
<b>RESULTADO</b>	<b>- 426.390,00</b>	<b>70.338,50</b>	<b>210.851,25</b>	<b>133.274,32</b>	<b>47.257,24</b>

## **6. INFRAESTRUTURA FÍSICA**

A PIB apresenta instalações físicas adequadas às suas necessidades e terá em seu quadro de funcionários pessoal especializado para os serviços de limpeza e manutenção (instalações elétricas e hidráulicas) e conservação. Somente alguns serviços de maior porte são feitos de forma terceirizada, na medida da necessidade.

A PIB possui instalações físicas adequadas, contando com mobiliário novo e padronizado, com a presença de computadores para consulta à Internet, sala de reunião adequada e arejada e uma boa infraestrutura de apoio discente (Secretaria Acadêmica, Coordenação de Curso e Biblioteca), sala de professores, salas de aula, auditório, laboratórios de Ensino e de Habilidades, área de alimentação e de convivência. Os corredores e áreas livres serão sistematicamente limpos, bem como as instalações sanitárias, que serão destinadas tanto ao corpo docente como aos estudantes e funcionários, de fácil acesso e compatíveis com o número dos usuários.

Toda a estrutura é adaptada a portadores de necessidades especiais, incluindo sanitários e estacionamento. Além disso, a IES conta com um sistema interno de monitoramento de câmeras.

### **6.1. Instalações Administrativas**

As instalações administrativas são compostas por salas de Diretoria (Geral e Acadêmica), Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Sala do Núcleo Docente Estruturante, Sala da Comissão Própria de Avaliação, Sala de Professores(as), Sala de Reuniões, Gabinetes de Trabalho dos docentes em tempo integral, entre outros órgãos de apoio financeiro, contábil, marketing, recursos humanos, tecnologia.

Os ambientes são avaliados através do plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, que proporcionam o controle de danos e a manutenção preventiva da infraestrutura.

### **6.2. Políticas para Infraestrutura**

A PIB tem por política oferecer modernidade e funcionalidade em relação à infraestrutura, proporcionando à comunidade acadêmica maior conforto e eficiência na execução das propostas pedagógicas.

Os equipamentos são atualizados em função das necessidades dos cursos e do avanço tecnológico. A manutenção preventiva dos equipamentos é realizada através de técnicos contratados pela instituição e a corretiva é terceirizada a empresas especializadas.

A construção dos prédios e instalações é realizada por empresas de comprovada competência. A manutenção e conservação das instalações físicas são terceirizadas, sendo realizadas por empresas especializadas.

A PIB tem como políticas balizadoras da gestão da infraestrutura:

- adequação da infraestrutura aos padrões de qualidade definidos para as diversas áreas de atuação da PIB;
- processos e procedimentos de gestão que proporcionem o uso adequado e racional da infraestrutura;
- pronta disponibilidade da infraestrutura necessária, assegurando as condições de trabalho e as demandas da expansão;
- não duplicação da infraestrutura para o mesmo fim;
- manutenção regular e constante.

### 6.3. Espaços físicos que compõe a instituição

**Quadro 13 – Infraestrutura PIB**

Infraestrutura	Quantidade
Auditório	1
Biblioteca	1
Biblioteca – Sala de Estudo em Grupo	3
Biblioteca – Baías de Estudo Individual	4
Copa (funcionários e alunos)	1
Depósito	1
DML – Limpeza	1
Espaço da Direção Geral	1
Espaços para atendimento aos discentes	1
Gabinete – Coordenação de Curso	1
Gabinetes - Espaço de trabalho para docentes em Regime de Tempo Integral (RTI)	3
Instalações sanitárias (Sanitário Masculino, Feminino, PNE, Familiar/Fraldário)	6
Laboratório de Informática	1
Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) e de Estágio	1

Núcleo Docente Estruturante (NDE)	1
Ouvidoria	1
RAK – Sala composta por RAK -Central de Internet e Conexões	1
Recepção	1
Sala da CPA	1
Sala de Aula	4
Sala de Reuniões	1
Sala de TI	1
Salas de Professores	1
Secretaria acadêmica e financeiro	1
<b>TOTAL</b>	

#### 6.4. Adequação da Infraestrutura para a alunos com necessidades especiais

A PIB– como uma IES comprometida com o atendimento igualitário a todos os públicos, em consonância com a Política Institucional de Inclusão, desenvolve ações voltadas ao programa de gestão da diversidade, para inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD) e Mobilidade Reduzida, o que se faz presente desde a recepção de alunos, acolhimento e permanência.

As ações realizadas e perseguidas pautam-se em seis dimensões de acessibilidade: arquitetônica; comunicacional; atitudinal; metodológica; instrumental; e programática.

Tendo em vista essa orientação, a IES promove a capacitação das equipes de atendimento para que estejam aptas a evitarem situações de constrangimento, discriminação, assédio moral, entre outros. A adequação do projeto arquitetônico, as modificações das instalações físicas e estruturais, a capacitação dos funcionários, a aquisição de equipamentos para atender às necessidades de cada especificidade, a aquisição de mobiliários e placas, a adequação da lanchonete e demais necessidades têm sido estudadas e trabalhadas em cada etapa do processo, para suas viabilidades de execução.

Os objetivos contidos na proposta de trabalho para a concepção de espaço inclusivo, são:

- orientação técnica para a elaboração de um programa de gestão da diversidade voltado para a inclusão de PcD na PIB;
- avaliação técnica e diagnóstica para detectar os pontos fortes da instituição para seu melhor aproveitamento e mapeamento das adequações necessárias à acessibilidade de PcD;
- orientação técnica para ações que visem a acessibilidade dos ambientes e dos recursos de uso coletivo em acordo com os seus parâmetros de acessibilidade e em consonância com as determinações técnicas e legais;

- orientação técnica para a divulgação do programa para o público alvo;
- orientação técnica no investimento de equipamentos e serviços necessários à acessibilidade e inclusão das PcD, evitando custos e despesas desnecessários;
- orientação técnica e sugestões para promover acessibilidade no atendimento e aos eventos ligados aos cursos e atividades da instituição;
- assessoria técnica nas questões e dúvidas pertinentes à inclusão de PcD levantados pelos profissionais da PIB;
- participação das reuniões da comissão de acessibilidade para esclarecer dúvidas ou levantar questionamentos sobre propostas ou ações incoerentes com a gestão da diversidade, acessibilidade e inclusão;
- orientações para melhor aproveitamento dos recursos humanos e instrumentais da PIB para melhorar o atendimento e aumentar o número de alunos com deficiência;
- coordenação da capacitação dos profissionais para gestão, atendimento e convivência em espaços inclusivos;
- acompanhamento da adequação dos espaços para que sejam totalmente acessíveis, tendo como norteador os princípios da convenção da ONU de direito das pessoas com deficiência e o desenho universal.

Mais do que oferecer acessibilidade às instalações da PIB para os alunos(as) em condições iguais aos(as) demais alunos(as), no que diz respeito ao atendimento e à qualidade de ensino, busca-se fomentar sua autonomia plena. Para tanto, as instalações são adaptadas para assegurar prioridades na integração da pessoa com necessidades especiais, garantindo-lhe o acesso autônomo, o ingresso e permanência em todos os serviços e instalações da PIB.

Para os espaços físicos existentes e para o projetado, as instalações especiais da PIB oferecem:

- rampas com corrimão e/ou elevadores que permitem o acesso do estudante aos espaços de uso coletivo;
- rampas com corrimão e/ou elevadores que permitem o acesso do estudante às salas de aula/laboratórios;
- vagas em estacionamento dentro e nas proximidades da PIB;
- banheiros adaptados, com portas largas, barras de apoio e espaço suficiente que permitem o acesso de cadeira de rodas;
- bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;
- equipamentos de leitura para deficientes visuais.



## 6.5. Acessibilidade

Assim, a Instituição assegura às pessoas com deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, garantindo mobilidade e utilização de equipamentos e instalações em suas instalações, tendo como referência a NBR 9050 de setembro/99, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas com Deficiências, no que diz respeito a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

Nos termos do Art. 16, inciso VII, alínea “c” do Decreto nº 5.773/2006 e Decreto nº 5.296/2004, a instituição assegura:

**I - Aos estudantes com deficiência física** - a IES tem o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- salas de aulas e laboratórios adaptados para usuários de cadeira de rodas;
- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- adaptação de portas com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- instalações sanitárias adaptadas, incluindo pias, saboneteiras e porta-papéis em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos sanitários;
- instalação de lavabos, bebedouros, telefones públicos e lixeiras em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- terminais de autoatendimentos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

**II - Aos estudantes com deficiência visual** - a IES tem o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- gravador e fotocopidora que amplie textos;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela;
- equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;

- lupas, régua de leitura;
- scanner acoplado ao computador;
- plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

**III - Aos estudantes com deficiência auditiva:** a IES tem o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- sempre que necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- materiais de informações aos professores(as) para que se esclareça a especificidade linguística dos deficientes auditivos,

Além dos itens citados, a PIB tem por compromisso oferecer capacitação em libras para docentes e colaboradores do corpo técnico-administrativo.

#### **6.6. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral**

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) conta com espaço de trabalho para docentes em tempo integral (RTI) refere-se ao ambiente e às condições de trabalho disponibilizadas aos professores que dedicam sua jornada de trabalho integralmente ao ensino e à pesquisa. Esse espaço de trabalho é essencial para que os docentes possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e produtiva. Aqui estão alguns aspectos importantes relacionados ao espaço de trabalho para docentes em tempo integral que foram consideradas na PIB:

- **Localização física:** A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) possui salas compartilhadas para professores em tempo integral que podem ser utilizadas conforme necessidade. Esses espaços estão localizados no campus da IES para facilitar o acesso aos recursos acadêmicos, demais docentes e coordenação do curso e alunos.
- **Recursos de pesquisa:** Os docentes em tempo integral, assim como os demais docentes, possuem acesso a biblioteca virtual, laboratórios, equipamentos e recursos de pesquisa relevantes para suas áreas de atuação. Para a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) o acesso a esses recursos é fundamental para a condução do trabalho docente de alta qualidade.

- **Tecnologia e conectividade:** É importante que os docentes tenham acesso a tecnologia atualizada, como computadores, acesso à internet de alta velocidade e software relevante para suas atividades de ensino e pesquisa. Isso facilita o desenvolvimento da criação das aulas e a comunicação com alunos e colegas.
- **Espaço para reuniões e interação:** Além dos espaços de trabalho individuais, há área comum onde os docentes possam se reunir, interagir e colaborar. Sala de reunião própria para tal setor.
- **Apoio administrativo:** Os docentes em tempo integral contam com o apoio de assistentes administrativos para ajudar na gestão de tarefas burocráticas, como agendamento de reuniões, preparação de documentos e comunicação com outros departamentos. A recepção da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) é responsável pela agenda das salas e o apoio técnico administrativo da sala de professores pelo suporte técnico.
- **Condições ergonômicas:** O ambiente de trabalho é confortável e ergonomicamente adequado sendo considerado como condição essencial para a saúde e o bem-estar dos docentes. Isso inclui cadeiras e mesas ajustáveis, boa iluminação e acomodações para acomodar longas horas de trabalho.
- **Apoio para desenvolvimento profissional:** A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB), através de seu NUPED, oferece apoio para o desenvolvimento profissional dos docentes, incluindo a oportunidade de participar de conferências, workshops e cursos de atualização.
- **Flexibilidade de horário:** Embora os docentes em tempo integral tenham uma carga de trabalho significativa, a flexibilidade de horário é valorizada, permitindo que eles organizem seu tempo de trabalho de acordo com suas necessidades de ensino, pesquisa e vida pessoal.
- **Acesso a serviços de saúde e bem-estar:** A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) oferece serviços de saúde mental e física para apoiar o bem-estar dos docentes, reconhecendo as pressões e desafios da profissão acadêmica. O NAP auxilia os docentes quanto a aplicação de metodologias e apoios psicopedagógicos aos alunos com deficiências ou condições neurológicas que demandem de adequação ao formato com que as atividades acadêmicas são desenvolvidas.

Esses são alguns dos aspectos que compõem o espaço de trabalho para docentes em tempo integral na FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB). Um ambiente de trabalho adequado e apoiador é fundamental para que os professores possam desempenhar um papel eficaz no ensino e na pesquisa em uma instituição acadêmica.

A sala de professores em tempo integral ocupa um espaço dividido em 5 salas individuais e um espaço para atendimento, o espaço conta com iluminação adequada, ventilação e mobiliário

ergonômico. Possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados: Computadores, acesso à internet, impressora. A sala de atendimento garante privacidade para utilização dos recursos para o atendimento a discentes e orientandos.

Ambos os formatos dispõem de local para guarda de material e equipamentos pessoais, assim como da adequada infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento das atividades.

### **6.7. Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso**

O espaço de trabalho para a coordenação de curso na FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) desempenha um papel crucial na administração eficaz do programa acadêmico. Aqui estão alguns aspectos importantes relacionados ao espaço de trabalho para o coordenador do curso considerados pela IES:

- **Escritório de Coordenação:** O coordenador do curso possui uma sala dedicada localizada convenientemente dentro da instituição. Este escritório serve como base de operações para todas as atividades de coordenação.
- **Localização Central:** A sala do coordenador do curso está situada em um local central no campus, de modo que seja facilmente acessível para os estudantes, professores e membros da administração.
- **Espaço para Reuniões:** Há uma sala de reuniões ou uma área de conferência para que o coordenador possa receber professores, alunos e outros funcionários para discussões, orientações e reuniões de equipe.
- **Recursos Tecnológicos:** O coordenador possui acesso a recursos tecnológicos, como computadores, impressoras, telefones e conexão à internet de alta velocidade, para fins de comunicação e gestão administrativa.
- **Apoio Administrativo:** Possui serviço secretariado, compartilhado com os demais cursos da IES, para ajudar na gestão de tarefas burocráticas, como agendamento de reuniões, processamento de documentos e comunicação com outros departamentos, é essencial para eficiência.
- **Acesso a Dados e Informações:** O coordenador do curso possui acesso a sistemas de informação e bases de dados relevantes para monitorar o progresso acadêmico dos estudantes, gerenciar as competências e habilidades necessárias ao egresso e acompanhar o desempenho do curso (sistema acadêmico JACAD).
- **Biblioteca e Recursos de Referência:** O coordenador do curso possui acesso a uma biblioteca ou recursos de referência é importante para pesquisa e consulta, permitindo ao coordenador manter-se atualizado sobre tendências e desenvolvimentos na área do curso.

- **Espaço de Trabalho Organizado:** O espaço de trabalho é organizado e funcional, com áreas designadas para materiais administrativos.
- **Confidencialidade e Privacidade:** O coordenador do curso possui garantias de privacidade e confidencialidade para lidar com informações sensíveis dos estudantes, como registros acadêmicos e questões disciplinares.
- **Espaço para Feedback e Sessões de Orientação:** O coordenador possui à sua disposição espaço dedicado para atender estudantes em sessões individuais de orientação, consultas ou feedback acadêmico.
- **Acessibilidade:** O espaço de trabalho do coordenador é acessível à pessoa com deficiência, garantindo que todos os alunos tenham acesso igual às consultas e ao suporte.
- **Apoio à Tomada de Decisões:** A presença de ferramentas de análise de dados, como relatórios de desempenho do curso, relatórios de autoavaliação servem para ajudar a coordenação a tomar decisões informadas para melhorar o programa acadêmico.

O espaço de trabalho para a coordenação do curso desempenha um papel central na administração eficaz do programa acadêmico, facilitando a comunicação, o gerenciamento de dados e a tomada de decisões informadas para melhorar a qualidade do ensino e do aprendizado.

O espaço de trabalho destinado ao coordenador do curso é projetado para atender às necessidades acadêmicas e administrativas de maneira eficaz, proporcionando um ambiente equipado com os recursos adequados. Além disso, ele oferece a capacidade de atender tanto individualmente quanto em grupos, garantindo a privacidade necessária.

O ambiente está equipado com uma infraestrutura tecnológica avançada que permite uma variedade de abordagens de trabalho. Não apenas a sala da coordenação, mas também a sala de atendimento ao discente oferece a capacidade de realizar atendimentos em grupo com total privacidade, graças à sua infraestrutura tecnológica diferenciada, que suporta diversas modalidades de trabalho.

## **6.8. Espaços para atendimento aos discentes**

Além de concentrar as salas para docente de dedicação integral e coordenação dos cursos, o edifício da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB comporta espaços para atendimento aos discentes. Existem salas para acolhimento individual devidamente equipadas com mesa, cadeiras, armários para a guarda de material e pertences pessoais, telefone, acesso à internet por wifi, sistema de ar-condicionado, um computador com os softwares necessários.

Estes locais estão destinados a conversas de teor acadêmico com os docentes das diversas disciplinas e esclarecimento de dúvidas ou às sessões de mentoria, apontadas como um dos

diferenciais da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB. O sistema de tratamento acústico garante a confidencialidade dos conteúdos ali tratados. Outros elementos que merecem destaque são: limpeza, iluminação natural e artificial, acessibilidade, conservação, conforto, segurança e comodidade.

Por essas características, é possível afirmar que os espaços para atendimento aos discentes possibilitam a implementação de variadas formas de atendimento visando atender às necessidades institucionais e a acessibilidade, considerando a sua adequação às atividades.

Como os demais ambientes da IES, esse espaço também conta com plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, o que permitirá que possamos fornecer um serviço de alta qualidade aos alunos.

#### **6.9. Espaços de convivência e de alimentação**

Os espaços de convivência e de alimentação da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB atendem às necessidades institucionais e ao número de vagas previsto, considerando a sua adequação às atividades. Possui mesas e espaços amplos -que favorecem a integração dos alunos dos diversos cursos- e tem capacidade para receber pessoas confortavelmente sentadas.

Vale ressaltar que o espaço é dotado de acessibilidade e possuem planos de avaliação periódica, com a respectiva dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a previsão de serviços variados e adequados.

#### **6.10. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA**

Dada a natureza e importância de seu trabalho para o incremento da qualidade dos serviços prestados a toda a comunidade acadêmica, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) conta com uma sala exclusiva e equipada. Tal infraestrutura física e tecnológica atende às necessidades institucionais e permite maior nível de privacidade e confidencialidade para as atividades de análise de dados ali realizadas.

O espaço de trabalho para seus membros conta com mesa, cadeiras, armários para a guarda de material institucional e pertences pessoais, acesso à internet, sistema de ar-condicionado e 1 computador. Esta máquina -também de uso exclusivo da Comissão- está configurada com softwares que possibilitam a futura coleta e análise de dados e outros recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação. Haverá acesso garantido às ferramentas Google (dentre elas o Forms, criador gratuito de questionários online) e os membros das CPA serão instruídos a utilizar outros recursos tecnológicos gratuitos. A vantagem na utilização destes recursos é a tabulação automática e a geração de gráficos.

Vale mencionar ainda que a sala da CPA atende aos requisitos referentes à dimensão, limpeza, iluminação, acústica, acessibilidade, conservação, conforto, segurança e comodidade. Dadas

essas características, o local apresenta plenas condições para atendimento a comunidade interna e externa.

Além deste espaço específico, a CPA poderá trabalhar nas instalações administrativas, salas de aulas, biblioteca e demais espaços que julgar necessários para o melhor desempenho de suas atividades avaliativas.

No que se refere a recursos e processos inovadores, a CPA da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB não se restringirá a coletar, analisar e melhorar itens defeituosos e processos inadequados. Pelo contrário, procurará adiantar-se às necessidades e inovações do mercado, abrindo espaço para que os membros da comunidade acadêmica tragam suas experiências de outros setores para incrementar os recursos oferecidos pela instituição.

Nesse sentido, a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB promoverá anualmente uma Semana da CPA, liderada pelo presidente da CPA e baseada na lógica de construção colaborativa. Estes encontros serão realizados em local devidamente equipado com mobiliários e recursos tecnológicos para a realização da atividade proposta. Neste mesmo evento, o presidente da CPA apresentará os resultados da avaliação anterior e as melhorias realizadas a partir das observações listadas pela comunidade acadêmica.

Para que possam manter-se constante atualizado sobre as melhores práticas de avaliação institucional, os membros da CPA serão estimulados a participar de encontros periodicamente promovidos por instituições de Ensino Superior e Associações especializadas no setor.

#### **6.11. Instalações sanitárias**

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB conta com instalações sanitárias em todos os andares, que atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades e acessibilidade.

Os sanitários para PCD localizam-se em rotas sinalizadas e acessíveis, próximas à circulação principal, ou integradas às demais instalações sanitárias. Os locais atendem ainda às dimensões exigidas quanto a tamanho e quanto a posição e altura de bacia sanitária, pia e barras de apoio.

Há um banheiro familiar instalado, com as dimensões adequadas para cumprir o seu propósito, possui uma pia grande, fraldário e lixeira para o descarte.

Em todas as instalações sanitárias encontram-se instaladas saboneteiras eletrônicas e torneiras acionadas automaticamente por aproximação. As pias e os espelhos são amplos. São disponibilizadas toalhas de papel para as mãos em dispensers.

As condições de limpeza e segurança são seguidas a partir do plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

## 6.12. Salas Coletiva dos Professores

A sala coletiva dos professores na FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) é considerada um espaço dedicado onde os docentes podem se reunir, colaborar, planejar aulas, compartilhar ideias e realizar trabalho administrativo relacionado ao ensino e à pesquisa. Essa sala é importante para promover a interação entre os docentes e facilitar o compartilhamento de conhecimento e experiência. Aqui estão algumas características e benefícios da sala coletiva dos professores consideradas pela FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) em seu projeto arquitetônico:

- **Localização:** A sala coletiva dos professores é localizada em área de fácil acesso no campus da instituição, tornando-as convenientes para os docentes.
- **Espaço de Colaboração:** Essa sala foi projetada para facilitar a colaboração entre os professores. Elas contêm mesa grande, cadeiras confortáveis e espaços de trabalho compartilhados, onde os docentes podem se reunir para discutir projetos, compartilhar recursos e colaborar em atividades acadêmicas.
- **Acesso a Recursos:** Na sala dos professores na FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) há recursos tecnológicos, como computadores, impressoras, scanners e acesso à internet, para que os docentes possam realizar suas tarefas administrativas, preparar materiais de ensino e acessar recursos de pesquisa.
- **Compartilhamento de Ideias:** Esse espaço proporciona um ambiente propício para a troca de ideias e experiências entre os docentes. Isso pode levar a discussões produtivas, inovação no ensino e na pesquisa, e aprimoramento das práticas pedagógicas.
- **Rede de Apoio:** A sala coletiva dos professores também funciona como uma rede de apoio entre os docentes. Eles podem buscar ajuda, conselhos e orientações uns dos outros, criando um senso de comunidade acadêmica.
- **Espaço para Preparação de Aulas:** Os professores utilizam essa sala para preparar materiais de ensino, como planos de aula, apresentações e avaliações. A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) considera que ter um espaço dedicado para essa atividade aumenta a eficiência e a qualidade do ensino.
- **Ambiente de Concentração:** O espaço oferece áreas mais silenciosas ou salas de reuniões privativas, onde os docentes podem se concentrar em tarefas que exigem mais privacidade, como correção de provas ou escrita acadêmica.
- **Apoio Administrativo:** A sala dos professores conta com assistentes administrativos para ajudar com tarefas burocráticas, como agendamento de reuniões, processamento de documentos e comunicação com outros departamentos.



- **Cultura de Colaboração:** Para a FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) ter um espaço docente bem projetado pode contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de colaboração e aprendizado contínuo na instituição, o que beneficia tanto os docentes quanto os alunos.

A sala coletiva dos professores desempenha um papel importante na promoção da colaboração, no apoio aos docentes e no aprimoramento da qualidade do ensino e da pesquisa em uma instituição educacional. Ela cria um ambiente propício para o crescimento acadêmico e profissional dos docentes.

A sala coletiva de professores da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) possui espaços individuais de trabalho, mesa de reunião que viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

A sala coletiva de professores na FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB), foi projetada para atender às diversas necessidades dos docentes. Ela oferece espaços individuais para guardar alguns documentos, uma mesa de reunião que facilita as atividades em grupo dos docentes e está equipada com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados para a quantidade de professores. Além disso, a sala conta com um suporte técnico-administrativo dedicado de uma secretária que atua durante todo o horário de funcionamento dos cursos, a sala conta com computadores, impressora e um espaço designado para o armazenamento de equipamentos e materiais, tornando-a um local funcional e conveniente para a equipe docente.

### **6.13. Salas de Aula**

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB), dispõe de salas de aula com assentos específicos para pessoas com sobrepeso e um espaço reservado para pessoas com deficiência (PcD). As instalações são altamente eficazes em atender às necessidades da instituição, uma vez que são submetidas a manutenção periódica, assegurando conforto por meio de mesas e cadeiras ergonômicas, bem como adequada ventilação e iluminação. Além disso, todas essas salas estão equipadas com recursos de tecnologia da informação, incluindo acesso à internet e SmartTVs ou datashows, que são essenciais para as atividades realizadas na instituição.

As configurações espaciais dessas salas são flexíveis e acessíveis para PcD, permitindo uma variedade de situações de ensino-aprendizagem. Vale ressaltar que essas instalações também contam com outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

### 6.13.1. Sala de Metodologia Ativa

A sala de Metodologias Ativas é um ambiente de aprendizado projetado para promover uma abordagem educacional mais centrada no aluno e participativa. Essa sala é estruturada de forma a facilitar a aplicação de metodologias ativas de ensino, que são abordagens pedagógicas que envolvem os alunos de maneira mais ativa no processo de aprendizado. Aqui estão algumas das funções principais da sala de Metodologias Ativas:

- **Estímulo à participação ativa dos alunos:** A sala é projetada para encorajar os alunos a se envolverem diretamente na construção do conhecimento. Isso pode incluir atividades de discussão em grupo, resolução de problemas, debates, projetos práticos e outras atividades colaborativas.
- **Flexibilidade no espaço físico:** A sala de Metodologias Ativas geralmente é configurada de maneira flexível, com móveis e disposição que podem ser ajustados de acordo com as necessidades da atividade de aprendizado. Isso permite que os alunos se movimentem livremente e trabalhem em diferentes arranjos, promovendo a interação e a criatividade.
- **Tecnologia integrada:** Ela costuma contar com recursos tecnológicos, como quadros interativos, computadores, tablets e acesso à internet, que podem ser usados para apoiar a aprendizagem ativa e facilitar o acesso a recursos digitais.
- **Facilitação do trabalho em equipe:** Muitas vezes, a sala de Metodologias Ativas é projetada para acomodar grupos de alunos, facilitando o trabalho em equipe e a colaboração entre os estudantes. Isso ajuda a desenvolver habilidades de comunicação e resolução de problemas.
- **Aprendizado autodirigido:** As metodologias ativas também incentivam os alunos a assumirem um papel mais ativo em seu próprio aprendizado, definindo metas, tomando decisões sobre o que e como aprender e refletindo sobre seu progresso.
- **Variedade de recursos:** A sala pode conter uma variedade de recursos educacionais, como livros, materiais de laboratório, equipamentos audiovisuais, jogos educacionais, entre outros, para atender às diferentes necessidades de aprendizado.
- **Avaliação formativa:** Ela é muitas vezes usada para implementar avaliações formativas, que são avaliações contínuas e frequentes que ajudam os alunos a monitorar seu próprio progresso e ajustar seu aprendizado conforme necessário.
- **Inclusão e diversidade:** A sala de Metodologias Ativas pode ser projetada para acomodar diferentes estilos de aprendizado e necessidades dos alunos, promovendo a inclusão e a diversidade no ambiente de aprendizado.

- Desenvolvimento de habilidades socioemocionais: Além do conhecimento acadêmico, a sala de Metodologias Ativas também pode enfatizar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como comunicação, colaboração, pensamento crítico e criatividade.
- Aprendizado contínuo: A sala de Metodologias Ativas é um espaço que promove o aprendizado contínuo, incentivando os alunos a serem aprendizes ao longo da vida e a adotarem uma abordagem mais ativa e envolvente em relação à educação.

Em resumo, a sala de Metodologias Ativas desempenha um papel fundamental na promoção de uma abordagem de ensino centrada no aluno, que valoriza a participação ativa, o aprendizado colaborativo e o desenvolvimento de habilidades essenciais para o sucesso no século XXI. Ela é projetada para criar um ambiente propício ao engajamento dos alunos e à construção significativa do conhecimento.

#### **6.14. Auditório**

O auditório da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) é um espaço terceirizado, próximo a IES, para a realização de palestras, conferências, seminários, apresentações acadêmicas, eventos culturais e outras atividades que envolvam um grande público. Aqui estão algumas características e funções do auditório consideradas na concepção arquitetônica:

- Tecnologia Audiovisual: O auditório está equipado com sistemas de áudio e vídeo, incluindo microfones, telas de projeção, projetores e equipamentos de som para permitir apresentações eficazes.
- Assentos Confortáveis: Os assentos no auditório são confortáveis e ergonomicamente projetados para acomodar o público durante eventos de longa duração.
- Acessibilidade: Há acesso fácil para pessoas com mobilidade reduzida, bem como recursos de acessibilidade, como interpretação de linguagem de sinais ou legendas para pessoas com deficiência auditiva.

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) dispõe de um auditório que atende às necessidades institucionais. Eles foram projetados com acessibilidade em mente, oferecendo assentos específicos para pessoas com sobrepeso e um espaço reservado para pessoas com deficiência (PcD).

O auditório se destaca pelo seu isolamento acústico eficiente, garantindo um ambiente tranquilo e adequado para eventos e apresentações. Os mobiliários foram cuidadosamente selecionados para proporcionar comodidade aos participantes. Além disso, o espaço está equipado com recursos tecnológicos de última geração, incluindo conexão à internet de alta velocidade e equipamentos para videoconferência, tornando-o ideal para reuniões e conferências virtuais.

#### **6.15. Acesso dos alunos a equipamentos de informática**

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) conta com laboratório de informática para utilização dos alunos da IES. O laboratório de informática atende às necessidades institucionais e do curso, considerando a disponibilidade de equipamentos e sua adequação às atividades, bem como a estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico.

O acesso dos alunos aos equipamentos de informática viabiliza a atividade acadêmica e o desenvolvimento do conhecimento científico para a prática profissional. As normas de segurança e de utilização de equipamentos de informática existem conforme normas estabelecidas pelos órgãos de regulação pública e são acompanhadas com o auxílio do técnico de laboratório.

O laboratório de informática está disponível para a comunidade acadêmica, visam a promover a relação entre a teoria e a prática. O número de equipamentos está de acordo com a legislação, possibilitando uma relação equipamento por aluno de modo a permitir o bom desenvolvimento das atividades laboratoriais.

O laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

O laboratório de Informática, bem como as redes às quais estes têm acesso, e os servidores que oferecem serviços para os mesmos, são protegidos por equipamentos de segurança (appliance) compostos por firewall com filtro de pacotes e filtro de estados, Sistema de Detecção de Intrusão (IDS), proteção contra-ataques Flood, SYN flood, land e simulação de protocolo. Proteção Anti Spoofing, controle de acesso à Internet (proxy), conversão de endereços (NAT).

Compondo os recursos de segurança também há clientes antivírus em todos os computadores com gerenciamento e atualização centralizada, sistema de detecção e remoção de softwares maliciosos (spyware, malware) e sistema de distribuição remota de correções de software (gerenciamento de patches).

#### **6.16. Biblioteca**

A Biblioteca da PIB se compromete com a promoção do acesso e a transferência da informação de maneira atualizada, ágil e qualificada, visando contribuir com a melhoria do ensino, pesquisa e extensão, de modo a atender às necessidades de informação científica da comunidade acadêmica e do público em geral.

A Biblioteca da PIB terá como objetivos principais:

- I. Ampliar o acervo nas áreas do conhecimento, para melhor atender aos seus usuários;
- II. Manter um ambiente que favoreça a formação e o desenvolvimento de hábitos de leitura e pesquisa;
- III. Apoiar o corpo docente e discente, através da disponibilidade do material necessário à implementação de suas atividades e pesquisas acadêmicas;
- IV. Colaborar no processo educativo, oferecendo modalidades de recursos, quanto à complementação do ensino-aprendizagem, dentro dos princípios exigidos pela moderna pedagogia;
- V. Proporcionar aos usuários constante atualização de conhecimentos, em todas as áreas do saber;
- VI. Informar aos usuários sobre sua importância e como utilizar a Biblioteca, haja vista ser uma fonte de informações;
- VII. Integrar-se com outras bibliotecas, proporcionando intercâmbios culturais, recreativos e de informações;
- VIII. Propiciar suportes bibliográficos à pesquisa.

Para cumprir com tais objetivos, a Biblioteca da PIB atua pautada em princípios éticos, na satisfação dos usuários e na qualidade dos serviços prestados.

A Biblioteca disponibilizará aos usuários consulta automatizada ao acervo e empréstimo domiciliar pelo prazo de 7 dias consecutivos para alunos de graduação e colaboradores, e 11 dias consecutivos para alunos de especialização, docentes e coordenadores. O acervo, que agregará títulos da área, poderá ser consultado pelos alunos, professores e colaboradores. A biblioteca também oferecerá o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, que reúne atualmente mais de 21.500 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

A biblioteca informatizada proporcionará rapidez, agilidade e eficiência no atendimento e prestação de serviços, a otimização das atividades não só em relação aos usuários, como também no que diz respeito ao controle e formação do acervo, levantamentos bibliográficos, catalogação, empréstimos, reclamação de obras em atraso.

O manual de normalização e regulamentos da Biblioteca estará disponível no site da PIB e na Biblioteca, para consulta dos usuários:

Horário de atendimento:

Segunda a sábado Segunda a sexta: 8h às 22h

Sábado: 8h às 16h

### 6.16.1. Bibliografia básica e complementar

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Todos os livros da bibliografia básica e complementar são devidamente adequados às unidades curriculares e aos conteúdos listados no Projeto Pedagógico do Curso e nos Planos de Ensino, cuja validação é feita pelo Núcleo Docente Estruturante do curso.

A escolha das referidas bibliografias visa trazer informações de qualidade aos alunos. Na bibliografia básica são indicados pelo menos 3 (três) títulos para cada unidade curricular do curso e na bibliografia complementar são indicados pelo menos 5 (cinco) títulos para cada unidade curricular do curso. A biblioteca utiliza o sistema PHL, que controla todo o acervo, gerenciando empréstimo, renovação, reserva, e qualquer tipo de pesquisa aos exemplares disponíveis. Os alunos realizam suas solicitações através do catálogo on-line.

A Biblioteca conta com softwares para auxiliar portadores de necessidades auditivas e visuais na utilização de computadores (leitor de tela NonVisual Desktop Access - NVDA). Para a disciplina de LIBRAS é oferecida como componente curricular optativo para seus cursos de graduação, e o site institucional da IES é acessível por um software de LIBRAS.

O acervo digital (Pearson), está totalmente inserido no sistema, com possibilidade de acesso à base de dados local e remoto através do Catálogo Online. O catálogo online está disponível gratuitamente com acesso ilimitado para todos os alunos, professores e funcionários.

A Biblioteca Digital Pearson tem como missão disponibilizar ao aluno mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência através de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB), desta forma, está comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.

A fim de obter informações digitalizadas como citações, resumos, textos na íntegra, imagens, estatísticas etc., em assuntos restritos, organizados para pesquisa e busca rápida de fácil acesso, a Biblioteca disponibiliza aos usuários acesso a bases de dados eletrônicas, tais como:

- COMUT Eletrônico - Serviços de Comutação Bibliográfica com Periódicos e obtenção de cópias de documentos e artigos por meio de correio, fax ou por sistema on-line em bibliotecas nacionais e internacionais;

Vale ressaltar que no acervo para o Curso em Administração tanto da bibliografia básica e complementar quanto de periódicos, foram referendados por relatório de adequação, assinado pelo Núcleo Docente Estruturante, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da Unidade Curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

#### **6.16.2. Infraestrutura e Instalações**

A Biblioteca possui locais específicos para acesso à internet, com computadores ligados em rede, servindo aos alunos para consultas on-line ao acervo da PIB bem como de outras instituições de ensino e de diversas bases de dados nacionais e internacionais. Além disso, por estarem interligados a um provedor da internet, possibilitam aos alunos e professores(as) da instituição um pleno acesso e navegação na principal rede mundial de computadores.

#### **6.16.3. Plano de Gestão e Atualização do Acervo Físico**

A política de atualização do acervo abrange todas as modalidades de aquisição (compra, doação, assinatura e permuta) e tudo está disponível aos(as) alunos(as) e à comunidade. As coleções são selecionadas e adquiridas com base no conteúdo programático das disciplinas, de acordo com as bibliografias básicas e complementares sugeridas nos projetos pedagógicos dos cursos, pelos coordenadores, corpo docente e sugestões da bibliotecária. Ao início de cada semestre letivo, coordenadores(as) e professores(as), ao planejarem suas atividades acadêmicas, encaminham as sugestões bibliográficas referentes à formação geral e específica dos cursos à biblioteca para fins de aquisição. A quantidade de exemplares adquiridos é proporcional ao número de alunos. Ao mesmo tempo, é possível adquirir mais livros conforme a demanda e a necessidade dos alunos do bacharelado e da educação continuada.

A Biblioteca possui acervo importante e atualizado. Utiliza o sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas que contempla as principais funções de utilização e controle do acervo, possibilitando consulta, empréstimo e reservas via Web.

O acervo encontra-se organizado em estantes próprias, além da biblioteca virtual com livre acesso. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para

armazenagem, preservação e disponibilização atendem aos padrões exigidos. Há extintor de incêndio e sinalização bem distribuída em ambiente condicionado.

A Biblioteca utiliza software especialmente desenvolvido para administração de coleções, serviços de bibliotecas e centros de informações. O sistema funciona em ambiente web, proporcionando ao cliente o acesso remoto aos serviços e catálogos. Integra, em tempo real, os catálogos às rotinas administrativas e de controle, permitindo aos usuários efetuar buscas, reservas e renovações on-line em 24h. É disponibilizada a pesquisa aos catálogos dos acervos da Biblioteca da PIB. A pesquisa pode ser por autor, título, assunto, local de publicação, editora, data de publicação, ISBN e ISSN.

A Biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local; empréstimo domiciliar; reserva de material; sala multimídia equipada com ar condicionado; computador; caixa de devolução de livro; rede wireless, levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT).

Tem prioridade, ano a ano, a aquisição de títulos e obras indicados como bibliografia básica para as disciplinas componentes do currículo do curso. A Biblioteca conta com a assinatura de periódicos correntes nacionais e estrangeiros especializados na área e seu acervo está devidamente cadastrado e indexado.

A aquisição do acervo bibliográfico para cada curso está definida no planejamento econômico e financeiro da instituição, com alocação de recursos para desenvolvimento, manutenção e conservação de coleções e formação de novos acervos, acompanhando, desta forma, a evolução dos conhecimentos científicos da área, dos métodos e das novas tecnologias.

A Política de Seleção e Aquisição do Acervo da Biblioteca da PIB obedece os seguintes critérios:

a) **Critérios para Seleção:** Os critérios para a seleção dos itens do acervo visam a adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da Instituição, avaliando:

- I. A existência da obra na biblioteca da Faculdade;
- II. A relevância da obra;
- III. Atualidade da obra;
- IV. Qualidade técnica;
- V. Aparecimento do título em bibliografias, catálogos de editores e índices;
- VI. Número de usuários potenciais;
- VII. Condições físicas do material;
- VIII. Trabalhos acadêmicos em desenvolvimento;
- IX. Relevância histórica;



X. Conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes.

A seleção qualitativa será de responsabilidade do corpo docente. A Biblioteca participará da seleção divulgando aos docentes e coordenadores de curso, novos títulos pesquisados através de bibliografias especializadas, sugestões das comunidades acadêmicas, catálogos comerciais de editores, livreiros e catálogos coletivos, estatísticas de empréstimo e consulta e lista de reserva. O monitoramento da demanda dos usuários constituirá uma responsabilidade da Biblioteca.

b) **Critérios para Expansão:** a Biblioteca estabelecerá as seguintes prioridades na aquisição de material bibliográfico:

- I. Obras (bibliografias básica e complementar) do curso;
- II. Obras que atendam as demandas específicas dos cursos de graduação e pós-graduação;
- III. Assinatura de periódicos relacionados aos cursos, mediante indicação dos docentes;
- IV. Materiais de suporte técnico para desenvolvimento de pesquisas vinculadas à Instituição.

Quanto ao Plano de Gestão do acervo da Biblioteca, observam-se os seguintes critérios e procedimentos para sua operacionalização:

- A. Competência: NDE e Biblioteca
- B. Periodicidade: semestral e assim que estabelecida a previsão de matrícula
- C. Instrumento básico: Instrumento de Gestão de Acervo
- D. Detalhamento:

**I. Padrão de qualidade:** Proporção média de um exemplar físico para menos de 6 vagas autorizadas consolidadas, de cada título adotado pelas unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo e de 1 exemplar físico para 12 vagas autorizadas consolidadas se o título for físico/virtual.

**II. Campos de observação:**

- a) Disciplina >> envolvendo nome da disciplina e ementa
- b) Títulos >> títulos existentes colocados na notação científica e compatíveis com a ementa
- c) Situação no acervo (básica ou complementar) >> terá implicação no processo de compra observado o padrão de qualidade
- d) Estruturação da proposta (físico/virtual) >> terá implicação no processo de compra observado o padrão de qualidade

- e) Compartilhamento com outras disciplinas ou cursos >> implicará na compra adequada de forma a atender a todos os estudantes
- f) Editora >> favorecerá os processos de compra e a identificação da existência de obras virtuais
- g) Livros na instituição >> quantitativo disponível no acervo a ser analisado pelo NDE quanto à pertinência e atualização da obra
- h) Quantidade considerada >> quantitativo a ser definido após análise do NDE considerando a atualidade da obra
- i) Alunos do curso >> número de alunos do curso que utilizarão a obra no período letivo em questão
- j) Alunos de outros cursos >> número de alunos de outros cursos que utilizarão a obra no período letivo em questão
- k) Alunos matriculados >> somatório dos dois campos descritos anteriormente

As questões relativas ao Plano de Contingência para gestão do acervo consideram:

- A mobilidade de autores entre as diversas editoras
- A existência de autores de referência que não possuem obras em bibliotecas digitais

O NDE estruturará o acervo do curso utilizando títulos físicos e títulos existentes em biblioteca virtual cuidando sempre de indicar para compra exemplares físicos dos títulos indicados das bibliotecas virtuais.

#### **6.16.4. Biblioteca Virtual**

A PIB disponibiliza a Biblioteca Virtual “Pearson” como um serviço de alta qualidade, oferecendo acesso a um acervo digital com milhares de títulos em diversas áreas de conhecimento. O serviço consiste em uma seleção de títulos universitários, disponíveis pela Internet para leitura em tela, além de oferecer outros recursos, como: impressão, organizador de páginas e anotações.

A Biblioteca Virtual atenderá a alunos, professores e técnico-administrativos da IES, bem como à comunidade externa.

A PIB fornece apoio aos docentes e discentes quanto a utilização das bibliotecas virtuais. Recebe e faz indicação de outros livros on-line em Base de Dados de arquivos abertos, obras de Domínio Público e Audiolivros para pessoas com necessidades especiais e demais interessados.

Os computadores da biblioteca, disponíveis para os usuários, permitem acesso à Internet em tempo integral e Wireless para notebooks e outros aplicativos.

A PIB promove a atual prática de acesso a periódicos por meio dos Portais de Pesquisa de Acesso Público.

#### **6.16.5. Informatização da Pesquisa**

O acesso on-line ao Catálogo da Biblioteca permite a pesquisa oferecendo recursos dos mais simples aos mais sofisticados: Pesquisar através Palavras - permite recuperar documentos através de palavras ou expressões, em todos os campos ou em campo pré-selecionado; Percorrer Índices - permite recuperar documentos através de índices alfabéticos de autor, título, assunto, série e número de chamada; Pesquisa Numérica - permite recuperar documentos através dos números de código de barras dos exemplares, ISBN e ISSN das obras. Os resultados das consultas podem ser enviados por email ou salvos em arquivos. A Biblioteca Virtual oferece serviço de atendimento individualizado e para consultas e acesso a todas as categorias de usuários.

#### **6.17. Laboratórios didáticos de formação básica**

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

O espaço físico e a quantidade de equipamentos e instrumentos destes laboratórios permitem o desenvolvimento prático dos conteúdos das disciplinas básicas do curso.

#### **6.18. Laboratórios didáticos de formação específica**

Todos os laboratórios que atendem ao curso de Administração da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS (PIB) possuem instalações com acústica e ventilação adequadas, bem como iluminação artificial. Os mobiliários e equipamentos específicos estão em conformidade com as normas vigentes, e regulamentos que delineiam seu funcionamento, uso e normas de segurança estão prontamente disponíveis para consulta nos próprios laboratórios. Além disso, documentos descritivos da manutenção periódica, serviços oferecidos, apoio técnico e recursos tecnológicos disponíveis estão à disposição.

O espaço físico foi projetado para acomodar com conforto o número de vagas necessário para a realização das aulas. A qualidade e quantidade de materiais, equipamentos e insumos são adequadas às sequências didáticas empregadas nas aulas ministradas nos laboratórios.

As unidades curriculares ministradas em laboratório são avaliadas por meio do questionário de avaliação institucional, o que serve como subsídio para a correção de eventuais desvios. Os laboratórios estão em conformidade com as normas técnicas de utilização e segurança, proporcionando um espaço físico adequado para acomodar todos os estudantes e garantir a acessibilidade.

As diretrizes e normas de funcionamento e utilização dos laboratórios são detalhadamente descritas no Regimento Interno, com revisão e atualização anual, além disso, são definidas as diretrizes para reserva dos laboratórios, que podem ser feitas tanto pelos professores, para aulas práticas, quanto pelos alunos, para estudos individuais, em grupo ou monitorias. Ademais, os laboratórios estão disponíveis para atividades de pesquisa, extensão e ligas acadêmicas.

Todas as atividades conduzidas em nossos laboratórios são estritamente reguladas por procedimentos operacionais padrão, previamente estabelecidos. O principal objetivo é assegurar a segurança e a qualidade em nossos ambientes laboratoriais.

A limpeza dos laboratórios é realizada após cada aula por nossa equipe de higienização. Além disso, a manutenção e limpeza de equipamentos específicos são conduzidas pela equipe de técnicos dos laboratórios, que acompanham seu uso ao longo do período de funcionamento, das 7h às 22h. Nossa política de atualização e manutenção de equipamentos e materiais busca constantemente melhorar as condições de ensino e garantir a qualidade do suporte para as aulas realizadas em nossos laboratórios.

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas. O laboratório terá avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

#### **6.19. Manutenção e guarda do acervo acadêmico**

A PIB, através da Secretaria Acadêmica e dos técnicos de informática da Instituição, implantará, conforme determina a Portaria 315 de 4 de abril de 2018 em seu artigo 45 a 48, o acervo acadêmico em meio digital com objetivo ter digitalizado integralmente a documentação que comporá o acervo acadêmico, através da utilização de scanner que garante a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, com armazenamento em nuvem dentro dos mais atuais e rigorosos padrões de segurança de dados, sendo todos os documentos acadêmicos revertidos para meio digital.

Assim, o Sistema de Gerenciamento de imagem estará devidamente integrado ao Sistema de Gestão Acadêmica, onde possibilitará o acesso online a todo o acervo, seja para consulta ou impressão de cópia.

Vale ressaltar que considerando o valor, importância e relevância em manter e conservar o acervo acadêmico institucional dentro dos padrões exigidos, também se faz necessário à sua segurança e acessibilidade, utilizando-se de todas as potencialidades que a Tecnologia da Informação e comunicação pode oferecer.

## **6.20. Recursos de tecnologias de informação e comunicação**

As tecnologias de informação e comunicação (TICS) se tornaram essenciais na dinâmica administrativa e educacional das instituições de ensino superior. Na FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB, o investimento em soluções digitais (softwares, equipamentos e infraestrutura) e em pessoal técnico habilitado para operar tais recursos tem como principal objetivo apoiar e viabilizar seu projeto de excelência acadêmica. Em seu conjunto, promoverão práticas inovadoras nos processos de ensino-aprendizagem e interatividade entre docentes e discentes, além de assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar. Nesse sentido, é possível afirmar que a instituição concebe tais ferramentas como inerentes ao processo de desenvolvimento de formação dos estudantes e como meios que possibilitam a execução do projeto pedagógico do curso. Esses fatos evidenciam a preocupação em ultrapassar a infraestrutura tecnológica, para enfatizar, principalmente, a metodologia associada ao seu uso.

Além de proporcionar aos alunos o acesso a recursos presentes nas melhores instituições internacionais e permitir que desfrutem de experiências ricas e diferenciadas de aprendizagem, as TICS permitem aos docentes e demais colaboradores técnico-administrativo a otimização dos processos organizativos, a segurança na guarda e difusão de dados, além de servirem como meios privilegiados para a comunicação com toda a comunidade acadêmica. Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI da FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB, e viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantindo a acessibilidade comunicacional, possibilitando a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentando soluções tecnológicas inovadoras.

Por isso, é possível afirmar que a tecnologia perpassa a elaboração e discussão dos PPCs, em especial, na sua relação com os conhecimentos científicos e a área de atuação. A PIB utilizará a tecnologia para disponibilizar materiais e cursos para os estudantes, controlar a frequência, as notas, o boletim do desempenho acadêmico, o lançamento de notas, de Diários de Classe, Plano de Ensino, entre outros. Para facilitar o acesso a tais recursos, os membros da comunidade acadêmica terão acesso a rede wireless em todos os espaços.

Os recursos didáticos que compõem as TICs da PIB incluem o portal da instituição, a secretaria acadêmica, salas equipadas com modernos aparelhos tecnológicos que viabilizarão a acessibilidade

digital e comunicacional, computadores, projetores, softwares, monitores de vídeo, laboratórios de informática e biblioteca virtual.

#### PORTAL DA FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB

O portal da PIB agrega várias funcionalidades online com informações gerais sobre a IES, seus cursos e acesso a documentos acadêmicos oficiais. O portal serve também como apoio aos processos administrativos e pedagógicos através da secretaria acadêmica digital que opera como uma plataforma de suporte para os cursos.

#### SECRETARIA ACADÊMICA

A PIB adotou o Sistema como a fornecedora de soluções para Secretaria Acadêmica. A plataforma permite integração com outros sistemas educacionais, além de conter em sua estrutura os seguintes módulos: Educacional (Responsável pelo gerenciamento das funções de secretaria (educação básica, ensino superior, pós-graduações, extensões e cursos livres), tesouraria, financeiro, caixa e administração de sistema, Portal Educacional (Responsável por conectar alunos, professores, responsáveis e instituição de ensino), Portal de Matrículas de Aluno (Permite que os alunos realizem matrículas e rematrículas online, com possibilidade de atualização cadastral e escolha de disciplinas com controle completo de requisitos e horários. Adicionalmente, é possível fazer a geração de mensalidades e contratos de serviços diretamente pelo serviço online, sem necessidade de intervenção manual da instituição no processo.

#### BIBLIOTECA VIRTUAL

A PIB oferece, também, aos docentes e discentes, acesso a uma biblioteca virtual com um amplo conjunto de obras na língua portuguesa que atendem às disciplinas do Curso. O acervo pode ser acessado através de diferentes dispositivos como computadores, tablets e smartphones.

O acesso à plataforma ocorre por uma conta pessoal. Para instituições de ensino não há limites de usuários, nem filas de espera, de modo que interessados podem realizar acessos simultâneos e ter à disposição conteúdos diversos quando desejarem. O monitoramento de eventuais problemas de acesso será feito pela PIB, que terá como instrumento de garantia o gerenciamento do contrato assinado com a fornecedora do serviço. A Biblioteca proporciona ainda um recurso de busca dinâmica a partir do título, autor ou palavras-chave, além de um sumário para a navegação. Outras facilidades são as marcações de páginas, realces e anotações digitais.

Como recurso de acessibilidade, esta biblioteca virtual pode ser usada como um leitor de livros que reproduz em áudio o seu conteúdo.

#### LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

As TICs estão presentes também no Laboratório de Informática, espaço disponível para uso de toda a comunidade acadêmica, conforme descrito no formulário de Instrumento de Avaliação. O laboratório é acessível para PNE e está instalado em uma ampla sala com computadores de última

geração com acesso à Internet durante 24 horas por dia, incluindo sistemas operacionais e outros softwares livres ou licenciados de uso comum para as atividades acadêmicas.

Outro meio utilizado para promover a interatividade entre docentes e coordenação serão os aplicativos para troca de mensagens instantâneas (como Whatsapp), que permitem compartilhamento de vários formatos de conteúdos e comunicação rápida entre seus membros.

## **6.21. Laboratórios e Recursos Tecnológicos**

### **6.21.1. Laboratórios de Informática**

A PIB conta com o uso de um laboratório de informática, com equipamentos de última geração, à disposição de seus estudantes e professores(as).

O(a) aluno(a) tem ao seu dispor uma estrutura tecnológica compatível com excelência acadêmica proposta nos cursos ofertados. O laboratório de informática possui softwares científicos instalados. É equipado com computadores, com ambiente climatizado e os equipamentos podem ser utilizados durante o horário de funcionamento da IES, exceto quando o laboratório está em uso para as disciplinas práticas.

A PIB oferece também cobertura de rede sem fio para acesso à Internet e uma equipe de profissionais qualificados para prestar suporte às dúvidas tecnológicas recorrentes dos estudantes e professores(as)

Ambiente especialmente desenvolvido para o exercício de análises estatísticas, levantamento de dados de pesquisa e redação de trabalhos acadêmicos, dispondo de profissionais especializados na solução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

O setor de informática é responsável pela instalação, manutenção e revisão dos equipamentos de informática. Os serviços de informática referente à manutenção de equipamentos, são atendidos primeiramente por uma equipe própria. Quando necessário será encaminhado para o departamento de TI.

A PIB possui o setor de Tecnologia da Informação - TI, que faz interface com o setor corporativo de tecnologia da Mantenedora. O objetivo é facilitar a comunicação interna e promover a comunicação externa, desenvolvendo e implantando soluções que melhorem os fluxos de informação da PIB.

O setor de TI mantém e atualiza o portal da IES e os diversos websites relacionados; mantém ambientes de apoio; desenvolve os projetos de tecnologia de interesse da PIB e apoia os usuários finais (professores(as), funcionários e estudantes) nas questões envolvendo tecnologia da informação.

#### **6.21.2. Atualização de Equipamentos**

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição (passíveis de deferimento pela Diretoria Geral) e critérios técnicos. Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, porcentagem de uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede, demanda de manutenções corretivas e uso de energia elétrica. A PIB tem investido periodicamente na compra de equipamentos tecnológicos.

#### **6.21.3. Aquisição de Hardware e Software (expansão)**

A expansão da infraestrutura de tecnologia está prevista no anexo desse PDI. Os setores técnicos administrativos também podem desenvolver projetos de expansão. Neste caso, os projetos devem ser encaminhados para avaliação da Diretoria Acadêmica. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao Setor de TI, que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para ao Setor de Compras.

#### **6.21.4. Manutenção Preventiva e Corretiva**

Os avanços na área da tecnologia da informação são incorporados à infraestrutura e conjunto de equipamentos de informática, monitorados pelo Setor de TI e pela CPA.

Os equipamentos (hardware) e os programas (software) usados no laboratório de informática, e nos serviços de apoio técnico-administrativo da PIB são atualizados permanentemente, com a periodicidade indicada pelos técnicos da área, atentos às demandas dos usuários.

O plano de atualização tecnológica é revisado anualmente, a partir do processo de elaboração da previsão orçamentária anual, com base no inventário das condições do parque tecnológico disponível.

O Setor de TI possui uma equipe de técnicos de apoio de informática. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva.

Este setor garante a segurança da informação (no breaks, geradores, estabilizadores), bem como a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, de acordo com o nível de serviço, mantendo um Plano de Contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.



## **6.22. Infraestrutura de Segurança**

Na PIB são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. A observância a estas normas é garantida e acompanhada pelo setor de Segurança do Trabalho da PIB.

Na área de manutenção predial a PIB conta com funcionários contratados, além de contar um engenheiro contratado pelo grupo.

As atribuições deste setor são: verificar a necessidade de troca de lâmpadas e reatores nas salas de aula e setores administrativos; arrumar as cortinas caídas; consertar as carteiras e cadeiras com defeito, inspecionar tomadas, interruptores, quadros brancos, editais, ventiladores, tela de projeção, janelas, portas, racks, etc.

O setor de Inspeção tem as seguintes atribuições:

- desligar as luzes dos setores onde não houver pessoas trabalhando;
- desligar equipamentos que estejam ligados sem uso, como computadores, multimídias, aparelhos de ar condicionado e ventiladores;
- fechar portas e janelas de todos os blocos;
- ativar e desativar o alarme de todos os blocos;
- colocar e retirar editais em sala de aula e corredores dos blocos;
- verificar os materiais em sala de aula como: reposição de giz, pincéis e apagadores;
- inspecionar carteiras e cadeiras.

As equipe de vigilância da PIB tem as seguintes atribuições: executar rondas nas dependências da empresa; identificar movimentos suspeito e tomar as medidas cabíveis, conforme norma da instituição; inspecionar as dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades, controlar fluxo de pessoas, identificando, orientando, e encaminhando aos lugares desejados, examinar portas, janelas, portões e assegurar que estão devidamente fechados; cuidar da segurança dos estudantes, funcionários e visitantes.

## **6.23. Estrutura e Fluxo do Controle Acadêmico**

A PIB optou por adotar o sistema acadêmico que atende as necessidades da instituição na gestão e relacionamento com estudantes, pais e corpo docente.

No processo de matrícula, o sistema realiza todo o controle necessário para gerar o contrato de serviços acadêmicos e a posterior gestão da vida escolar do estudante, suas ocorrências, notas, faltas e tudo mais necessário para que tenhamos o registro acadêmico completo até a diplomação ou certificação.

O sistema acadêmico possui os recursos para gestão das bolsas, descontos, serviços e planos de pagamento, incluindo ferramentas online para negociação de dívidas e pagamentos online com cartões de crédito/débito, também contamos com recursos integrados de contabilização e faturamento, para atender todas as necessidades contábeis e fiscais.

A Secretaria Acadêmica é o órgão de assessoria técnica à Diretoria Geral, responsável pela organização, coordenação, supervisão e execução de todo o processo de regulamentação, controle e guarda dos processos pertinentes a vida acadêmica dos estudantes dos cursos superiores da Faculdade. É responsável, ainda, pelo processo de ingresso e matrícula de estudantes e pela execução dos atos formais de colação de grau.

O comando da Secretaria Acadêmica é exercido por um(a) Secretário(a) Acadêmica, indicado(a) pela Diretoria Geral e aprovado pela Entidade Mantenedora, ouvidos os Órgãos Colegiados, na forma regimental. Em suas faltas e/ou impedimentos, o Diretor Geral poderá substituí-lo temporariamente por um funcionário devidamente qualificado e nomeado formalmente.

A Secretaria Acadêmica é constituída por cinco setores: Controle Acadêmico, Expedição de Diplomas; Atendimento ao Corpo Discente; Apoio ao Corpo Docente e Expedição de Documentação e Protocolos.

Estes setores atuam de forma harmônica e integrada, sob a orientação e supervisão de um Chefe de Secretaria e dois Subchefes, que atendam a todos os períodos de funcionamento dos cursos ministrados e cuja incumbência é zelar e fazer realizar todas as suas rotinas de trabalho, estabelecidas nas competências determinadas pelas normas regimentais da IES.

A Secretaria Acadêmica, pelas suas atribuições e incumbências, relaciona-se de forma constante e direta com os corpos docente e discente, oferecendo-lhes espaços específicos e especiais de atendimento, de forma a garantir o seu melhor atendimento e garantir acessibilidade. Para facilitar o acesso às informações, encontram-se instalados terminais de consulta direta e é dedicado espaço específico no site da Instituição, visando ao atendimento da comunidade, o qual é administrado pelo sistema de gerenciamento acadêmico eletrônico.

Por meio de sua setorização, a Secretaria Acadêmica tem por responsabilidade cuidar de todos os apontamentos relativos à vida acadêmica dos estudantes, principalmente no que se refere à matrícula, frequência às atividades, notas, documentos respectivos, trâmite dos processos de transferências, trancamento e cancelamento de matrículas, avaliação das justificativas das ausências - observadas as normas regimentais - e pelo fornecimento das informações necessárias aos despachos dos requerimentos apresentados pelos estudantes.

Nos afastamentos por doença, o envio do atestado se dá por e-mail para providência dos trâmites de afastamento.

A Secretaria Acadêmica dá providência, ainda, ao lançamento de notas, quando necessário, recebimento de requerimento de retorno ao curso ou por processo seletivo de retorno ao curso. Além disso, possui outras atribuições:

- ENADE - inscrições dos estudantes ingressantes e/ou concluintes são feitas anualmente pela Secretaria e os estudantes inscritos e convocados são informados e orientados através de informativos.
- Colação de Grau - toda a documentação da colação é feita pela Secretaria e Registro/Expedição de diplomas - certificado de conclusão, histórico de conclusão e atas das colações, com os nomes dos formandos, uma semana antes do evento.
- Documentação de matrícula para composição dos prontuários dos estudantes - a Secretaria Acadêmica verifica e altera, caso necessário, os dados na ficha acadêmica do sistema e envia para arquivo nativo ou inativo ao Diretório do Acervo Acadêmico - DAA.

#### **6.24. Acervo Acadêmico em Meio Digital**

A FACULDADE PLURAL INTELLIGENCE BUSINESS - PIB em atendimento a Portaria 315/2018 e 332/2020 do Ministério da Educação está desenvolvendo o projeto de acervo acadêmico em meio digital, e vem trabalhando no sentido de disponibilizá-lo à comunidade acadêmica por meio da adoção de tecnologias que possibilitem a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais. Deste modo, a secretaria digital será composta por plataforma definida pela Gestão de Tecnologia da IES para garantirmos o processo de implementação da digitalização, armazenamento e gerenciamento de todo Acervo Acadêmico Digital.

#### **6.25. Previsão e Cronograma de Expansão e Adequação**

A PIB prevê otimização de uso de suas instalações de infraestrutura física e operacional para atendimento das ofertas dos cursos presenciais, sendo que a estrutura do campus atende plenamente o projeto de desenvolvimento e implantação de cursos de graduação e pós-graduação presenciais, previstos para o período 2024-2028.

Em termos de tecnologia assistiva, a IES é dotada de sistema de internet, redes wifi, sistema de telefonia tipo IP, para-raios, sistema de socorro médico, acessibilidade plena para deficientes, gerador próprio de energia, elevadores, sistemas de ar condicionado em todas as salas de aulas, projetores multimídia instalados em todas as salas de aulas, e serviço de biblioteca com reserva e acesso via internet.

Em relação ao ensino presencial, que é a modalidade exclusiva por hora definida na PIB, as estruturas organizacionais e operacionais em vigor atenderão plenamente, via uso de otimização, as ofertas de serviços de apoio e infraestrutura já provisionadas e implementadas para os próximos cinco anos.